

Paulo Cesar Inácio

TRABALHO, FERROVIA E MEMÓRIA

**A experiência de Turmeiro(a)
no Trabalho Ferroviário**

Universidade Federal de Uberlândia

2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Paulo Cesar Inácio

TRABALHO, FERROVIA E MEMÓRIA

**A experiência de Turmeiro(a)
no Trabalho Ferroviário**

Dissertação Apresentada pelo **Aluno Paulo Cesar Inácio** como pré-requisito para obtenção do **Título de Mestre em História**, pelo **Programa de Mestrado em História** da **Universidade Federal de Uberlândia**, sob a orientação do **Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida**.

Universidade Federal de Uberlândia

2003

BANCA

Prof.^a Dr.^a DILMA ANDRADE DE PAULA - UFU

Prof. Dr. RINALDO JOSÉ VARUSSA – UNIOESTE/PR

Prof. Dr. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA – UFU

(orientador)

RESUMO

Este trabalho foi construído a partir de entrevistas com famílias de trabalhadores braçais da Estrada de Ferro Goiás, que, após 1957, é encampada pelo governo federal, passando a se chamar Rede Ferroviária Federal. Moraram por algum período em conjuntos de casas construídas de forma precária pela empresa ao longo do trecho ferroviário conhecidas como turma. Busquei aprofundar e indagar como essas pessoas recordam as transformações nas relações de trabalho ocorridas entre os anos de 1950 e 1970. Ao privilegiar o período, busquei o sentido que adquirem, para elas, as diversas mudanças ocorridas nas relações do trabalho ferroviário, identificado na decadência das empresas ferroviárias, mudanças que culminam com o fim das casas de turma, no início dos anos setentas.

Ao realizarmos as entrevistas, busquei perceber a situação de trabalhadores da empresa não como um enredo completo, mas como uma referência que forma um “campo de memórias possíveis”, um campo de forças dentro do qual eles foram pressionados a alterar hábitos, redefinir regimes de trabalho. No corpo da pesquisa, priorizei indagar quais sentidos, como aposentados, atribuem a tais mudanças, quais possibilidades exploradas ou não nas condições de vida a que estiveram expostos.

Nas entrevistas, optei por dialogar com homens e com algumas mulheres que moraram por algum tempo em casas de turmas. O procedimento não visou resgatar uma amostragem que abrangesse um contexto total, mas, sim, investigar as possibilidades lembradas, realizadas ou não, no cotidiano da casa e do trabalho, entendendo que, situados no mesmo campo de trabalho, podem ser visualizados com dinâmicas diferenciadas.

Mesmo a maioria dos entrevistados sendo pessoas que trabalharam na empresa como feitores, optamos, no desenvolver da pesquisa, por não os tratar apenas com a especificidade do cargo, mas os perceber em uma dinâmica implementada pela empresa nas relações de trabalho que não os diferenciava, nos espaços de moradia e de condições da situação de trabalhadores. As diferenciações foram identificadas nas lembranças que guardam da situação marginal que gozavam na empresa.

Abstract

This project was made by interviews with handworkers families of goiás railroad, which, after 1957, is taken by the federal government, being named federal railroad network. They lived for a while at communities of homes built in a precarious way by the company through the railroad line, know as “group”. I have tried to search deeply and ask how those people remembered the transformations about the work relationships between 1950 and 1970.

As I was privileging that period, I tried to show them the several changes occurred in the railroad work relationships, finding out in the decadence of the railroad companies, changes that end up with the end of the group homes, at the beginning of the 70`s.

As we were doing the interviews I tried to notice the situation about the workers in the company not as a whole, but as a regard that makes a “possible memories field”, a power camp in witch they were forced to change habits, redefine work rules. In the search, I first tried to ask what senses, as retired, is related to such changes, what possibilities explored or not at the life conditions they have been exposed.

In the interviews, I chose to dialogue with men and some women who lived for a while at group homes. The procedure don't mean to search a sample that contained a total context, but, to investigate the remembered possibilities, performed or not, at the work and home routine, understanding that, situated at the same workfield, can be seen with different dynamics.

Although most part of the interviewed were people who worked at the company as foremen, we chose, during developing the search, not to consider them with the function in its own, but to understand them in a dynamic, implemented by the company in work relationships which didn't differ them, at the home spaces and at the conditions about identified in the memories they keep of the marginal situation they amused in the company.

DEDICATÓRIA

***De maneira especial dedico este trabalho
com muito carinho,***

***Para Játima Pacheco de Santana Inácio,
paixão transformada cotidianamente em
amor pela convivência ao longo desses 15
anos.***

***Natan e Ítalo, pela certeza constante de que
todos os sonhos e lutas passam
necessariamente pela presença de vocês!***

***Aos familiares e amigos de Goiandira,
personagens anônimos, mas fundamentais
para formação do pesquisador.***

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às contribuições diversas incorporadas a este trabalho, mesmo sem menção explícita e ao mesmo isentá-las de quaisquer erros ou problemas que nele ainda persistam.

Ao meu pai José Francisco Inácio e a minha mãe Izoleta de Carvalho Inácio, ex-turmeiros, pela minha vida, pelas entrevistas concedidas e pelas informações diversas que me possibilitaram localizar os entrevistados.

Aos ex-turmeiros e turmeiras pela convivência nas entrevistas e a cumplicidade no embate “dialogico”, o sincero agradecimento pelo ensinamento político de quem aprendeu que a luta pela construção de um mundo melhor passa necessariamente pelo respeito e consideração por suas memórias, não evocadas simplesmente como vítimas do capitalismo, mas como sentimentos diversos de resistência e aceitação e, sobretudo, na belíssima luta cotidiana da construção incessante da história do trabalho na nossa região.

A Paulo Roberto de Almeida, por ter aceitado o desafio da orientação, pela convivência nesses dois anos e pelo crédito no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Rinaldo José Varussa e a Prof^a. Dr^a. Dilma Andrade de Paula, por terem aceitado o convite para participação em minha defesa de mestrado.

A Prof^a. Dr^a. Célia Rocha Calvo, pelas contribuições a este trabalho, principalmente em minha qualificação.

Aos professores do curso de História do Campus de Catalão, pelo desdobrar nas atividades a fim de que eu pudesse diminuir a carga horária

e me dedicasse mais à pesquisa. Em especial, a Adriana Ciriaco, companheira de alegrias e angústias de mestrando; a Luiz Carlos do Carmo, pelo auxílio, em discussões sobre os dilemas e desafios de historiador no mundo atual; a Cláudio Lopes Maia, pelo aprendizado contínuo da luta sindical; José Eustáquio Ribeiro, amigo na “disciplinarização” do cotidiano de professor acadêmico, pelas horas alegres de convivência; a Eliane Martins Freitas, pela colaboração no início da construção do projeto ao mestrado.

Aos amigos de caminhada durante o período de curso a alegria de tê-los conhecido e termos partilhados angústias e alegrias em especial Ana Paula, Maucia, Sheille, Sérgio Paulo e Alexandre.

A Maria Helena, secretária do mestrado, pela amizade e cumplicidade na realização dentro dos prazos dos trâmites burocráticos do programa.

Aos professores do Campus da UFG em Catalão com os quais tenho partilhado na luta a esperança da construção da universidade pública, enfrentando, além da lógica neoliberal do desmonte da instituição, constantes enfrentamentos com o Poder Público Municipal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo I LEMBRANÇAS DO TRABALHO EM TURMA	28
Capítulo II COTIDIANO, TRABALHO E MEMÓRIA	70
Capítulo III SENTIDOS CONSTRUÍDOS DA VIDA DE TURMEIRO(A)	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	119
DOCUMENTOS DO PERÍODO	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126

INTRODUÇÃO

Busquei, com esta pesquisa, perceber como algumas pessoas, hoje moradoras da cidade Goiandira (GO) recordam o período em que viveram nas casas de turmas¹ onde, de forma direta ou indireta, mantiveram relações com as condutas exigidas pela Estrada de Ferro Goiás e da Rede Ferroviária Federal. Procurei identificar, nas lembranças dos entrevistados, alguns elementos indicativos do terem sido ferroviários.

Tive como objetivos ainda, indagar e ao mesmo tempo ouvir pessoas que viviam marginalmente na empresa - tidas como braçais, sem qualquer qualificação especial -, identificar o significado do trabalho ferroviário em suas vidas, a saída das fazendas, a entrada na empresa e, finalmente, a ida para a cidade de Goiandira, em meados dos anos setentas.

Perceber uma série de pressões exercidas em diversos campos a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, envolvendo horário, moradia, foi aos poucos um exercício inacabado de descortinar o ritmo das relações de trabalho que envolveram os trabalhadores conhecidos como turmeiros, os novos olhares, as novas vivências.

Nesse trajeto de pesquisador e morador dessa pequena cidade, fui percebê-la não como o resultado de um surto modernizador, mas no ritmo dilacerador de vivências.

Percorri suas ruas na busca dessas pessoas. A dificuldade de encontrá-las, em parte, deveu-se por não manterem contato entre si, nem com a empresa. Estão dispersas, com as marcas físicas e culturais do trabalho que desempenharam. Alguns modos que usam para organizar as lembranças do passado também usam como contraponto à realidade atual o mundo que experimentam..

Ao buscarmos alguns referenciais do que era ser turmeiro, não tive a intenção de evidenciar os limites a que estavam expostos pela condição de trabalho, mas o espaço onde movimentavam e construía expectativas de vida. Os turmeiros eram trabalhadores braçais que se dedicavam a serviços de manutenção das condições de tráfego de trechos ferroviários da Estrada de Ferro Goiás. Formavam um segundo contingente de trabalhadores braçais, enquanto havia os trabalhadores que formavam um grupo de construção conhecido como “remodelação” de trechos ferroviários. Formavam uma mão-de-obra para os trabalhos de manutenção, executando serviços como troca de trilhos, nivelamento, substituição de dormentes.

¹ Turmas eram conjuntos de casas situadas ao longo do trecho ferroviário cedidas pela empresa para seus trabalhadores braçais, chamados de turmeiros, residirem com suas famílias.

Em relação a outros trabalhadores da empresa, constituíam um contingente que trabalhava em condições específicas. Moravam em casa de turma, formadas em média com seis trabalhadores, separados de dez em dez quilômetros, residindo nas margens dos trechos da ferrovia, algumas próximas outras distantes das cidades, chefiados por um feitor que também residia nas turmas e por um mestre de linha que passava esporadicamente pelos locais de trabalho.

Estavam organizados em um primeiro tipo de relação de trabalho implementado pela Estrada de Ferro Goiás desde o início do século XX, relação que se manteve até o início dos anos setentas, quando a empresa transfere esses trabalhadores para as cidades e acaba com as casas de turma. A partir das cidades, formaram os pelotões de trabalhadores que se deslocavam para os trechos da estrada, deixando as famílias na cidade e voltando nos finais de semana.

Nas entrevistas que fiz, foram surgindo como elementos relevantes, as mudanças sofridas a partir da entrada dessas pessoas para o trabalho ferroviário. Nas especificidades do trabalho, estavam submetidas a um cotidiano que envolvia diretamente toda a família, considerando a exigência da empresa de morarem nas margens dos trilhos.

Foi possível perceber que a experiência de turmeiro sinaliza traumas que os trabalhadores sofreram: a entrada para a empresa e o confronto entre novas maneiras de trabalhar e as diferenças com horário, disciplina, hierarquia. Isso fez com que sentissem alterações em suas vidas e um rompimento com o passado, experimentado em atividades que desempenhavam em fazendas da região.

A elaboração de um sentido para as mudanças e as perdas acarretadas de costumes que mantinham nas relações de trabalho anterior faz com que recordem o período anterior como dotado de uma idealização ao lembrarem um percurso inverso das condições de trabalho na Estrada de Ferro Goiás.

Procurei evidenciar alguns marcos estabelecidos em suas vidas, como a o ingresso à empresa, a saída de uma relação de trabalho não assalariado para o experimento de relações assalariadas, a mudança da concepção de tempo - antes mediado por condições naturais entendidas usualmente como trabalho “de sol a sol” - para um trabalho medido pelo tempo exigido pela empresa, a nova relação de laços de sociabilidade que estabelecem ao saírem de condições de trabalho e irem para a ferrovia.

Eram trabalhadores analfabetos, apenas com experiência em serviços braçais executados em fazendas. Ao dialogar com os relatos que fazem, visei perceber como trabalhadores da Estrada de Ferro Goiás sentiram as novas condições de vida e de trabalho estabelecidas. Pude perceber que a percepção de uma realidade mediada pelas exigências da ferrovia foi sentida como algo que ameaçou algumas concepções que tinham, como certa autonomia familiar no desenvolvimento do trabalho nas fazendas, interferência direta no ritmo da produção, distanciamento de moradia de outras pessoas o que influenciava que a relação estabelecida na criação dos filhos.

O desenvolvimento da pesquisa no campo da História Social foi um diálogo intenso, considerando os rigores da pesquisa, a questão do tempo do pesquisador, o encontro com os ex-turmeiros(as) moradores da cidade de Goiandira revivendo expectativas de suas vidas. Outros fatores tornaram esse trabalho complexo, como o construir um presente tenso carregado de projetos do passado (alguns realizados, outros não), as frustrações e expectativas, as diversas maneiras criadas para sobreviver em situações extremamente precárias de trabalho e como conseguiram construir, no cotidiano, o seu próprio espaço. O local de vivência com suas marcas, suas elaborações culturais, suas resistências e aceitações, espaço do sofrimento das brincadeiras, forjando, no contato com a empresa, um espaço de vida.

Percebi que questões como modernização, ferrovia, trabalho assalariado e cidade não eram vistas pelos turmeiros como opção, mas como pressões com as quais tiveram de repensar em seu cotidiano, fatores como hábitos alimentares, educação dos filhos.

Fizemos leituras de autores que produziram pesquisas a partir dos anos setentas e perceberam, na ferrovia, um sentido de progresso e desenvolvimento, bem como um dos marcos de modernidade para o Estado e uma etapa da integração crescente do Estado a uma modernidade capitalista. Essa percepção do Estado a partir da chegada dos trilhos criou, na historiografia goiana, um papel histórico para a Estrada de Ferro Goiás até a década de 30. Após este período é identificada uma crise crescente em meio a mudanças, a ferrovia vai sendo substituída transporte rodoviário.

Mais do que retornar aos marcos desses trabalhos, é sugestivo pensar como aparecem e são organizados a partir de uma temporalidade - a década de 70 - com fortes implicações para pesquisas que passam a surgir nos espaços acadêmicos. Ao mesmo tempo em que demarcam períodos de nossa história, os marcos conferem aos contemporâneos um certo sentido de herdeiros das mudanças do passado, como se

regiões do Estado, em 1970, representassem o ápice de um processo iniciado com a presença dos Bandeirantes, em 1822.

Tentando perceber um sentido histórico no passado do Estado, o professor CHAUL tenta articular várias marchas, vindas de fora, como explicativas para um rumo de progresso e desenvolvimento:

Foram várias marchas que abriram caminhos, renovaram fronteiras e estabeleceram marcas. Primeiro vieram os bandeirantes desbravadores de terras, ávidos por ouro, dizimadores de índios. Abriram picadas na mata quase virgem colecionaram doenças, inventaram roças de sobrevivência e chegaram à terra dos índios goyazes. E mais chegaram ao ouro dos índios goyazes. O encontro entre a sede e o poté².

A chegada dos bandeirantes, em 1722, é construída na segunda metade do século XX como uma primeira “marcha para o oeste” – a primeira tentativa de arrancar o Estado do aparente atraso/imobilismo no qual se encontrava. Mesmo denunciando os Bandeirantes como “dizimadores de índios”, no relato do autor sobressai um certo heroísmo daqueles que primeiro abriram as fronteiras do Estado para uma influência econômica externa, soando como uma “origem” distante de um futuro progresso que já se anunciava.

A “marcha para o oeste” é entendida em dois movimentos que teriam redimensionado a economia goiana:

O segundo grande desbravamento das fronteiras goianas pode ser sentido na ascensão da agropecuária: primeiro através do boi que se autotransportava; segundo por meio dos trilhos da estrada de ferro. Ambos, cada um em seu tempo, trouxeram para Goiás novas feições territoriais, abriram caminhos, expandiram espaços, dimensionaram a economia regional³.

Essas transformações, sentidas pelo Estado, ordenadas a partir dos anos setentas, constroem um sentido de identidade regional, possibilitando, que ao olhar o passado, os goianos tivessem condições de perceber as origens do Estado, criando um sentimento de unidade estadual. Seríamos herdeiros dos bandeirantes/mineradores, da criação de gado e dos trilhos da ferrovia.

² CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). Relações Cidade – Campo: Fronteiras. Goiânia, Ed. UFG, 2000, p. 113.

³ Idem, p. 115.

De maneira difusa, o historiador atribui ao passado um sentido de unidade que parece ser uma preocupação de sua época, delineando um sentido aos fatos: mineração, criação de gado, chegada da ferrovia. Um sentido que responde à angústia de seu tempo. Essas construções estariam postas diante das transformações que o Estado sofre na década de 70, inclusive com crescimento de algumas cidades. Regionalmente, com a chegada das empresas mineradoras na cidade de Catalão, é possível notar uma apropriação de memorialistas que passam a ser percebidos como construtores de uma história local.

A sinalização de mudanças no Estado, com sua integração ao capitalismo nacional/internacional, a partir da presença da ferrovia, é vista por BORGES em sua dissertação de mestrado (1982). O título “O Despertar dos Dormentes” sugere o despertar das pessoas com a chegada da ferrovia, tendo em vista a instalação de relações capitalistas de produção.

O autor entende a primeira fase da instalação/operação da Estrada de Ferro Goiás (1909 – 1922) como uma redefinição das estruturas do capitalismo nacional diferente do primeiro, cujo sentido estaria posto apenas no fornecimento de produtos primários aos centros produtores, sem, contudo, modificar as estruturas internas:

O que se pretende provar, por conseguinte, é que a implantação de estradas de ferro na América Latina, particularmente no Brasil, serviu, numa primeira etapa, ou seja, até o final do século passado, quase que exclusivamente à economia agro-exportadores, ligando os centros produtores aos portos de exportação. Num segundo momento, a partir das primeiras décadas deste século, as ferrovias passaram a servir também, como vias de expansão das relações capitalistas de produção⁴.

Essa fase de operação da Estrada de Ferro Goiás estaria entendida não apenas como fornecimento de produtos a outros mercados, mas como uma redefinição das estruturas internas do Estado na maneira de se produzir, com modificações materiais/simbólicas, na vida dos moradores do Estado. Quando aborda valores culturais dos goianos, o autor percebe o mesmo processo de intensas modificações:

A nível ideológico, a estrutura social também sofreu o impacto da modernização estimulada pela ferrovia, Dentro de um processo dialético, as idéias e valores petrificados dessa sociedade regional, assentada sobre uma estrutura fundiária retrógrada, começaram a se transformar⁵.

⁴ BORGES, Barsanulfo Gomides. O Despertar dos Dormentes: Estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: Cegraf, 1990, p. 11.

⁵ Idem, p. 87.

Os modos de vida dos goianos são articulados no período anterior à ferrovia como *valores petrificados*. Considero que esses trabalhos têm proporcionado, com pequenas discordâncias, um viés de interpretação do Estado ao buscarem no passado a construção de uma identidade estadual que precisaria passar pelo avanço crescente do capitalismo e um debate sobre moderno/atraso.

Nessas pesquisas, os trabalhadores, tanto das fazendas quanto da ferrovia, têm sido percebidos apenas como marginais no processo. São colocados como reféns dessa lógica de expansão capitalista, prisioneiros de estratégias empresariais ou dos fazendeiros pela incapacidade de se organizarem, em parte devido aos próprios limites construídos pela vida que tiveram, pelas dificuldades cotidianas que enfrentaram em uma região dependente de estruturas do capitalismo nacional/internacional:

Esse paternalismo patronal estava presente nas relações de trabalho na Companhia Estrada de Ferro Goiás: em 1909 foi instituído um serviço previdenciário, criando uma caixa de Beneficência com o fim principal de atender os empregados e operários do tráfego e construção. Os fundos eram formados por contribuições mensais dos próprios trabalhadores. Foi instituído ainda serviço médico e hospitalar para atender operários e servidores da companhia. Esta postura assistencialista da empresa contribuía para manter a paz nas relações entre capital e trabalho e aumentar a produtividade deste⁶.

Ao estabelecer relação entre a empresa e os operários o autor sinaliza que nos setores de tráfego e construção, apesar de serem vitais para o sistema ferroviário, os trabalhadores representavam dificuldades para a empresa. Aponta, contudo estratégias que ela teria usado para “pacificar” as relações, conseguindo manter uma certa estabilidade, evitando assim que conflitos surgissem nas relações de trabalho.

Em seu trabalho de doutorado, ao pesquisar as transformações sócio-econômicas sofridas pelo o Estado entre 1930 e 1960, bem como sua integração, sob novos referenciais, a uma economia nacional, BORGES, atribuiu a mesma passividade a esses trabalhadores da Estrada de Ferro Goiás:

As relações de trabalho na conservação e manutenção da via permanente variavam entre regimes mensalistas e diaristas. A mão-de-obra em geral era mal remunerada, principalmente para os diaristas que formavam a maior parte da força de trabalho no setor ferroviário em Goiás. Estes não tinham direito a férias ou a qualquer seguridade social. Nos períodos de crise, quando faltavam recursos financeiros, a companhia atrasava o pagamento e demitia parte dos

⁶ Idem, p. 71.

trabalhadores. (...) Este quadro de relações de trabalho só foi alterado quando a E.F. Goiás foi incorporada à Rede Ferroviária Federal S/A em 1957. A partir daí, os contratos de trabalho dos ferroviários goianos passaram a ser regidos pela CLT⁷.

Os trabalhadores são visualizados a partir das condições difíceis de trabalho, ou a mercê de mudanças do contrato de trabalho com a empresa. O ritmo de vida deles aparece em dois modos de vida distintos: um anterior à chegada da ferrovia e outro depois da instalação da empresa. O autor aborda marginalmente os trabalhadores, tendo em vista o intuito de entender uma sociedade posta em movimento pela Estrada de Ferro Goiás, passando para uma outra com um mercado onde circula bens materiais/simbólicos, em via de mão única capitalismo – sociedade “tradicional”, ou atrasada.

As próprias condições de trabalho a que esses trabalhadores estiveram submetidos pela empresa – má remuneração, sem férias, ausência de seguridade social, fragilidade do contrato de trabalho, atraso do pagamento – só seria melhor se modificada por uma medida governamental. Essa situação “embrutecida” de trabalho fez com que os trabalhadores aparecessem na história local pela ausência de condições dignas de vida. Numa relação direta, isso inibiu uma presença maior deles na história local, pois estariam condenados a serem vislumbrados à sombra de uma empresa ou da insígnia de um coronel. A inserção dos trabalhadores se constrói pela negatividade: vítimas do capitalismo, condenados pelas relações tradicionais/atrasadas em que viviam.

De uma vida de dominação/subordinação nas fazendas - maneira como se inserem esses trabalhadores em uma sociedade agrária - passam à mesma relação do trabalho na empresa. Parecem ter de esperar que o capitalismo instalado de forma satisfatória possibilitasse aos trabalhadores, em sindicatos e em outras organizações, terem condições de se opor às condições a que estariam submetidos.

Ao entrarmos em contato com tais abordagens, buscamos possibilitar outra leitura que tirasse os trabalhadores dessa visão de imobilismo e atraso a que teriam sido relegados a partir dos anos setentas. Nesse sentido, direcionei uma leitura dos hábitos violentos dos moradores de Catalão no início do século XX, quando elaboramos o trabalho de final de curso.

A violência era percebida naquela fase como elemento que possibilitava um viés alternativo de análise. Os moradores de Catalão teriam construído uma

⁷ BORGES, Barsanulfo Gomides. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960. Goiânia: Ed. Da UFG, 2000, p. 49.

perspectiva para se contraporem ao projeto de transformações a que foram submetidos com a chegada da ferrovia. Nos hábitos dos moradores da cidade, estaria inserida uma resistência consciente às mudanças difusas, frutos da chegada da empresa.

Dentre as mudanças, podia ser percebida uma série de medidas patrocinadas por poderes públicos, como a Intendência e o Conselho Municipal, como construção de ruas, redefinição do uso do espaço urbano e do que era permitido nele ser exercido. Ao serem confrontados com estas transformações, os moradores teriam buscado, em hábitos violentos, uma das formas de resistir às mudanças.

As discussões iniciais foram encaminhadas ao se perceber a ferrovia como elemento que gerou tensões nos locais por onde passou, principalmente a região de Goiás composta por diversas cidades, que ficou conhecida como a região da “Estrada de Ferro”.

Em minha monografia de final de curso, a percepção da presença da ferrovia foi sendo pensada como meio “modernizador” que problematizou viveres das pessoas, sentida enquanto negação de alguns modos de vida das pessoas no início do século XX.

Catalão se inseria no corpo da discussão enquanto local que sentiu, de forma saliente o processo cujo combate à violência dos seus moradores, a maioria vinda do campo para a cidade, seria uma sugestão de como seus costumes foram sendo negados. A violência tornou possível perceber como essas pessoas teriam reagido ao processo de modernização pelo qual a cidade passou, ao serem pressionadas a mudar seus viveres, buscando no confronto físico um aparato material/simbólico como uma das maneiras de evidenciar suas “oposições”.

Naquele período, a pesquisa acadêmica sofria influência desses trabalhos produzidos em Goiás que têm buscado resgatar a presença da ferrovia no Estado a partir de uma inserção/modernização, momento no qual o Estado de Goiás passaria a ser incluído nos “circuitos do capital”.

As produções historiográficas sobre Goiás podem ser entendidas, de maneira rápida, como se o Estado tivesse sido conduzido às difíceis articulações do capitalismo nacional/internacional a partir de várias movimentações no caminho histórico, como as marchas para o oeste. Poderíamos linearizar, em um campo político, e perseguir as pegadas do Estado de Goiás a partir das botas dos bandeirantes, as insígnias dos coronéis, a iluminação de Pedro Ludovico, construção de Goiânia e,

também, nos aspectos econômicos: a mineração, pecuária, ferrovia, construção de rodovias, industrialização.

Essa perspectiva articula cifras e estatísticas, como número de locomotivas, de passageiros, de mercadorias transportadas, origem dos trabalhadores, cidades por onde a ferrovia passou (empresas abertas, urbanização, número de habitadas, número de cabeças de vacas, porcos, charqueadas).

Essas pesquisas me incomodavam, pois eu assumia que os modos de vida destes trabalhadores apareciam sublimados nas estatísticas, adequados às mudanças ou articulando-as de maneira coerente aos dados coletados. Somando um número maior de locomotivas, entendi um maior tráfego, o que acarretaria um número maior de acidentes devido às condições precárias das ferrovias. Daí surgia a necessidade de atividades noturnas. Entendi que um maior transporte de mercadorias não articulava tranqüilamente com melhores condições de vida para esses trabalhadores, parecendo haver um movimento contrário.

Neste sentido, a ferrovia torna-se artefato visível que tem permitido construir uma memória do progresso, do desenvolvimento. Forçosamente, seus vagões têm transportado o Estado do atraso do final do período republicano até meados dos anos trintas.

Um incômodo que senti era perceber que havia mudanças no Estado na transição do período anterior e posterior à ferrovia e como elas eram incorporadas à vida das pessoas com muita rapidez, sem preocupações maiores com as mediações culturais que pudessem ter se processado.

Um primeiro repensar dessa perspectiva foi sendo encaminhado durante o ano de 1999, como aluno especial na disciplina **Tecnologia, Trabalho e Relações Sociais**, oferecida pela linha Trabalho e Movimentos Sociais, do Mestrado em História da UFU. Nas discussões suscitadas pelos professores responsáveis pela disciplina, foi sendo incorporada, enquanto viés de análise, a preocupação em estar percebendo como os trabalhadores do local sentiram estas mudanças.

Nessa etapa, não percebia uma categoria de trabalhadores de uma determinada ocupação, mas, de forma geral, o entendimento era de como o espaço de cidades como Catalão e Goiandira poderiam ser reconstruídos pela presença de diversos trabalhadores vindos do campo a partir dos anos trintas.

A entrada no mestrado apresentou esse panorama de investigação e essas preocupações no desenvolvimento da pesquisa. Nas discussões desenvolvidas nas

disciplinas **Trabalho e Representações** e **Seminários de Pesquisa**, bem como nas missões de trabalho propiciadas pelo PROCAD, foi surgindo a necessidade de redirecionar caminhos e repensar conceitos.

Em meio às discussões, fui tomando contato com procedimentos de pesquisa, leituras de autores no campo da História Social e, na medida em que sentíamos os limites do que estava trilhando para o fim pretendido, podia perceber como a vida das pessoas podia ser sentida, como experimentaram as mudanças. Assim fomos incitados a de buscar novos procedimentos e redefinir os conceitos usados bem como a forma como estavam sendo trabalhados.

A maneira como se pensava os trabalhadores e os espaços de documentação onde suas vidas eram buscadas foram sendo sentidos como insuficientes para os novos contornos os novos embates travados nos espaços de discussão.

De forma tensa e lenta, às vezes mais lenta que a tolerância da CAPEs com os programas de Mestrado, o projeto original foi sendo repensado. Do caminho original, tentei recuperar a cidade de Catalão e Goiandira dos anos trintas, ligada aos então incipientes núcleos urbanos pela empresa Estrada de Ferro Goiás. A pesquisa foi direcionada para os espaços oficiais dessas cidades: intendência/prefeitura, Poder Judiciário e em documentos produzidos nestes locais.

Um dos incômodos que me guiou nesses caminhos oficiais foi o contato com produções diversas, muitas delas escritas por memorialistas nos anos setentas, que produzem um discurso a partir de marcos oficiais, começando com a passagem do Anhanguera, em 1722, indo até a chegada de empresas mineradoras, no início dos anos setentas.

Ao recuar nos anos trintas e focar as cidades de Goiandira e Catalão que estariam se tornando “grandes” povoamentos urbanos, encontrar seus trabalhadores, vê-los andando pelas ruas, disputando espaços e, de suas pegadas e conflitos, tentar pensar as duas cidades. Da origem no Anhanguera, discurso linearizado, para as cidades da região nos anos setentas, e lido/inserido na história destes locais, a pesquisa pretendia contar as histórias dos trabalhadores a partir dos anos trintas com base em documentos oficiais dessas localidades.

Diante do discurso produzido pelos memorialistas, pensava em contrapor a um outro que buscasse um espaço de discussão que não aparecia no primeiro - a presença dos trabalhadores.

De forma angustiante, no transcorrer da pesquisa e com a “incorporação” de procedimento, fui alertado que, embora bem intencionada e distante dos memorialistas, a pesquisa incorporava alguns caminhos por eles assumidos na produção dos discursos. Era como um aplainar a realidade, fazendo-a igual para todos os trabalhadores, pensando o local apenas a partir de espaços públicos de intervenção destes trabalhadores, organizando-os apenas a partir da presença de um prefeito ou um juiz municipal.

Quanto à documentação, fui percebendo que, em grande parte, a escrita não fazia parte do cotidiano dos trabalhadores. Alguns conflitos não estavam explicitados nem nestes espaços, nem na forma como era elaborada sua produção, a escrita.

Percebi que, pelos caminhos da pesquisa, ia construindo, a documentação pelo viés pretendido não fornecia respostas satisfatórias. Os trabalhadores apareciam apenas em estatísticas como pagadores de impostos. Destas aparições esporádicas e fugidias fui notando os impasses para articulá-los em um discurso que abrangesse os locais pesquisados - o viver e o construir os espaços das duas cidades.

Nessas considerações, ficou marcado que apenas o olhar oficial, produtor dos documentos pesquisados, era insuficiente para as respostas por nós buscadas.

Nas leituras de alguns trabalhos de THOMPSON⁸, principalmente na busca em problematizar como as pessoas experimentaram as mudanças ocorridas na Inglaterra, em meados do século XVIII, período entendido de mudanças nas estruturas do país e avanço do capitalismo, surgiu, de forma intrigante, um pensar as mudanças a partir de algumas pressões que os turmeiros sofreram e como eles recorrem a costumes construídos em modos de vida anteriores para se opor a tais transformações. A maneira como foram incorporando novos modos de viver nos influenciou no desenvolvimento de uma “metodologia” de pesquisa.

Na pesquisa do autor, os costumes são vistos como uma arena, onde as diversas disputas ocorrem:

...o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”), às inovações técnicas ou à

⁸ Dentre os trabalhos podemos destacar: Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. NEGRO, Antônio Luigi e SÉRGIO, Silva (organizadores). Campinas: Editora da Unicamp, 2001. THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria: ou Um Planetário de Erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

*racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos. Por isso podemos entender boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume*⁹.

Fui construindo uma percepção que buscava visualizar como fio condutor as experiências lembradas pelos turmeiros como um campo denso em que no recordar atribuem um sentido que tomaram individualmente para suas vidas.

Esse caminho me faz pensar os trabalhadores não apenas como vítimas da crueldade de um “sistema econômico”, de uma lógica iluminada de uma empresa ou de um aparelho de estado de onde viriam as mudanças. Mas, sim, um momento de intensas pressões, onde trabalhadores iletrados entram não como cumprindo um sentido histórico, a derrubada do capitalismo, mas como reagem a partir dos modos de vida que tinham e que são ameaçados no bojo destas mudanças.

No mesmo trabalho, o autor supracitado questiona como perguntas feitas ao passado podem assumir uma perspectiva tida como vencedora. Na questão por ele apontada, a vitória de um comércio nos moldes do capitalismo:

*Como o capitalismo (ou seja “o mercado”) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século em que essa idéia precisa ser posta em dúvida. Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícitas no ser humano. Isso não poderia até nos preparar para uma época em que se dissolvessem as necessidades e expectativas do capitalismo e do comunismo estatal, permitindo que a natureza humana fosse reconstruída sob uma nova forma?*¹⁰.

A perspectiva delineada pelo autor possibilita pensar sobre algumas questões surgidas de um presente aparentemente homogêneo por uma vitória do capitalismo. Fato que pode nos levar a acreditar que todas as necessidades e expectativas dos trabalhadores estivessem, desde os primeiros tempos do sistema, confundidas com o seu jogo de interesses e que não fosse um relacionamento sempre tenso, em transformação.

⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21.

¹⁰ *Ibidem*, p. 23.

Nessa reflexão, senti uma necessidade peculiar de resgatar, a partir de setores marginais, trabalhadores braçais da Estrada de Ferro Goiás. Conduzi minha pesquisa a partir de aspectos de suas vidas, como sentiram e elaboraram as transformações ocorridas e algumas maneiras que usaram para intervirem nestas mudanças.

Nas entrevistas, a ferrovia foi surgindo não como um todo articulado universal, entendida numa percepção comum de todos os trabalhadores e moradores da região, conferindo um significado para o local, seja o nascimento de uma cidade. Seu sentido foi sendo percebido na dimensão construída por esses agentes, num recompor contínuo que unia passado e presente em dimensões únicas da memória, articulada em um único discurso. Foram aparecendo dimensões do trabalhar na ferrovia enquanto experimentar emprego fixo e assalariado, com horários fixados e presença constante do feitor, em oposição ao trabalho nas fazendas, que a maioria se dedicava enquanto agregados.

A jornada dupla de trabalho, ferrovia, fazendas como composição salarial, a precariedade das condições de moradia, a difícil adaptação inicial às exigências da empresa, o adaptar à cidade nos anos setentas quando se acabam as casas de turma, a participação religiosa em igrejas do local, tudo isso ia sendo incorporado como novos aspectos de vida.

Com as novas especificidades, repensei todo o trabalho: de uma posição marginal na pesquisa, os testemunhos de pessoas que experimentaram o viver na turma foi, em alguns momentos, inclusive angustiantes, ocupando dimensão cada vez maior na pesquisa, terminando por se tornar preocupação central.

Toda a problemática, ao mesmo tempo em que redirecionava a pesquisa, também causava tensão ao pesquisador, em parte pelo preconceito, por ver em uma mão-de-obra analfabeta, conhecida na empresa como *tatu*, alegoria por lidarem essencialmente com serviços braçais, sem necessitar de qualquer qualificação, a possibilidade de construir um caminho relevante em uma pesquisa de mestrado. Esses trabalhadores tinham dificuldade em lidar com a escrita e no cotidiano não dependiam nem usavam de registros em espaços oficiais.

Ao optar por trabalhar com entrevistas, iniciei uma reflexão sobre as dimensões do trato com os entrevistados. Busquei perceber como, em um processo dinâmico, os moradores analisam a experiência de ter morado em casas de turma, a partir de moradores de Goiandira:

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico¹¹.

Além das diferenciações individuais, as entrevistas apontavam marcos na vida dos trabalhadores em suas casas de turma, uma série de conflitos, muitos lembrados de forma tensa, agora na vida na cidade. Fui me aproximando de suas vidas sem a preocupação em construir um grande contexto a partir de contextos particulares, percebendo dimensões diferentes, individualmente e por função, o trabalhador, o feitor o ser mulher moradora em turma, o Senhor Dito Juliano, negro, que dos entrevistados foi o único que não chegou a feitor. Nas entrevistas com a Dona Irani e Guimar, as dificuldades em preparar as refeições nas horas certas, às vezes, à noite, quando havia algum acidente estendia as horas de trabalho dos maridos, as lembranças do tempo de gravidez, distantes das famílias que estavam em fazendas e em cidades.

Nos feitores, percebi as dificuldades do falar das “brincas” e das humilhações que sofriam por parte dos mestres de linha, dos maquinistas, dos chefes de estação e de funcionários do escritório. A dificuldade de preencher relatórios diários sobre os trabalhos feitos e controle de estoque das peças utilizadas. A dificuldade em controlar e ordenar uma mão de obra rebelde que não aceitava com facilidade as ordens dadas. A situação difícil dos feitores em estarem mais próximos dos trabalhadores que tinham de controlar do que uma chefia da empresa.

Escolhi realizar algumas entrevistas com trabalhadores, em sua maioria os que entraram na época da Estrada de Ferro Goiás e os que, nas mudanças das condições de trabalho dos anos setentas, foram transferidos para Goiandira. Apesar de ter dado preferência em buscar pessoas que ficaram na empresa e se aposentaram nela, encontramos poucos nesta situação¹². A maioria das pessoas que entraram como

¹¹ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *In*: Revista Projeto História, nº 14. São Paulo, fev. 1997, p. 33.

¹² Até o momento conseguimos entrevistar o Sr. Benedito Juliano Filho, entrevista realizada em 13/06/02 e a viúva de um trabalhador, Guimar Calixto Raimundo, que foi casada com. Gaspar Raimundo, que permaneceu como trabalhador até aposentadoria e tinha problemas de alcoolismo – entrevista feita no dia 20/07/2002.

trabalhadores diaristas¹³ e que depois passaram a mensalistas, conseguindo chegar a feitor.

No diálogo com as entrevistas, os anos setentas foram surgindo enquanto momento significativo que cruzou as experiências individuais narradas, pois é quando são transferidos para as cidades, momento em que reelaboram alguns aspectos de suas vidas.

Com as famílias morando na cidade, os feitores e trabalhadores são organizados em pelotões saindo das cidades e indo para os trechos, deixando a família na cidade. Esse fator foi marcante na vida dos entrevistados que, de maneira geral, compuseram duas fases distintas de vida. A primeira, a vida familiar nas fazendas, geralmente como agregados, a vida nas casas de turma, pensadas enquanto vida na “roça”. A segunda, o período depois dos anos setentas, lembrado como a ida para a cidade. A partir daí a educação dos filhos e a participação religiosa se delinearam.

É possível perceber, nas entrevistas feitas e em alguns documentos, como a revista “O Ferroviário: Por um Goiás Maior”¹⁴, que esses trabalhadores experimentaram mudanças significativas nas relações de trabalho a partir dos anos cinqüentas, coincidindo com a chegada de Mauro Borges Teixeira à diretoria da empresa, este, filho de Pedro Ludovico Teixeira, Governador do Estado a partir dos anos trintas, após a revolução, e em parte dos anos cinqüentas.

Essas mudanças vão atingir as relações de trabalho, interferindo nas condições de moradia, tomando medidas saneadoras nas casas de turma, como implementação de projetos de criação de animais, construção de pomares, assistência médica, cooperativa de fornecimento de compras nos locais de trabalho.

A empresa impõe aos trabalhadores medidas que alteram o trabalhar na Estrada de Ferro Goiás. Outras transformações experimentadas ocorrem em 1957, quando o Governo Federal, ao encampar outras empresas ferroviárias, como a Rede Mineira de Viação e a Estrada de Ferro Goiás, forma a Rede Ferroviária Federal, encaminha alterações das condições de trabalho. Neste momento, alguns “optam” pela CLT. Essa mudança de estratégia parece estar articulada à dificuldade de manter os

¹³ Regime de trabalho dos turmeiros contratados, embora desempenhando funções como os outros trabalhadores, não recebiam regularmente como os mensalistas, geralmente no final de cada ano eram dispensados, sendo contratados em períodos de maior demanda de serviços, ou no período das secas.

¹⁴ Revista publicada pela Estrada de Ferro Goiás, a partir da gestão do cap. Mauro Borges Teixeira. Destinada principalmente aos trabalhadores da ferrovia publiciza balancetes, noticia acidentes e outros fatos como aniversários, casamentos, projetos destinados aos trabalhadores. Até o momento conseguimos

trabalhadores nas casas de turma, principalmente a partir dos anos cinqüentas, quando começam a se dirigir para a cidade, ou pressionar a empresa para ficarem em turmas próximas das cidades.

Mais do que um tipo de trabalhador, tentei perceber como os entrevistados se organizavam, via memória, agora como aposentados e moradores na cidade de Goiandira. Procurei identificar como percebem a vida nas casas de turma e como sentiram a transferência para as cidades no início dos anos setentas, quais laços de solidariedade estabeleciam entre si, como as condições de trabalho indicavam formas de relações trabalhadores/chefia/trabalhadores, como construíram/preservaram uma memória do trabalhar na ferrovia, que valores procuraram preservar e como buscaram novos referenciais ao virem para a cidade de Goiandira.

Na organização do trabalho, tivemos a preocupação de pensar sua distribuição na medida em que o sentido do trabalhar na ferrovia é lembrado pelos entrevistados. Apesar da divisão deste trabalho sugerir do primeiro ao terceiro capítulo um índice cronológico da entrada na empresa, a vida nas casas de turma e a ida para a cidade, esta não foi nossa preocupação.

Na divisão, busquei incorporar os “traumas” que experimentaram em suas vidas e a partir dos quais interpretam um sentido por terem sido turmeiros e quais relevâncias sociais disso. Li com atenção as entrevistas que nos concederam.

Tive o cuidado de pensar a entrada na empresa, a adaptação a um novo tipo de trabalho nela, a vida familiar nas turmas e a ida para a cidade, não enquanto conteúdos prontos, conceituações que dessem conta de suas vidas, mas como referências postas em movimento nos seus modos de vida, que usaram nas entrevistas como meios melhor elaborados como explicações da vida.

O primeiro capítulo busca pensar as condições de trabalho nas casas de turma. O diálogo estabelecido com as entrevistas e com relatórios da empresa buscou delinear nas condições de trabalho não apenas um conceito identificador, que formatasse o trabalho na empresa, mas um campo dinâmico, de atuações e estratégias, em que trabalhadores e empresas aparecem como elementos próximos dotados de estratégias múltiplas, alterando e mudando de lado com mecanismos.

No mesmo sentido, objetivei compreender como os trabalhadores procuravam intervir nessas relações - pressionando ou não para serem transferidos para

os seguintes exemplares: nº 06, dezembro de 1952; nº 08, fevereiro de 1953; nº 10, abril de 1953; nº 11, maio de 1953; nº 12, junho 1953; nº 13, julho de 1953; nº 16, outubro de 1953 (fragmentos).

alguma turma – e assim conseguirem espaço para o desenvolvimento de outras atividades, geralmente em fazendas da região. Intentei verificar como buscam nos costumes vividos nas fazendas referenciais para se oporem às condições de trabalho: regulação do horário de trabalho, condições de moradia na turma, vigilância do feitor.

Algumas dessas implicâncias do trabalho na empresa e na vida familiar, como esta foi pressionada pela empresa e reagiu às pressões sofridas, é o tema do segundo capítulo. Neste, busquei perceber, principalmente após os anos cinqüentas, como a Estrada de Ferro Goiás repensa algumas estratégias estabelecidas e, em um momento de crise, tenta interferir no cotidiano familiar do trabalhador sob a justificativa de suprir algumas carências, como formação educacional, treinamento para as mulheres para a constituição de famílias. Um momento em que a ausência de recursos, como a contenção de financiamento feito pelo governo federal, obriga a empresa a usar de novas estratégias para com os trabalhadores, minimizando os atritos dos moradores em turmas, buscando resolver a questão de alimentação, que os obriga constantemente a procurar outras atividades complementares de renda, saindo mais cedo do serviço. Li essa perspectiva apontada nos relatórios apresentados pela empresa.

Procurei perceber como ocorre uma redefinição do papel da mulher na família, a criação dos filhos, espaços de lazer. Alguns sentidos de perda/reconstrução de valores na saída das fazendas e ida para a vida nas casas de turma.

A ida para a cidade nos anos setentas, quando acabam as casas de turma, se tornou tema do nosso terceiro capítulo. Neste, tentei articular, a partir das entrevistas, que sentido passam a atribuir ao morar na cidade, quais sentidos atribuem, ao trabalhar, fixar residência, a separação semanal do marido/pai, durante a semana trabalhando nos trechos da ferrovia.

Não poderia finalizar esta introdução sem antes mencionar minha relação pessoal com o fato pesquisado. Ainda criança, em meados dos anos setentas, o levar comida para meu pai em alguns trechos em que ele trabalhava, ouvir “causos” na hora do almoço dos trabalhadores, suas lutas, labutas, o passado nas casas de turma, os embates com feitores, as brigas cotidianas, as duplas jornadas de trabalho: uma na empresa e outras em fazendas da região. Tudo isso despertou, ao longo de minha vida, o interesse por tal pesquisa.

Outros fatos, embora não vividos por mim, compuseram um passado de família, ou, noutros termos, a memória familiar e também contribuíram com minha trajetória. Entre eles, a alegria quando o vagão da “Cooperativa” passava distribuindo

mercadorias que, depois, seriam descontadas nos salários, o Papai Noel proporcionado pelo diretor da empresa, que passava de turma em turma, distribuindo presentes e pedindo votos para as eleições. A ferrovia se apresentava como ponto referencial. O presente vivido em família buscava uma “origem” para estabelecer raízes, criando laços emocionais que se cruzavam com a vinda para a cidade de Goiandira, em meados dos anos setentas, e o passado de “ferroviário”, nas casas de turma.

A entrada na Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão, curso de graduação em História – significou um segundo momento na trajetória de vida, com referencial na ferrovia, dentre outros elementos, e representou um desejo de compor, a partir de um novo campo de discussões e embates, esse viver em uma família, com novas questões para a ferrovia.

Revisitar o tema na perspectiva do historiador, no campo da História Social, foi buscar um leque mais amplo nas referências pessoais que descortinam um meio social carregado de tensões e frustrações: era importante perceber como a ferrovia teria propiciado transformações locais mais amplas, como constituição de espaços urbanos, formação de um grande contingente de trabalhadores que se dirigiram para a cidade, mudanças culturais nas pessoas que moravam na região.

CAPÍTULO I

LEMBRANÇAS DO TRABALHO EM TURMA

Os turmeiros foram trabalhadores braçais da Estrada de Ferro Goiás. Eram os responsáveis pelos serviços de manutenção das condições de tráfego, executando serviços braçais da empresa, como substituição dos trilhos, troca de dormentes, manutenção/reconstrução de aterros, capina e roçagem na margem dos trilhos, intervenções de emergência quando ocorria qualquer acidente.

Enquanto o primeiro contingente de trabalhadores da Estrada de Ferro Goiás era responsável pela construção de trechos ferroviários, os turmeiros, que formavam o segundo contingente, eram incumbidos de zelarem pelas condições de manutenção dos trechos ferroviários.

Na relação de trabalho a que estavam submetidos, eram obrigados a morar com as famílias nas margens dos trilhos, num conjunto de casas sob a chefia de um feitor conhecido como turma. A divisão em turmas fazia parte do planejamento da empresa com o intuito de, até meados dos anos setentas, fixar seus trabalhadores às margens das ferrovias. Como esses trabalhadores formavam um contingente responsável direto para permitir ou restabelecer as condições de tráfego, precisavam estar constantemente à disposição da empresa a qualquer momento que houvesse problemas no trecho ferroviário.

Permaneciam alojados em casas fornecidas pela empresa. Não havia um padrão estabelecido para elas. Havia turmas compostas por casas de alvenaria até as de pau-a-pique, dispostas de dez em dez quilômetros, nas margens da Estrada de Ferro Goiás. Não parece haver um número estabelecido de trabalhadores por turmas, variando de acordo com a necessidade de intervenção junto ao trecho pelo qual a turma era responsável. A princípio, as turmas responsáveis por trechos problemáticos com constantes acidentes, deveriam possuir um número maior de trabalhadores. Contudo, em algumas delas, não era assim. Havendo turmas com frequência maior de acidentes e mesmo nestas condições, contavam com poucos trabalhadores. Nas entrevistas que fizemos, alguns se recordaram de um número de trabalhadores por turma que variava de três a dez trabalhadores.

Pela rusticidade do trabalho que executavam, pelas condições extremamente precárias de moradia, acesso ao abastecimento de água, esses trabalhadores não eram alcançados por nenhuma política de contratação ou qualificação pela empresa. Até meados dos anos setentas, o requisito básico era a possibilidade de executar serviços braçais, portanto a força física. Tivemos contato com trabalhadores de turmas localizadas no município de Goiandira, que eram originários de fazendas da região, onde trabalhavam como agregados. Acostumados a uma forma de trabalho vivenciada em fazendas, eles ainda não haviam experimentado uma relação como a que experimentaram no trabalho ferroviário, como o cumprimento de horário para as atividades e vigilância constante de um feitor.

O dia de trabalho se iniciava às sete horas, quando os trabalhadores, ao saírem das casas, reuniam sob a chefia do feitor e saíam para locais a serem escalados para o trabalho. A cada dia, um trabalhador era escalado para fazer a “ronda”. Saía de madrugada para percorrer os dez quilômetros onde havia turma e, depois, se juntava aos trabalhadores para o dia de trabalho.

O Sr. José Francisco menciona a dificuldade do serviço de ronda, na segunda entrevista:

Á ronda era uma bobajada, prá castigá um trabaiadô, procevé, um ronda fiz muito, por exemplo, aqui a turma dez trabalhei aqui muito tempo. Cê saía daqui a fazenda do trole era ali, pertim da casa da cumade Inhana, cê saía daqui, é dez quilômetros procê í e dez quilômetro e dez pra voltá cê saía daqui, de madrugada pra ir lá na divisa, tinha a chave a redonda e a triângulo, triângulo dia três redondo dia quatro e as chapa, troca certo.

Cê ia lá trocava as chave, voltava aqui pra ajudá botá o trole, entrava no trole ia trabalhá lá na divisa onde ocê foi.

E não podia espera lá. Cada dia um pra trabalhá, cada dia um na escala¹.

A finalidade da ronda era perceber se havia algum problema ou algum trecho necessitando de alguma intervenção mais urgente. Segundo suas informações, programavam escalas sobre o que seria feito no dia de trabalho. A função do ronda era evitar que houvesse qualquer acidente.

¹ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 06/08/2001, Goiandira,GO.

Para certificar de que o trabalhador tinha percorrido todo o trecho, o controle era feito com duas chapas de formatos distintos, uma para os dias pares, outra para os dias ímpares.

O horário de trabalho era das sete horas até às onze horas. O almoço, das onze horas ao meio dia. Do meio dia às dezesseis horas, o segundo período de trabalho. Apesar do horário de oito horas de trabalho fixado para o dia-a-dia, nada impedia que diante de algum acidente o horário fosse estendido sem que tivessem direito de receber algum adicional.

Enquanto chefia imediata, o feitor era o encarregado da empresa na distribuição de tarefas, visando que as atividades fossem realizadas. A vigilância era constante, tendo em vista que as boas condições de tráfego eram cobradas de maneira direta do feitor.

Ao ser perguntado como o feitor realizava o controle do dia de trabalho na turma, assim descreveu o Sr. José Francisco:

Era difícil, o feitor tinha que anotar tudo que passava durante o dia. Tinha que anotar assim da turma aonde ele ia trabalhar quer dizer lá da turma onze, uma comparação, eu era feitor nós saía de lá para trabalhar lá no 108: da turma até o local de trabalho tantos minutos. Agora eu tinha que somar seis trabalhadores comigo sete tinha que somar quantos minutos dava para um trabalhador daqueles e oito horas de trabalho com aqueles minutos. Agora o feitor ia pra o serviço que ele ia por aqui achava um serviço para fazer era um pouquim eu falava fulano tira a ferramenta e vai fazê um serviço aqui depois cê vai pra lá então eu já anotava, chegava lá falava eu fiz isso e isso anotava um servidor de tantas horas e tanto substituiu um parafuso, repregando linha, repregando assim que jogava aquela linha o prego vai virando assim rancá os pregos velho e chega os trilhos no lugar, prega os novos os prego novo. Esse chama repregando tinha troca de parafuso, tala, tala é aquelas que segura a emenda dos trilhos, de lado agora é o que eu tava falando com você, difícil era controlar essa hora por exemplo, seis trabalhadô saiu sete horas da turma gasto quarenta minutos pra chega no local de trabalho, agora você vai reduzir aqueles minutos com aquele pouco ali vê quanto dá pra cada um ... e não pode passar das oito horas (risos)².

Na narrativa, o Sr. José Francisco apresenta como dificuldade das atribuições de feitor, além da vigilância com os trabalhadores, o preenchimento dos relatórios de comprovação das atividades feitas pelos trabalhadores. Pode-se perceber

² Ibidem.

um descompasso deliberado pela empresa entre o exercício das atividades e o seu registro.

A orientação principal a ser seguida pelo feitor não era de fidelidade ao horário de trabalho, mas o cumprimento de um aspecto formal. O dia trabalhado não podia ultrapassar oito horas, pois a partir deste controle a empresa firmava o pagamento a ser feito. Mais que o registro do dia trabalhado, a preocupação era encaixar a atividade realizada pelo ferroviário no tempo determinado pela empresa, computando, inclusive o tempo despendido no percurso até o local de trabalho.

Outra atividade que exigia do feitor o conhecimento mínimo da escrita era o controle de material gasto nas atividades diárias. Esses relatórios de “frequência” e de controle de material na turma, ao serem mandados para o escritório, eram verificados e, havendo diferenciação entre uma instância e outra, o feitor era chamado para dar explicações.

Registro e controle do trabalho e do tempo certamente faziam com que a documentação explicitasse condições ideais, deixando à margem atividades feitas fora disso. A tensão e a dificuldade com que os feitores se relacionavam com o controle do trabalho dos ferroviários pode ser entendida, em parte, pelo novo relacionamento com o tempo de trabalho na empresa, distante e diferente de um tempo no trabalho nas fazendas. Menciona o Sr. José Francisco que, ao chegar ao cargo de feitor: *a primeira coisa que a gente precisava quando chegava a feitor era um relógio*³. O tempo cronometrado para execução de tarefas diferencia de um tempo de trabalho nas fazendas onde a o dia-a-dia do trabalho era firmado pela observância da natureza em suas diferentes estações ou pela movimentação do sol.

Entendi que a expressão típica da região, “trabalho de sol a sol”, informa a compreensão de uma realidade em que o posicionamento do sol determinava as atividades a serem feitas, um trabalho com relação típica nas fazendas, anterior à entrada destes trabalhadores na ferrovia, a diferenciação de temporalidades na execução das atividades.

Nesse sentido, o Sr. Sebastião Henrique, ao ser perguntado sobre a diferença que sentiu ao sair das fazendas para trabalhar na ferrovia, apontou que um dos problemas de adaptação foi a rigidez dos horários serem cumpridos:

³ Ibidem.

...o horário de alimentação, na roça a gente trabalhava geralmente até nove e meia, a gente já tinha almoçado, na empresa, na rede era onze horas e não tinha como, enquanto não desse onze hora a gente não almoçava, a gente tinha uma dificuldade de adaptação com o horário de alimentação. No começo, ia dando onze horas eu quase desmaiava de fome⁴.

Na passagem de um ritmo de trabalho para outro, um dos grandes problemas era a adaptação do corpo às novas condições. Não que a situação de ferroviário determinasse suas vidas, o ser ferroviário apresentava questões com as quais tinham que lidar: condições de trabalho, local de moradia, relacionamentos envolvendo outros ferroviários, fazendeiros, cidades.

A partir das mudanças nas condições de trabalho - a introdução das máquinas movidas a diesel, alteração das exigências para entrada na empresa, o fim das casas de turma - os trabalhadores vão sendo pressionados a alterar alguns hábitos, reordenando alguns modos de vida. Pensar, a partir de suas memórias, o relembrar estas condições de trabalho/vida, as respostas criadas, opções que tiveram que fazer enquanto ferroviários, moradores em turmas.

A escolha para o cargo de feitor não significava o acesso a uma carreira de ferroviário. Aqueles que exerciam tal função eram colocados diante de questões cotidianas extremamente difíceis. Podiam voltar a ser um trabalhador sem cargo de chefia, pois havia casos de feitores temporários. Mais do que algo colocado de maneira ordenada pela empresa, a escolha estava colocada mediante uma questão básica: licença ou morte de algum outro feitor, abertura de uma nova turma ou divisão de outra.

O feitor estabelecia relações tensas com outras chefias. Ao mesmo tempo em que era incumbido de decisões na órbita da turma sob sua responsabilidade, usualmente era tratado pelo restante como trabalhador comum, sem distinção do cargo. Em recordações do passado aparecem ressentimentos com as condições de trabalho, pois, embora ocupando uma função de chefia, não eram respeitados por funcionários de outros setores.

Os feitores não eram responsáveis apenas pelo controle das relações de trabalho a serem executados, mas suas atribuições avançavam para o cotidiano do viver nas casas de turma. Qualquer desentendimento ocorrido entre os trabalhadores exigia sua intervenção imediata. A saída temporária de qualquer trabalhador para pesca, visita

⁴ Sr. Sebastião Henrique, entrevista realizada em 19/07/2002, Goiandira,GO.

a familiares, ida à cidade ou qualquer outro motivo, deveria ser vigiada de forma enérgica, tendo em vista que um acidente poderia ocorrer a qualquer momento e os trabalhadores deveriam estar prontos para entrar em serviço e restabelecer o tráfego no menor tempo possível.

Acima do feitor estava o mestre de linha, escolhido geralmente entre um dos feitores, responsável pelo controle das relações de trabalho em um número de turmas. Morava nas cidades e diariamente percorria trechos para observar os trabalhos realizados e o cumprimento do horário de trabalho. Acima do mestre de linha estava o chefe de setor e, depois, o engenheiro residente.

Essas relações de trabalho estabelecidas pela empresa, mais do que marcos rígidos de controle de trabalho, eram elementos referenciais para os trabalhadores que podiam estar em “desacordo” contínuo com o feitor e manter boas relações com alguém do escritório da empresa. Mesmo ao sofrerem penalizações do feitor, estas eram anuladas quando chegavam no escritório.

O processo de mudança em suas condições de trabalho, redefinido em muitos de seus aspectos a partir dos anos cinqüentas, pode ser lido nas memórias dos ex-turmeiros como referenciais relevantes que redefiniram suas vidas e os obrigaram a buscar novas estratégias de vida, elaboradas com maior ênfase a partir dos anos setentas, quando passam a residir nas cidades da região, no caso das nossas entrevistadas, com a transferência para a cidade de Goiandira.

As mudanças são articuladas a partir do final dos anos quarentas, quando Goiandira é integrada via Catalão ao Estado de Minas Gerais, através da Rede Mineira de Viação. A partir desse momento, a cidade é cruzada por entroncamentos que comunicam com três ferrovias: para Araguari, ligação com a Mogiana; para Minas Gerais, indo por Catalão, com a Rede Mineira de Viação e comunicação com Goiânia, Estrada de Ferro Goiás. Este novo cenário redimensionou a rede de tráfego ferroviário na região, pressionando de maneira tensa as relações de trabalho dos turmeiros.

Ligando Goiandira a Goiânia, a Estrada de Ferro Goiás, a partir de um ramal em Roncador, possibilitava a ligação com Brasília, em fase inicial de construção. Ao redimensionar o tráfego ferroviário, algumas questões surgem, tais como o aumento do número de acidentes, a necessidade inicial de fornecer madeira para dormentes e para queima nas caldeiras das locomotivas.

O fornecimento de madeira à ferrovia para esses fins, a partir do começo do século XX, propiciou aos fazendeiros da região uma alternativa econômica. A mão-de-obra para a extração da madeira era buscada nos próprios funcionários braçais da ferrovia e em trabalhadores das fazendas, possibilitando a estes alternativas de ganho/trabalho em suas vivências.

A partir dessa época, a cidade vai surgindo como possibilitadora de trabalho e educação para os filhos, obrigando a empresa a redirecionar e implementar medidas visando manter estes trabalhadores morando em casas de turma, ou criar formas alternativas de trabalho na empresa, como os pelotões, forma que, a partir dos anos setentas substituiu, o trabalho nas turmas.

A percepção de como aparece, nas memórias dos trabalhadores, o lidar com essas alterações das relações de trabalho e nas condições de vida, faz com que entenda as mudanças enfrentadas em contextos particulares da história de vida de cada um. Aponta, também, como essas pessoas lidaram e interpretaram a vida de ferroviários, como moradores da cidade de Goiandira a partir dos anos setentas.

Em outro sentido, as relações percebidas foram encaminhadas no sentido de se pensar as relações de trabalho não como construídas somente no trabalho às margens dos trilhos, mas como referenciais de mudança que atingiam toda a família, tendo em vista que estão unidas as condições de trabalho e moradia no delineamento do cotidiano dessas pessoas.

Esse contexto foi entendido como um campo denso e conflituoso carregado de elementos que manipulavam no cotidiano, conforme DAVIS:

...não supus que o contexto, ou qualquer atributo singular (...) determinasse por si só seu comportamento. Imaginei, em vez disso, que essas características de suas vidas moldavam suas condições e seus objetivos e limitavam ou ampliavam suas opções; vi-os como atores que, utilizando os recursos físicos, sociais e culturais de que dispunham, agiam no sentido de sobreviver, resistir e, às vezes, mudar as coisas⁵.

Os trabalhadores, ao experimentarem relações de trabalho em condições extremamente precárias, em locais próximos das fazendas, movimentavam em alguns períodos das turmas para as fazendas e, sem deixar a empresa, desenvolviam algumas

⁵ DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 8-9.

atividades nas propriedades rurais, como corte de lenha, o que possibilitava um ganho adicional.

Nesse sentido, nas entrevistas, algumas perspectivas delineadas nas memórias das mulheres entrevistadas, como nas de Dona Irani e Dona Guimar, apontavam como elementos norteadores de suas vidas o cuidado com os filhos, requisitos de boa mãe. Levantar de madrugada para o tratamento de alguma doença das crianças, as dificuldades no momento do parto, a distância dos centros médicos e a afirmação de objetivos alcançados ressaltam que possui bons filhos que não lhes dão trabalho.

Outras questões assinaladas com frequência nas duas entrevistas eram o trabalho em casa, bom relacionamento com os vizinhos de turma, bom convívio com o marido. Estando inseridas nas relações com a Igreja, em Goiandira, suas memórias afirmam suas vivências nas casas de turma a partir de requisitos como boa mãe, esposa cumpridora de seus deveres, bom relacionamento com vizinhos.

Já nas entrevistas com os homens, aparecem como valores o ideal de bom trabalhador, leal à empresa e aos companheiros de serviço, honesto, que executa com precisão as tarefas que lhes eram dadas. Para alguns, a lealdade aos companheiros fazia com que tivessem problemas com a empresa, como aconteceu com o Sr. José Francisco, feitor que afirmava ser perseguido pelos chefes por não ter coragem de punir trabalhadores subordinados a ele.

Todos os turmeiros entrevistados possuem em comum a origem enquanto trabalhadores de fazendas. O trabalhar nas fazendas moldou aspectos de suas vidas. Pude inferir das entrevistas que a opção em trabalhar na ferrovia, mais do que uma opção por um emprego mais rentável ou executado em melhores condições, apontava para situações limites que, por desentendimento com um fazendeiro, determinava a saída da propriedade.

É o que assinala o Sr. José Francisco Inácio: *ai deu uns fuxicos com o Natal Vigário, eu tinha tentado falar para ajudar, mas ele me tocô da fazenda igual toca um cachorro*⁶. Ele menciona que saiu da fazenda e entrou para o trabalho na ferrovia. Mais do que uma escolha por condições melhores de trabalho, a opção respondia a uma condição emergencial porque não havia outras alternativas de renda.

⁶ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 06/08/2001, Goiandira, GO.

O Sr. José Francisco Inácio tinha uma relação de trabalho na Fazenda Cachoeira diferente da relação de outros trabalhadores daquela propriedade. Perdeu sua mãe devido às complicações sofridas por ela durante o parto. Foi criado pelos proprietários da fazenda, como “Nigrin”, numa situação de quase filho. Dentre as atribuições que possuía na fazenda, uma era a de controlar as vendas no armazém da propriedade para outros trabalhadores e esta posição de certo poder na fazenda fazia com que tivesse dificuldades no relacionamento com alguns chefes na ferrovia.

Com a morte dos proprietários, não tendo ganhado nenhuma propriedade, passou a trabalhar para um dos herdeiros, o Sr. Natal Vigário. Relata o episódio de quando o expulsaram da propriedade e foi trabalhar na ferrovia. Afirma que, ao saber que o proprietário da fazenda não estava “agradando” do serviço de um agregado, procurou avisar a este para “tomar cuidado”. O proprietário ficou sabendo o que ele fez e o expulsou da fazenda.

A visão dos que optaram por trabalhar na ferrovia, alcançada nesta pesquisa, aponta para uma situação em que, não havendo outras alternativas de emprego, a ferrovia é buscada como última alternativa de ganho.

No relato do Sr. Bernardo, ao ser indagado sobre como entrou na ferrovia, revela que a escolha saiu após desentendimentos com proprietários da fazenda onde trabalhava:

...eu fui trabalhá na fazenda que era do meu padrinho de casamento, então nós foi quase criado junto: eles rico e eu pobre. Trabalhava com ele lá e lá sô eu toquei uma boa roça e tal e coisa eu tava até bem de vida, tinha capado e uma coiseira lá. Por causa dessa enfermidade aqui (mostra com o dedo uma cicatriz no rosto) isso que me levou prá estrada... De agregado então lá a gente tirava leite e coisa e o velho garrava na enxada, foice, mexendo com boi lá, carro aí nós foi discutiu lá por mal ou por bem, nós discutiu e eu tava bem. Não devia ele, porque eu nunca trabalhei devendo, e pouca coisa manda embora(...). Então resolvi vim prá cá prá trabalhá com o Geraldo Moreira⁷.

Sugeri ao Sr. Bernardo que contasse um pouco de sua entrada na ferrovia. Ele narrou que, após tentar trabalhar como “foguista” na Mogiana, em Araguari - o que não conseguiu - veio trabalhar com um “padrinho de casamento”. Após

⁷ Sr. Bernardo, entrevista realizada em 27/04/2002, Goiandira,GO.

reunir algumas economias, aparece uma doença em seu rosto. À medida que a doença não permite a continuidade de seus trabalhos na fazenda, ele se desentende com o patrão e é obrigado a sair da propriedade. Ao tentar e não conseguir emprego como carregador em um caminhão de propriedade do Sr. Geraldo Moreira, vai trabalhar em Goiandira, na baldeação.

Na cidade, devido ao encontro de dois ramais ferroviários, sempre que chegava uma carga pela Rede Mineira de Viação, havia a necessidade de fazer o transporte braçal das mercadorias para a composição dos vagões da Estrada de Ferro Goiás. Apesar do ganho superior ao da fazenda, o Sr. Bernardo recorda das condições difíceis a que estava exposto:

...aí eu passei a trabalhá com esse Zé Teles, lá era por hora e trabalhá na baldeação e tava dando um dinheirim bão mais do que na roça, tinha dia que eu tirava vinte e cinco mil réis por dia, outro dia tirava quinze, dezessete era uma base assim né, mais tinha baldeação todo o dia, era pesado né, tinha que passá de um vagão pro outro; o dia que era prá passa aquelas pranchas de ferro ô meu Deus, fazê força mesmo⁸.

A dificuldade no exercício das atividades de trabalho se contrapõe ao ganho financeiro. O tráfego intenso parece ter redimensionado possibilidades de trabalho na região, em parte pela construção de Brasília, tendo em vista que muitos materiais usados na construção da cidade passam a ser transportados pela ferrovia, e principalmente com o avanço das obras da ligação da Estrada de Ferro Goiás.

Nesse trabalho, em que faz serviços na ferrovia sem ser empregado da empresa, Sr. Bernardo entra em contato com turmeiros que trabalhavam perto do local da baldeação. O que chama sua atenção é o fato de estes trabalhadores estarem em condições melhores do que as que ele executava:

é mais aí eu lá ia passando tinha o Tõezim desses malandrão da estrada, porque a estrada foi mãe de muita gente ou ainda é até hoje (riso), hoje ainda é melhó do que no meu tempo. No tempo do seu pai hoje é bem melhó, aí então ele tá lá capinando com uma enxadinha, assim pezim de burro assim essas tiririca eu chamo de cebolinha, na rede ali perto do João Cardoso ali, barrigudo assim enfiou a mão no bolso tirou uma lata de pó, aí toma pó o agá dele era tomá pó, nunca dei certo com pó eu espirro até saí sangue pro nariz aí eu agradeçi ele e

⁸ Ibidem.

coisa (riso) ó vem trabalhá com nós aqui. Ó cê vê que é um começo de uma vida como é que é. Ó vem trabalhá conóis aqui, falei, mas desse jeito tava com uma enxadinha dessa eu faço por cinco homem tinha o Zé Luís que morreu agora a pouco e esse Zé Luís tinha o, o Benedito Alves, tinha o Paulinim tudo velho, tudo (...) né tudo rapando com aquela enxadinha tava um punhado, três ou quatro, pegara aqui tava ali, depois do almoço, falei cabo isso em meia hora, eu falei ele, ele chamava Antônio, falei seu Antônio como é que faz prá mim trabalhá aqui⁹.

O encontro com trabalhadores braçais e a forma aparentemente tranqüila em que o serviço é executado - em condições melhores que o serviço na baldeação - motivam a entrada do Sr. Bernardo na Estrada de Ferro Goiás. As condições melhores de trabalho parecem estar postas como trabalho assalariado. Esse tipo de relação é novo para o Sr. Bernardo. Antes de entrar na Estrada de Ferro Goiás, a experiência de trabalho tinha sido a agregação nas fazendas, os garimpos e a baldeação, formas de trabalho em que a produção determinava o ganho.

O estímulo estava colocado na própria “dedicação” ao serviço, pois ao visualizar os trabalhadores da Goiás, percebe que o assalariamento é uma forma nova de trabalho em que a produção não determinava o ganho, dando condições para uma “malandragem” durante o expediente. Para demonstrar isso, compara o tempo de trabalho disponível para executar tarefas como superior ao que estava sendo feito por “três ou quatro” funcionários da Estrada Ferro Goiás.

Algumas imagens do trabalhar na ferrovia surgem para o Sr. Bernardo como uma forma diferenciada dos trabalhos que havia executado antes, o trabalhador “malandro”, que tem tempo para “tomá pó”, “barrigudo”, etc.

Ao sair das fazendas, o percurso feito pelo Sr. Bernardo e a referência para os trabalhadores das fazendas é a migração de uma propriedade para outra. A fragilidade das relações de trabalho - onde não há contrato escrito, mas obrigações costumeiras que mediam a relação entre empregador e empregado - podia ser rompida a qualquer momento. Isso faz o Sr. Bernardo esclarecer que sempre trabalhava preparado para isso: *Não devia ele, porque eu nunca trabalhei devendo, e pouca coisa manda embora.* A percepção de que o fazendeiro tinha um poder reconhecido e entendido como válido na regulação das condições de trabalho faz com que trabalhe sem dever nada ao proprietário.

⁹ Ibidem.

Parece-me, no entanto, que a fragilidade de manutenção das relações de trabalho nas fazendas, antes da entrada do Sr. Bernardo na ferrovia, é uma estratégia de poder que o fazendeiro tinha para dispor, inclusive por questões não surgidas nas relações de trabalho, para dispensar os agregados, como no caso do Sr. José Francisco, expulso devido a uma intriga.

Esse mecanismo de poder era exercido de fato, levando alguns dos entrevistados a irem para a ferrovia. A ameaça diária a que os trabalhadores em propriedades rurais eram submetidos como “agregados”, por ser algo posto no cotidiano de suas vidas e que os atingia ou atingia seus conhecidos, foi algo não apenas conhecido, mas algo com que aprenderam a lidar.

Essa ameaça é vista como possibilidade real de exercício de poder e não precisava de outra instância pública como o Poder Judiciário para ser legitimada. Mas é aceitável pelas posições que os trabalhadores ocupam. Esta condição no trabalhar, em alguns momentos, parece ser usada por eles para sair de uma fazenda e procurar outra propriedade, buscando trabalho sob melhores condições.

Quando o Sr. José Francisco recorda a condição de trabalhador e de como precisava, algumas vezes, sair de uma propriedade para outra, recorda: *la pra outra fazenda. Às vezes ele tava numa fazenda, coisa e tal, eles falava á sô o Nenzico tá contrariado com você sô, vem morá na minha fazenda, te dou serviço te dou tudo, ficava lá*¹⁰. Ao recordar do trabalho que realizava em fazendas, aponta a possibilidade de saída a qualquer momento enquanto estratégia que dispunha para circular de uma fazenda para outra, às vezes negociando com fazendeiros trabalho em melhores condições.

A possibilidade de movimentar de uma fazenda para outra em condições melhoradas parece algo que, às vezes, surgia quando os proprietários tinham de disputar os trabalhadores, principalmente para algumas funções como a de carreiro. Em alguns momentos, os fazendeiros tinham de propor uma maior vantagem de emprego, aponta o relato do Sr. José Francisco Inácio, como no caso do Nenzico Vigário com a perda de um “agregado”.

A permanência ou a saída de uma fazenda podia ser algo que atingia esses trabalhadores não apenas na relação de trabalho, mas em questões surgidas

¹⁰ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 06/08/2002, Goiandira,GO.

noutros espaços. Assim, o contar um segredo que desagradava um fazendeiro podia determinar os rumos de vida de algum morador da fazenda. Ao mesmo tempo, parece-me que, em algumas circunstâncias, é possível perceber nas memórias destes trabalhadores como um movimento inverso era usado como recurso tanto de permanência quanto de saída para alguma propriedade. Essas estratégias podiam ser manipuladas cotidianamente pelos trabalhadores como um dos elementos que possibilitava romper as fronteiras estipuladas no mundo do trabalho.

Como estratégia de convivência, o Sr. José Francisco Inácio descreve como era possível burlar as normas estipuladas pelo fazendeiro no fornecimento de mercadorias para os trabalhadores no armazém existente na fazenda. Depois de aprender a ler e a escrever, começou a tomar conta do controle do fornecimento de artigos do armazém da fazenda:

Cada um tinha uma anotação cada um tinha um caderno no nome dele (riso). Quantas e quantas vezes eu pesei três quilos de trem prá uma pessoa e anotava só dois. Tinha uma dó de vê aqueles homem com sol quente (riso). Eu desde o dia que tive um pouquim de escola eu que pesava e anotava¹¹.

Entendo essa percepção de como estes trabalhadores entendiam e se movimentavam diante de normas de trabalho não escritas ou mediadas por qualquer instância pública como questões que manipulavam no cotidiano. Nessa perspectiva, considere ser possível relativizar o feixe teórico que coloca esses trabalhadores como vítimas das relações de trabalho que os enquadrava em relações semi-servis - traduzidas em “esquemas” teóricos saídos de setores das esquerdas -, como assaltados cotidianamente em uma relação de dependência ou favor, como agentes que enxergavam os horizontes permitidos pelo fazendeiro.

A permanência na fazenda é observada, em algumas análises, apenas como um favor do fazendeiro ao empregado, como se o trabalhar e o desempenhar diversas funções na fazenda fosse entendido como uma benesse distribuída livremente pelo fazendeiro.

Ao se dar importância exclusiva ao poder que um fazendeiro dispunha e implementava diariamente, tem-se deixado escapar um leque dinâmico de

¹¹ Ibidem.

possibilidades exercidas por esses trabalhadores. O contar um segredo podia ser fator que determinava a permanência ou a demissão de um funcionário de uma fazenda. Da mesma forma, o silêncio diante de um segredo, ou mesmo a obediência, mais do que apenas a submissão incontestada de um trabalhador, eram percebidos por esses agentes como uma maneira de permanecer trabalhando. Entendendo que não havia alternativas melhores ou que havia condições aceitáveis de permanência na propriedade.

Na entrevista realizada com Dona Guimar, percebi que mesmo depois da morte do pai, quando ainda era criança, ela continuou morando na fazenda do Sr. Natal Vigário junto com sua mãe, que permaneceu lá mesmo depois da saída dos filhos. A entrevistada relata que levava parte das compras feitas na cooperativa para a mãe, que não exercia qualquer atividade remunerada na propriedade.

No caso de Dona Guimar, o permanecer em uma fazenda, mais do que posto no exercício de algo lucrativo, estava preso ao bom relacionar com o fazendeiro, tanto pelo silêncio diante de algo quanto pelo falar algo que o agrade. Quando foi possível comprar uma casa em Goiandira, a mãe da Dona Guimar se mudou para a cidade, sem ter sido obrigada a isto. Instalada na cidade, “leva o fazendeiro na justiça”, movendo uma ação trabalhista para receber direitos pelo tempo que permaneceu naquela propriedade.

Em alguns momentos, lembra o tempo em que morava na Fazenda Cachoeira. Mesmo quando criança, saía para trabalhar em outras propriedades. Nesse sentido, a experiência de ter trabalhado na fazenda do Sr. Nenzico Vigário é assim lembrada: *trabalhei na Iaiá, na Arcídia do Nenzico: lavá roupa, arrumá casa, fazê comida. Na Arcídia do Nenzico eu sofria naquela casa, paulim*¹². Fala não apenas das duas fazendas em que trabalhou, mas a quais condições de trabalho estava submetida e como sua percepção dessas essas relações determinou o rumo que buscou na sua vida.

*A gente trabalhava Paulim, a Arcídia era ruim, nós era duas ajudante, a gente conversava um pouquim trabalhando ela gritava com a gente. É eu sofri, agora a Iaiá era muito boa prá mim. (...) era assim, nós pulava o manguieiro prá panhá goiaba prá fazê doce. Fazia aqueles tachão de doce, aquilo ela punha trancava num cachotão, não dava pros visitante não. Foi ruim, que Deus dê prá ela o reino do céu*¹³.

¹² Dona Guimar, entrevista realizada em 20/07/2002, Goiandira,GO.

¹³ Ibidem.

Recorda ainda que trabalhou em condições e relações difíceis com a Dona Arcídia, esposa de um proprietário de fazenda. Saiu após 25 dias de trabalho, indo para outra fazenda, da Dona Iaiá, onde ficou muito tempo por julgar as relações de trabalho melhores:

Eu sofri quando era nova, porque meu pai morreu. Aí nós ajudava a trabaia eu trabaivava na Iaiá ela era boa prá mim (com ênfase). Ela mim pagava bem. De tarde ela falava, espera o Natal saí que eu vou te dá uns trem escondido. Mandava (riso)¹⁴.

Depois de trabalhar para a “Arcídia”, foi trabalhar para a Dona Iaiá. Compõe como o fato de desenvolver, em melhores condições, as relações de trabalho, permanecendo por muito tempo naquela propriedade. Além de receber uma quantia melhor, também tinha relações boas com a esposa do fazendeiro. Esta a ajudava a driblar a vigilância do fazendeiro, entregando algumas coisas para serem levadas para casa, certamente mantimentos armazenados na fazenda.

Esse jogar com as condições que estavam postas em seu cotidiano de vida foi levado por esses moradores para a vida nas turmas como forma de conseguir uma relação de trabalho em condições melhores e isso significava a ida ou saída de alguma turma.

O movimentar de uma turma para outra significava uma maneira de estar em um local em que o feitor não era muito exigente com horário ou execução dos trabalhos nos trechos ferroviários, ou ficar em um local aonde a ida para a cidade ou para qualquer outro local fosse possível, até mesmo o estar perto de uma rodovia.

Algumas condições que usavam para o trabalho nas fazendas parecem ter sido usadas por esses turmeiros como tentativa de impor essa movimentação à empresa. Aparecem nas entrevistas feitas como estratégia de se conseguir uma transferência ou, caso contrário, escapar de alguma transferência. Guardar um segredo de algum chefe ou de alguém que tinha um cargo maior, agradar a um chefe, geralmente com pequenas atitudes, entregar parte da comida ao mestre de linha, dar uma pedra preciosa conseguida no garimpo, tornaram-se estratégias que permitiam uma certa interferência nos ritmos do trabalho.

¹⁴ Ibidem.

A percepção do que era uma turma boa para se trabalhar ou, caso contrário, uma turma onde as condições de trabalho eram desfavoráveis, era sentida em diversos elementos: localização em local onde havia surto de doença contagiosa, feitor exigente com cumprimento de horário ou cumpria os requisitos exigidos pela empresa, onde moradores não formavam uma “boa vizinhança”, onde havia muito trabalho - terrenos que não resistiam a pequenas alterações climáticas, bastando apenas uma chuva para que fosse desfeito um aterro, causando ou favorecendo que houvesse acidentes.

A percepção do que era uma turma e quais condições de trabalho e de moradia a envolvia são elementos levados em consideração pelos trabalhadores nas opções que faziam ao serem transferidos.

Contudo, as possibilidades de locomoção que, às vezes, os trabalhadores faziam da ferrovia para fazendas como complementação de ganho vão sendo diminuídas a partir dos anos cinqüentas. Em um processo que contraria as estatísticas de tráfego ferroviário, a substituição das locomotivas movidas à lenha e o fim de algumas atividades ligadas ao fornecimento de madeira por parte dos fazendeiros parecem ter contribuído, de forma interligada, com isso.

Ao ser analisado o papel da ferrovia em Goiás, um destaque especial é dado enquanto propulsora de relações nitidamente capitalistas: artefato a serviço do capital e sua “testa de ferro” permitindo que trilhos se transformem em artérias onde circula não apenas o capital, mas toda uma cultura moderna, que a partir do coração, colocado no Sudeste do Brasil, irrigaria o cerrado, cenário do atraso.

Não se tem percebido outras formas rentáveis das quais dispunham os fazendeiros como possibilidade de redimensionar o ganho. Ao se dar muita atenção apenas à circulação de mercadorias, tem se minimizado que o fornecimento de lenha e dormentes, entre outras atividades, apresentava menos riscos e propiciava, ao menos aos proprietários que tinham fazendas nas proximidades de onde passavam os trilhos, condições de ganho consideráveis.

Além do ganho na venda de lenha e dormentes, essa relação encobria, nessas mesmas atividades, possibilidades de corrupção, inclusive na contagem de lenha e dormentes.

O Sr. José Francisco Inácio recorda a ferrovia pelas perseguições que sofreu e por ter sido aposentado pela empresa nos anos setentas. Em seus relatos,

descreve como havia uma corrupção por parte de alguns fazendeiros quando faziam fornecimento de madeira para a ferrovia. Das entrevistas feitas, foi o único que mencionou os desvios existentes na execução desses serviços.

Ao ser perguntado como era o fornecimento de dormentes, mencionou:

O fazendeiro punha na beira da estrada, lá na beira da estrada o feitor vinha empiá os dormente e classificá, vinha classificá os dormente, primeira põe aqui, este é de segunda faz uma pia aqui, esse é de terceira faz uma pia aqui cabava de fazê o pegava o giz e escrevia na testa do dormente, primeira, segunda terceira, aí o marcadô vinha, o marcadô tinha uma machadinha, ele era empregado da estrada, uma machadinho, o olho dela grande, o olho tinha um emblema. Estrada de Ferro Goiás. Vinha com emblema então ele chegava e batia a machadinha na testa do dormente, toca aquele sinal ficava entendeu era assim¹⁵.

O fazendeiro habilitado a fornecer os dormentes era responsável pelo preparo da madeira e por colocá-la nas margens dos trilhos, de onde a Estrada de Ferro, após o controle, procedia à compra. O entrevistado sugere que havia uma rede de funcionários responsáveis por essa aquisição. Entre eles, o marcador que, usando uma machadinha, marcava os testes dos dormentes ao mesmo tempo os classificava. Nesta classificação, avaliava-se a qualidade dos dormentes e, na qualidade, estaria determinado o diferencial de valor pago pela empresa.

O mesmo processo marcava a condição do fornecimento de lenha:

Agora lenha eles levava era lá na estação é que eles metrava ela, metrava o fazendeiro ia lá vê tantos metros, vendedô vinha de tanto em tanto ele punha uma mancha na testa do pau, pro maquinista pegá e a máquina chamava malê ela pegava 22 metros de lenha, ele pegava 20 na tenda e 2 no saquê¹⁶.

Todavia, ocorre uma pequena diferenciação no fornecimento de lenha, já que esta tinha de ser levada até a estação, onde ocorria a medição. Neste processo, há uma ligação entre fazendeiro, chefe de estação, maquinista e marcador, responsável por estabelecer quantidade e qualidade do que era fornecido.

¹⁵ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 06/08/2001.

¹⁶ Ibidem.

Essas atividades, intermediadas por uma rede de funcionários da empresa e por fazendeiros, podiam fornecer um ganho adicional aos envolvidos quando ocorriam manipulações em sua execução.

Ao ser indagado da possibilidade de haver desvios na empresa visando favorecer os envolvidos, o Sr. José Francisco Inácio, afirmou:

O que mais tinha, isso é quebrô a estrada, vou te explicar: eles fazia uma pia de lenha, emparelhada com outra, duas pia de lenha o marcadô chegava lá chapava aqui e outro lá, pro dono da lenha. Passava uns 10 ou 15 dias aí o fazendeiro, já tava tudo de acordo com o maquinista e o chefe da estação, o fazendeiro ia lá ou pagava um prá ir e no rumo que tava aquela marca ele desmanchava e virava ele prá lá pra outro era duas, o marcadô vinha, marcava de novo tinha assim, 150, 200 metros de lenha era marcado cinco seis, vezes a estrada ia pagando, quebrô a Estrada Goiás. Agora, outra coisa também, esses chefe de estação tudo tinha conchavo, aqui tinha o chefe de trem de carga naquele tempo era três o chefe e dois ajudante e um maquinista dois ajudante. Então eles chegava aqui o dono do armazém ia lá ou eles ia na casa dele vendia trem, mas vendia, eles ia embora, o dono do armazém ia de caminhão cê sabe o local que eles fala passagem do Santana, o 100 onde travessa a linha, ali era o ponto, o dono do armazém ficava esperando eles lá, a máquina chegava eles parava lá, era do acordo com eles tudo, o maquinista parava lá, eles tinha uma berruinha, com um jeitinho assim que era no lacre, abria o vagão tirava lá 10, 15 saco de arroz de um tirava trem noutro, tirava noutro e tinha o alicate boca de borracha, apertava o lacre e tinha uma vasilhinha de água de sal, jogava água de sal no lugar onde eles mexeu prá enferrujar e eles não vê. O que eles vendeu pro dono do armazém pegava a bufunfa repartia entre eles o armazém trazia pra cá naquele tempo, não tinha fiscal não tinha nada quebrô a estrada¹⁷.

Em seu relato, o Sr. José Francisco recorda duas maneiras em que se davam os desvios nas atividades da ferrovia. Em uma delas, após marcar a “cabeça” da madeira, na ausência do marcador, o fazendeiro voltava com um funcionário e virava os paus. Depois de um certo tempo, o marcador voltava e marcava de novo a mesma madeira. Assim, a quantidade de madeira era artificialmente duplicada. Certamente, por serem testemunhas oculares, por verem o processo e por serem responsáveis pelo transporte no mesmo processo, o maquinista e o chefe de estação negociavam o silêncio da operação que ocorria.

A outra forma ocorria na cidade. O comerciante, após vender produtos para a “rede”, em acordo com o maquinista e o chefe da estação, parava as composições

¹⁷ Ibidem.

e retirava parte do produto. Nesse sentido, parece ter aumentado consideravelmente o ganho de alguns fazendeiros, a julgar pela forma como forneceram serviço para diversos trabalhadores, inclusive os da Estrada de Ferro Goiás.

Tais atividades ajudaram a aumentar consideravelmente as opções de trabalho e de ganho para os moradores da região. Para o fazendeiro, na medida em que usava um tipo de trabalhador que já tinha serviço na Goiás. Para o trabalhador, possibilitava um ganho adicional ao salário que recebia na empresa. Pude perceber que os entrevistados foram trabalhadores que experimentaram esse tipo de relação de trabalho.

Na entrevista feita com o Sr. José Francisco, foi possível perceber que há “rancor” ao se lembrar da forma de como era tratado pelos chefes. Ficar “encostado”, sem exercer o cargo de feitor a partir dos anos setentas e também problemas com o recebimento da “aposentadoria” são elementos que fazem com que ele lembre os desvios feitos pela empresa.

Quando põe os maquinistas e os chefes de estação nos relatos, parece haver, além da constatação do que ocorria nos desvios feitos na empresa, uma relação de trabalho que, em alguns momentos, contrapunha feitores com os maquinistas e chefes de estação.

Por exercerem uma mão-de-obra conhecida como “tatu”, por ser usada exclusivamente em serviços braçais, os trabalhadores se diferenciavam daqueles da construção, até mesmo por estabelecerem laços contínuos com o local onde moravam. Enquanto os trabalhadores responsáveis pela construção executavam suas atividades de trabalho mudando constantemente de local, os turmeiros, mesmo mudando de uma turma para outra, mantinham relações permanentes com outros servidores da empresa.

Em momentos de seu relato, o Sr. José Francisco lembra que havia maquinistas competentes e incompetentes. Ao proceder essa classificação, evidencia que alguns eram auxiliados por foguistas e colocavam fogo em pastos, provocando incêndios na região. Havia maquinistas também que evitavam matar algum animal encontrado nos trechos da ferrovia, enquanto outros se esforçavam para atropelar algum animal.

Perguntado sobre a relação dos fazendeiros com alguns funcionários da ferrovia, lembra:

Os fazendeiro só não era bem com os maquinista porque os maquinista queimava muito pasto, tinha aquele estopa queimava ele no óleo, aquilo é um fogo que nada apaga, jogava ela no fogo naquela época máquina à lenha, embrulhava ela na ponta de um pau mais fino, untava de óleo e botava fogo e o maquinista, a o auxiliar de maquinista chamado foguista chegava na varanda e atiçava aquele fogo lá no pasto, depois lastrava. Outra coisa também que eles brigava muito tinha o maquinista bão e o maquinista ruim, tinha maquinista que tinha uma criação na frente ele não matava né, ele preferia parar a máquina e ir lá tocar a criação, já tinha o maquinista que jogava a máquina mais do que podia prá matá¹⁸.

Ao buscar nas lembranças alguns elementos negativos da atuação do maquinista, há uma exteriorização de questões não ditas, mas que estavam postas em suas vidas. O fato de ser uma mão-de-obra que não exigia qualquer outro tipo de avaliação para ser contratada, mas apenas a capacidade do exercício do esforço físico, fazia com que os turmeiros não gozassem de muito respeito por parte de outros funcionários da empresa.

Se havia problema com os trabalhadores, para os feitores tinha um agravante, pois eram parte da “chefia” da empresa, moravam e estavam mais próximos dos trabalhadores. Para algumas outras funções, como maquinista e de chefe da estação, a situação era a mesma dos outros trabalhadores.

Assim, os feitores se sentiam incomodados por morar e trabalhar em condições um pouco melhores em relação aos outros trabalhadores. Ao mesmo tempo, não se confundiam com eles, tendo em vista que eram funcionários responsáveis pelo controle da turma e pela exigência do desempenho dos trabalhos com a manutenção dos trilhos.

Em outro caminho, não possuem espaços dentro da empresa onde podiam se relacionar como chefes ou ter um respeito por parte de outros funcionários, já que desfrutariam da posição de chefes imediatos de um setor da empresa.

É possível perceber, nos relatos como os do Sr. José Francisco, que havia uma disputa no exercício cotidiano das suas funções para se afirmarem enquanto parte importante que controlavam o trecho da ferrovia onde trabalhavam e a conquista de espaços no interior da empresa. Ao recordar o tempo de turmeiro há uma certa angústia, entrecruzada por estas questões.

¹⁸ Ibidem.

O Sr. Bernardo, vítima de um acidente no final dos anos sessentas, culpa o maquinista pelo desastre e aponta alguns desvios desses funcionários no exercício de suas funções. Evidencia fatores como o consumo de álcool e a alta velocidade que imprimiam às composições para chegar mais cedo ao destino e parar o serviço mais cedo.

Uma certa nostalgia envolve a fala do Sr. Bernardo ao relatar que antes de entrar como trabalhador braçal na empresa, tentou o trabalho de maquinista, mas foi recusado no teste por problemas no pulmão.

Ao ser perguntado se havia muitos acidentes, se muitas pessoas haviam morrido, recorda: *Não, de acidente não, morreu muitos assim não de problema na linha e como eu mesmo sou o resto de um acidente, mas não teve nada de linha*¹⁹.

O Sr. Bernardo busca isentar a empresa de qualquer problema. Neste trecho, e em toda a entrevista, buscou uma forma de interpretar a empresa como preocupada com a melhoria dos serviços prestados. Quando sugeri que ele falasse sobre possíveis desvios existentes na empresa, ao contrário do Sr. José Francisco, busca outros relatos. Recorda brincadeiras, o rigor no cumprimento das ordens da empresa e como esta possuía critérios justos na manutenção das disciplinas em turmas.

No caso desse entrevistado, a identificação com a empresa parece estar referenciada, em parte, por não ter experimentado as transformações ocorridas nos anos setentas e também pela forma como, após o acidente, foi tratado. Ofereceram a ele internamento em uma clínica em Goiânia, onde se recuperou. Após trabalhar alguns dias, passou “mal” novamente e foi aposentado com salário integral. Esses fatos são dispostos como se houvesse uma atenção especial da empresa para com o entrevistado e, nesse sentido, ao narrar o desenlace do acidente em que foi vítima, sempre culpa o maquinista:

O acidente foi o seguinte lá no cento e vinte deu acidente num aterro e carregô a terra, fui lá. Nem tombô máquina eu não sei porque e sei que foi preciso fazê um aterro muito grande e, então, ficou nós vindo lá na turma tudo e trabalhava muita gente lá. É muita chuva e então a gente trabalhando lá (pausa). E tinha um maquinista é então tinha um maquinista levava nós lá pro serviço e voltava pro Veríssimo. E ali ó Xiririca (sinal com o dedo polegar direito em direção à boca indicando que o maquinista consumia bebida alcóolica). É quando foi num dia foi um dia (pausa) nós ficano lá uma chuva compouco passou a carga e aí o

¹⁹ Sr. Bernardo, entrevista realizada em 27/04/2002, Goiandira,GO.

rapaz foi lá buscá nós, mas já chegô bem ruim, mas chegô correndo nós correndo uma coisa de louco (pausa). Nós sabia que ia acontecê lá onde era aquela caixinha cê lembra dela lá e foi preciso pará o trem o Amerco saiu de lá com uma bandeira,mas o trem fazia assim na reta ó (sinal com a mão direita que o trem balançava muito). É e aí parô três vezes no trecho prá cá de Pirineus e parô três vezes ainda ganhô catorze minutos no percurso. Tinha uma composição aqui já pronto prá í embora o maquinista saiu carregando já e quando chegou perto do Viaduto ele subiu no Avental nós bateu atrás da composição “tei” i eu escutei só o tiro não ouvi mas nada. Nós tava no vagão, é e aí naquilo tocô no vagão levantô os dois assim o vagão tombô encima de dois trabalhado e os outro rolô tudo uns espatifô a cabeça sê já sabe que eu fiquei atrapalhado da cabeça, tive numa clínica pros doido lá em Goiânia, três meses e até hoje minha cabeça é doida de tudo (risos). Tem muita bobagem que eu vou lembrando, e aí me arreventou os trem tudo, quebrou os peito tudo bateu a cabeça juntô sangue eu fui perdendo e entrei setenta dias de licença e vortei pro serviço²⁰.

Ao isentar a empresa de qualquer responsabilidade pelo ocorrido, a culpa recai sobre o maquinista, que tinha bebido em serviço. O acidente ocorreu após um outro e era necessário reunir muitos trabalhadores de turma em um só local, tendo em vista a necessidade de execução de várias obras.

Ao “descrever” a dinâmica do acidente, o entrevistado traz elementos que estavam postos nas condições de trabalho, como a parada em um local com a máquina para consumir bebida alcoólica e depois tirar o atraso na correria para “ganhar tempo”. O maquinista trabalhar sob efeito de álcool teria sido o motivo do acidente. Nesses momentos, havia um certo encontro de trabalhadores de diversas turmas para execução de serviços.

A partir de relatos de pessoas que moraram em casas de turma busquei evidenciar a organização que fazem do passado de turmeiro e o peso do trabalho ferroviário nas dimensões presentes no lembrar. A partir da organização que fizeram foram aparecendo algumas questões apontadas como relevantes na organização de uma memória de turmeiro.

No diálogo estabelecido com os entrevistados, percebi algumas estratégias usadas para lidar com as mudanças, como a saída da fazenda ou da cidade para a entrada na empresa, as questões como moradia, a disciplina imposta ao trabalho ferroviário.

²⁰ Ibidem.

Nos relatos do Sr. Bernardo, o trabalho ferroviário surge organizado em um acampo extenso e denso, multifacetado. As exigências da empresa indicavam um ritmo de atribuições com as quais os trabalhadores não estavam acostumados a lidar quando trabalhavam nas fazendas. Ao lembrar o passado vivido nas casas de turma foi surgindo um cotidiano em que as ameaças emergiam da mudança constante do trabalho feito sob a vigilância de um feitor. Além disso, havia a possibilidade de serem punidos a qualquer momento, de demissão ou transferência para alguma outra turma. Tinham dificuldade de assimilar um trabalho regulado pelo horário da empresa, diferente das atividades da fazenda, onde as atribuições eram feitas por tarefa.

Aconteciam embates com outros setores, como os de locomoção, e com funcionários da empresa, maquinistas, chefes de estação, ou das oficinas. Os perigos de acidentes nos locais de trabalho aparecem como um conteúdo que indicava contradições. Estando expostos a isso no dia-a-dia, trabalhadores reagiam e, na leitura que hoje fazem, apontam questões percebidas neste trabalho enquanto a memória de turmeiro.

Ao serem confrontados com novas condições de trabalho, hostis aos costumes que possuíam e às maneiras como trabalhavam nas fazendas, vão estabelecendo reações diferenciadas às novas formas de trabalho. Nessa perspectiva, questioneei, no diálogo com os entrevistados, como surgiu o alcoolismo, o abandono do emprego e o suborno como maneira de interferir em processos internos da empresa. Este último era uma forma de impedir ou favorecer alguma transferência para uma turma. Também busquei identificar como se dava o agrado pessoal ao chefe, as pressões para executarem trabalho por tarefa.

Nas condições diárias do trabalho, procurei refletir como normas da empresa e modos de vida se enfrentavam no dia-a-dia, não percebidos como dois campos distintos, mas como elementos imbricados nas atividades que executavam.

Ao optar por realizar entrevistas com moradores e moradoras que permaneceram por algum tempo nas casas de turma entre os anos cinqüentas e setentas, entendemos que este período aparece nas recordações como um período de intensas transformações que enfrentaram.

Diante de uma resistência crescente de trabalhadores e familiares em permanecer em casas de turma - principalmente naquelas em que o transporte para as

cidades era mais difícil - e nos problemas que criavam para a empresa no cotidiano, a empresa, no início dos anos cinquenta, cria uma política diferenciada de trato com os funcionários, como a assistência médica e a cooperativa.

Nesta perspectiva, procurei ler as estratégias da empresa que tentava resolver algumas demandas que envolviam a família do turmeiro, providenciando assistência médica, construção de novas casas, cursos de formação com as filhas e esposas, providenciando casamentos no civil e religioso para pessoas que já moravam juntos.

Ao lidar com as entrevistas, fui percebendo que o período em estudo foi marcante na constituição de uma memória de turmeiro. O cuidado inicial foi não sair da temporalidade para as entrevistas, mas a partir das entrevistas perceber dimensões do trabalho em turma. Tive o intuito de:

...perceber, nas nuances das conversas, nas fabulações, nos silêncios e omissões, uma pluralidade de perspectivas, temores, diferenças, tensões e limites impostos, expressos como expectativas imaginadas e não escolhidas, sonhos arquitetados e não realizados e perigo eminente e, de justiça, contornados²¹.

No mesmo processo, os turmeiros forjam novas maneiras de viver, apontando para um confronto com a empresa, mediado por estratégias como a violência física, a recusa a ir para outra turma. Por vezes, agiam exatamente ao contrário, interferindo em processos internos, como transferência de uma turma para outra, buscando onde havia melhores condições de vida (entendidas como facilidade de transporte para a cidade, abastecimento de água, trabalho junto a um feitor maleável na aplicação nas normas da empresa).

Nos diferentes aspectos de sua vida, o ser ferroviário foi sendo entendido como uma luta destes trabalhadores que, desconhecidos pela empresa como significativos para um perfil moderno, eram responsáveis pelas condições de tráfego, responsabilidade imprescindível para a circulação de trens.

²¹ KHOURY, Yara Aun. Narrativas Orais na Investigação da História Social. In: Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 22, Junho de 2001, p. 82.

Um primeiro elemento presente nas narrativas colhidas foi a percepção pelo trabalho ferroviário em meados dos anos cinqüentas, até os anos setentas, que não representava uma opção por um trabalho com possibilidade de melhoria para o trabalhador em questões como moradia, alimentação, salário, ou condições de execução. Para os entrevistados, a entrada para o serviço ferroviário representava uma saída das relações de trabalho nas fazendas, motivadas por uma situação limite em que a opção apresentada era a saída daquela relação de poder. As motivações estavam postas em elementos como um problema de saúde, ou simplesmente a necessidade de vender a propriedade rural, ou quando os dois elementos apareciam juntos.

Ao ser perguntado sobre os trabalhos que já havia feito, locais onde morou, o Sr. Francisco recorda o período anterior à entrada como braçal na Estrada de Ferro Goiás:

Eu fui nascido aqui no município criado aqui em Goiandira, até os sete anos, de onde nós foi prá fazenda Canabrava, nós ficamo lá até os 29 anos, em fazenda, amansando vaca leiteira, amansando boi de carro, amansando animal de sela, meu pai comprou a fazenda e nós foi prá lá, depois ele adoeceu e resolveu vender a fazenda²².

Com a compra de uma propriedade rural no município de Catalão, sua família se muda. Diante de um problema de saúde do pai, este é obrigado a vender a propriedade. A mudança no rumo da família, apesar de não explicitada pelo entrevistado, indica um certo endividamento:

Eu não queria que ele vendesse, ele falou: eu não vou deixar dificuldade na mão de ninguém, nós vai embora todo mundo junto, em 1951. A família veio todinha com o intuito de trabalhar de 1951 a 1958, eu fiquei particular, trabalhando de empreiteiro, cortando lenha, lavrando dormente, fazendo cerca de arame, rachando madeira e arando chão a boi²³.

A fala do Sr. Francisco indica que a tentativa feita para que o pai não vendesse a propriedade em parte estava ligada ao fato de a venda representar, para o

²² Sr. Francisco, entrevista realizada em 13/06/2002, Goiandira,GO.

²³ Ibidem.

entrevistado, opções ligadas à execução de um trabalho que, além de feito fora da família, era sujeito a imposições antes não vivenciadas.

Embora o relato assumia, em primeiro plano, uma questão ligada à doença do pai, o endividamento da família parece ter surgido daí: *ele falou: eu não vou deixar dificuldade na mão de ninguém*. As dívidas contraídas seriam a grande dificuldade da família, obrigando-a a se deslocar de Catalão para Goiandira após a venda da propriedade.

Ao relatar a vinda para Goiandira, Sr. Francisco faz questão de mencionar o não trabalhar como empregado para ninguém: *eu fiquei particular, trabalhando de empreiteiro, cortando lenha, lavrando dormente, fazendo cerca de arame, rachando madeira e arando chão a boi*. Ao descrever sua trajetória como executando serviços particulares, deseja afirmar o fato de não ter trabalhado como empregado para outra pessoa. No lembrar do entrevistado, lembra a defesa de sua dignidade como pessoa que experimentou trabalho anterior às atividades na fazenda do pai. Recorda a luta pelo controle de suas condições de trabalho, tendo em vista que, como empreiteiro, tinha oportunidade de negociar com diversos fazendeiros, sem, contudo, permanecer preso a nenhum enquanto vínculo permanente de trabalhador.

Continuando o relato, menciona sua entrada na Estrada de Ferro Goiás através da intervenção de um parente: *Eu tinha família empregada nela, então a gente conversando falou: se você quiser eu arrumo uma vaga para você*. As relações de parentesco eram uma maneira de intervenção nos processos internos na empresa, um parente no escritório, ou em algum posto de comando na empresa, representava uma oportunidade de entrada, ou de se livrar de alguma punição do feitor ou do mestre de linha.

Ao ir trabalhar na ferrovia, menciona a tentativa de ser auxiliar de maquinista:

Eu tive a vaga primeiro de auxiliar de maquinista, teste simples, entrega de vagão, recebimento de vagão, entrega de carga, mas eu não entrei, apareceu na linha eu achei melhor na linha, porque não viaja. Aí eu entrei na linha no dia vinte e oito de agosto de mil novecentos e cinquenta e nove, na linha não precisava teste²⁴.

²⁴ Ibidem.

A primeira ocupação que procura na empresa é de auxiliar de maquinista. Faz o teste necessário para ocupar o cargo. No entanto, não consegue o cargo pretendido. Depois de tentar entrar como auxiliar de maquinista vai trabalhar na linha. No trabalhar na linha, considera relevante afirmar que o caminho se deu por escolha própria e, não, por questões externas: *apareceu na linha eu achei melhor na linha, porque não viajava*. Apesar de mencionar a escolha pelo trabalho na linha, esta foi a última opção feita pelo entrevistado, apontando um tipo de ocupação a que submetiam quando as opções eram restritas, não fornecendo outras oportunidades.

Ao mencionar o trabalho como *“na linha”*, explicita um preconceito ao tipo de ocupação a que se submete. Nas entrevistas feitas, nome comum com o qual trabalhadores que exerciam tal função eram reconhecidos, tatu, não apareceu em nenhuma das entrevistas. Essa identificação os diferenciava e os colocava em posição inferior a outros cargos, como oficina, tráfego. A empresa lidava com um certo desprezo com esses trabalhadores o que era assumido por outras funções.

A contratação de um trabalhador para a via permanente, ao contrário de outras ocupações, não exigia nenhum requisito, não sendo necessário nenhum “teste” diferente para a entrada como chefe de estação, ou mesmo auxiliar de maquinista.

Nas lembranças dos entrevistados, é possível perceber rancores que guardam em relação a outros funcionários da empresa. Em parte, por serem trabalhadores analfabetos e seu único requisito para contratação era a força física; um trabalho buscado apenas em situações limites como doença, ou desemprego, não possuíam uniformes e, pelo trato braçal, eram vistos como inferiores por outros funcionários da empresa com os quais suas atividades se cruzavam no dia-a-dia.

O Sr. José Francisco recorda do tratamento que recebia de outros trabalhadores que ocupavam funções diferentes na empresa:

*Tinha problema, os grandão abusava muito, não tratava eles por nome não, era: ô Tatu, fandango, tinha gente que achava ruim né, abusando. Naquele tempo eles abusava muito do povo da turma, era a classe mais abusada. Por toda banda era abusada*²⁵.

²⁵ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 05/08/2002, Goiandira,GO.

Os entrevistados trazem um conteúdo de recordações que manifestam apenas instigados, recordam com uma certa dificuldade. Somente na terceira entrevista, o Sr. José Francisco mencionou o tratamento recebido de outros setores da empresa. Em seu relato, faz questão de por a narrativa na terceira pessoa. Com esta postura, percebi que não só este trabalhador, mas outros também, ao falarem no assunto, tentam não se incluir no discurso a fim de se distanciarem desse contexto. Apesar de o entrevistado falar sobre o tratamento recebido, não situa nenhum caso particular que teria sido tratado com termos depreciativos.

Ao se referir aos *grandão*, faz referência aos maquinistas e chefes de estação com quem tinham de conviver no espaço de trabalho e às atividades confrontadas no dia-a-dia. Neste sentido, o Sr. José Francisco menciona o descontentamento com esses trabalhadores: *Agora outra coisa também, (pausa) não tinha direito de fazer nada, se fizesse ia prá rua e esse povo fazia o que queria*²⁶. Recorda que a empresa tratava com diferenciação as categorias que trabalhavam no tráfego ferroviário. A empresa daria um certo privilégio aos maquinistas e chefes de estação, tratando de forma diferenciada e com um maior rigor os turmeiros.

Conseguimos perceber que, em Goiandira, alguns chefes de estação faziam parte de famílias com algum grau de poder no local, sendo consideradas como tradicionais.

Outro elemento que os faz guardar um certo rancor com esses funcionários se prendia às causas atribuídas aos acidentes ocorridos em trechos ferroviários. A atribuição de responsabilidade pela empresa é lembrada sempre como deficiências nos trabalhos de conservação dos braçais. É comum afirmarem, como fatores facilitadores de acidentes, problemas causados pela liberação de trens sem maiores cuidados - atribuição exclusiva dos chefes de estação - e pela forma de condução das locomotivas - atribuição dos mestres de linha ou aos setores das oficinas sediados em Araguari. Ao contar a dinâmica de um acidente, o Sr. Bernardo frisa como responsável o maquinista que estaria dirigindo embriagado.

O mesmo acidente é lembrado pelo Sr. Idunalvo, que também foi vítima, e por sua esposa Iolanda. O casal atribui a responsabilidade do que aconteceu ao chefe de estação.

²⁶ Ibidem.

Durante entrevista com o Sr. Francisco, ao falar sobre problemas passíveis de serem enfrentados no trabalho, ele recorda:

Com os chefe de estação não, mas com os maquinista tinha, o problema é que lá na estação o agente de estação era o chefe dele, prá mandar ele embora, agora lá no trecho eu era o chefe dele, só passava se eu deixasse, então ele queria passar sendo que a linha tava fora de ordem, aí eu não vou deixar cair um vagão parado quebra a linha tudo, senão eu vou ter que fazer ela de novo²⁷.

O entrevistado lembra que os três funcionários (o chefe, o maquinista e o feitor) se confrontavam e se chocavam em suas atribuições. Nos serviços de preservação do trecho ferroviário havia, em alguns momentos, resistência dos maquinistas em parar nos trechos quando solicitados pelos trabalhadores da conservação com a “bandeira”. Em algumas narrativas, houve relato de casos de desrespeito com a ordem de parar nos trechos para aguardar o conserto.

Para os maquinistas, existia a necessidade de cumprir o horário de trabalho. Trabalhar além das horas previstas era proibido. Em determinadas ocasiões, tinham de dormir no trecho, enquanto aguardavam a liberação.

Na fala do Sr. Francisco aparece uma certa discordância em relação ao trato que os maquinistas davam ao chefe da estação - no caso, a ele como feitor, que também seria um cargo de chefia na empresa. Já os maquinistas, enquanto obedecem ao chefe de estação e aguardam a liberação da viagem, resistem em obedecer ao feitor. Tal resistência é indicada nas entrevistas por não reconhecerem nele, uma autoridade para o bloqueio no tráfego.

Pode-se inferir que, muito além desse aspecto, o fato de a maioria das turmas se localizar distante de cidades e de estações faz com que seus moradores sejam dependentes do transporte para as questões do dia-a-dia, como levar uma pessoa “na cidade” quando doente, resolver alguns problemas, etc. Contudo, não estando em estações, não é possível uma parada dos trens de passageiro ou de cargas, onde precisam recorrer constantemente a transportes com alguns fazendeiros.

Quando questionada sobre o meio que usava para o transporte até Goiandira, a Dona Iolanda, moradora na turma nove, distante aproximadamente cinco quilômetros de Goiandira, recorda:

²⁷ Sr. Francisco, entrevista realizada em 13/06/2002, Goiandira,GO.

Cê sabe quem trazia a gente? Quando perdia o ônibus nove horas da manhã era o Geraldo Moreira, trabalhava no capão alto, nessa época em uma fazenda de muito mato, ele vivia fornecendo dormente para a Estrada, ele ia todo dia com esse caminhão, como um dia eu tava com uma criança, o Alencar cê conhece né o Carzim, muito mal com uma febre eu vim andando com ele, a pé, ele muito gordo, nisso o Geraldo Moreira encostou. Se não fosse esse ônibus nove horas da manhã e o Geraldo Moreira, tinha que vim a pé²⁸.

Na fala da Dona Iolanda é possível perceber que as questões de transporte da família, principalmente no caso de uma doença, tinham de ser resolvidas pelos moradores das turmas com algum fazendeiro das proximidades, ou mesmo com o ônibus. A ajuda de algum fazendeiro era favorecida por esses trabalhadores fazerem serviços como a tiragem de lenha.

Os trabalhadores demonstram, no trato com os maquinistas e chefes de estação, um certo descontentamento pelo fato de trabalharem em uma empresa de transportes e não receberem nenhum tipo de ajuda, nem em casos de urgência.

O fato de serem reconhecidos como turmeiros implica em não se sentirem parte da estrutura da empresa em que trabalham e busquem alternativas, como trabalhos esporádicos nas fazendas ou nas cidades.

Considero que esse foi um problema enfrentado pelo Diretor Mauro Borges ao assumir a empresa no início dos anos cinqüentas. De um lado, por alguns fatores já apontados, como o ganho insuficiente que pressionavam para buscar trabalho alternativo constantemente em fazendas nas regiões em que moravam. Os problemas supracitados se agravavam a partir do momento em que os hospitais da empresa ficavam situados em Araguari, sede da empresa. Isso parece criar um estigma onde a categoria turmeiro (ou tatu) identifica trabalhadores com vínculos de emprego com a Estrada de Ferro Goiás, mas que não se sentem “identificados” com ela. Parece-me que, nesse caso, ocorre uma diferenciação com algumas categorias conforme identificou CALVO, em seu trabalho sobre a ferrovia Paulista:

A relação que mantinham com a empresa, extrapolava os limites do trabalho, atingindo outros aspectos de suas vidas, como lazer, a alimentação, a educação, a moradia assistência à saúde.

A minha impressão foi de que, para ele, a vida era o trabalho na Paulista, pois a dose de nostalgia é muito forte quando comparam as suas condições atuais de

²⁸ Dona Iolanda, entrevista realizada em 17/12/2002, Goiandira,GO.

*aposentados, ao tempo que eram trabalhadores ativos, revelando um sentimento de perda, no que diz respeito não apenas a “remuneração salarial” mas, sobretudo, a um a “participação” nos diversos espaços instituídos pela relação com a empresa*²⁹.

Percebi que, ao lembrarem do tempo de turmeiro, os entrevistados pensam em relações a que são pressionados a manter, como no caso dos fazendeiros, que os inibem a se sentirem parte da empresa, o que acarreta problemas em relação ao permanecer trabalhando.

Até o início dos anos cinqüentas, a empresa ao atingir uma política de assistência para seus trabalhadores que não os incorpora, uma vez que os benefícios oferecidos não eram acessíveis a todos, por terem de se deslocar até Araguari para consegui-los. Devido às dificuldades do transporte, ou até mesmo, pela impossibilidade de se ausentarem do serviço ou das casas de turma, a própria empresa inibia o acesso a esses serviços.

É possível perceber que o caminho feito pelo Sr. Francisco indica que, em meados dos anos sessentas, uma certa crise toma corpo para os que executam atividades em fazendas como empreiteiros. As causas disso estão postas, em parte, por uma nova opção de tráfego ferroviário não mais movido à lenha, mas a diesel. Em outro sentido, por um certo esgotamento dos trechos próximos às ferrovias, além de uma crise geral que assola o financiamento público do transporte ferroviário.

Em parte, tais fatores explicam algumas pressões exercidas sobre os trabalhadores que se movimentam com uma relativa autonomia entre as fazendas e a Estrada de Ferro, fazendo-os sentir a necessidade de procurar outras alternativas, como a do emprego fixo.

Essa mudança motivada, em parte, pelo esgotamento das matas nas proximidades do trecho ferroviário, que pode ser sentido como elemento motivador do diretor da empresa Mauro Borges, quando projeta para o exercício da década de 1950, o serviço Florestal, justificando enquanto necessidade de redimensionar este setor:

A Estrada de Ferro de Goiás dispõe apenas de um horto Florestal com uma área inferior a 100 alq. E cerca de 350.000 pés, dado a natureza imprópria do terreno que é quase todo constituído de pedras e cascalho, isto é, pedregoso.

²⁹ CALVO, Célia Rocha. Trabalho e Ferrovia: A Experiência de ser Ferroviário da Companhia Paulista. Dissertação de Mestrado. PUC/São Paulo. Mimeo, 1994.

Essa aquisição de um terreno inadequado para o fim a que se destinava, nos faz sentir a premente necessidade da criação imediata de mais dois hortos florestais para atender, em futuro próximo, os gastos sempre crescentes de lenha e dormentes da própria Estrada, devendo ditos hortos serem localizados nas regiões de Ipameri e Leopoldo Bulhões, dado a impraticabilidade de se poder contar, dentro em breve, com a capacidade dos fornecedores em toda a faixa ao longo da linha, por se encontrarem as respectivas matas e cerrados grandemente pelo desgastados pelo prolongado corte de madeiras, sem o necessário reflorestamento³⁰.

Justificada enquanto esgotamento das matas situadas nas margens da ferrovia, a proposta encaminhada justifica a criação do horto florestal pelo novo diretor, no momento em que este assume a empresa. Já no início dos anos cinqüentas, a empresa passa a plantar eucaliptos, retirando o fornecimento de lenha para a Goiás das mãos dos fazendeiros e intermediários. Além da influência dos fazendeiros, havia uma rede de corrupção presente na prestação desse serviço.

Quando a empresa se responsabiliza pela extração e fornecimento de madeira, atividade que desde o início do século XX pertencia aos fazendeiros, põe fim a uma série de oportunidades usufruídas por eles e pelos empregados das fazendas. Além destes, os turmeiros usavam várias estratégias para aproveitar essa oportunidade de trabalho. Exigiam que as tarefas nas turmas fossem feitas mais rápido para que pudessem dispor de tempo para as atividades supracitadas e, assim, aumentarem suas rendas. A empresa, ao coibir tal prática, cerceia oportunidades desses trabalhadores, tornando-os mais dependentes dela.

Todos os entrevistados se lembram do acúmulo do trabalho na ferrovia com outras atribuições para complementação de renda, como o “tirar” lenha. Assim, o Sr. José Francisco, ao ser questionado sobre as dificuldades de comprar no período de atraso dos salários, recorda:

Trabalhar fora de tarde para tirar dinheiro, trabalhava, cortei lenha muito tempo. Agora eu tirei lenha à tarde e na hora vaga no sábado, eu era feitor e não podia sair. Chegava lá no fazendeiro e falava você me arruma um serviço prá mim pelo menos para tantos dias, arrumo pode vir³¹.

Ao situar o plantio de árvores na região de Ipameri, a empresa tenta responder a uma crise de atender uma área deficiente na região onde o trecho, mas

³⁰ Relatório do diretor da Estrada de Ferro Goiás, Mauro Borges, apresentado em 1952, p. 36.

³¹ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 5/8/2002, Goiandira,GO.

antigo da ferrovia apresentava maiores problemas, como acidentes e a constante necessidade da troca de dormentes.

Por fim, o entrevistado diz que, no início dos anos cinquentas, já se assiste ao esgotamento da madeira para dormente e para combustível. A extração, praticada desde a chegada da empresa na região não era acompanhada de um reflorestamento.

A crise da atividade redefiniu várias opções de trabalho à medida que pôs fim a uma cadeia de atividades que possibilitavam o emprego a várias pessoas da família que controlava as condições em que trabalhava mediante as tarefas, seja por metro de lenha cortado, ou pelo número de dormente lavrado. A quantidade guiava o valor recebido pelo trabalho executado. Entendo o sentido da maior quantidade de trabalho ao maior ganho, quando o Sr. José Francisco lembra o corte de lenha feito pelo Sr. Gaspar: *O Gaspar era um cavalo para cortar lenha, enquanto um cortava dois metros ele cortava oito metros de lenha*³². O interesse pelo trabalho e sua produtividade estavam colocados em uma escala da qual dependia o ganho.

Ao mencionar que fez opção pelo trabalho “na linha”, o Sr. Francisco recorda a pressão para a ir para um tipo de atividade que, no ritmo da execução, rompia com as condições em que executava outros trabalhos.

Nesse sentido, faz questão de mencionar a recusa em levar a família para morar nas casas de turma:

*Na Goiás, era o experiente, o contratado, o diarista e o mensalista. Eu nunca morei em casa de turma, andei na linha toda, mas a família ficava aqui na cidade. Eu saía segunda-feira e ficava até sexta-feira, porque sábado não trabalhava*³³.

A recusa em levar a família para as turmas certamente representava a tentativa de tira-la do rigor com que eram tratados pela empresa. Morar em casas de turma significava estar em constante vigilância pelo feitor ou pelo mestre de linha.

A trajetória do Sr. Francisco indica uma diferenciação feita entre trabalhadores de turma que entram na empresa depois de morar na cidade e aqueles que entraram na empresa depois de morar um tempo na cidade.

³² Ibidem.

³³ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 13/06/2002, Goiandira,GO.

Ao mesmo tempo em que atinge a atividade no campo, a crise que assola as atividades de fornecimento de madeira para a Ferrovia faz com que a cidade se torne opção de moradia para quem vivia no campo e, para aqueles que viviam nas turmas, permaneceram nelas, abandonando o trabalho esporádico feito nas propriedades rurais.

O Sr. José Francisco opta pelo trabalho ferroviário depois de uma doença que faz com que ingresse pela última vez na empresa, onde permaneceu até se aposentar, diferente das outras duas vezes:

Agora vou te contar quando eu entrei na estrada. Eu trabalhava na fazenda lá no Nenzico Vigário. Então eu levantava de madrugada para tirar leite, tirava o leite de 60 vacas suzim e carriava, desmatava fazia tudo e adoeci. Inchei o pé não podia calçá, não podia comer, falei para ele ô Nenzico, cê arruma um para tirar leite e me arruma um dinheiro prá mim ir no médico, no doutor eu tenho que consultar, eu tô assim, assim. No outro dia eu falei com ele falou: nada cê não tá doente cê tá com preguiça de trabaiaá, some que eu por um aí para trabaiaá. Já arranhou um para trabalhar aí eu dascabriado, como é que eu vou fazer, o que fazia prá onde ia, doente né. Era fígado né, aí o mestre de linha já me conhecia, nós combinava muito, mandou me chamar para trabaiaar na estrada. Corri e vortei prá estrada, o feitor me conhecia muito, eu era particular, mas agradava ele muito, dava uma abóbora e um pepino para um trabaiaador de turma era um presentão (pausa)³⁴.

Ao situar o relato no início dos anos cinquentas, o Sr. José Francisco empregado de um fazendeiro do município de Goiandira, recorda ter saído duas da empresa e ter voltado para a fazenda. Quando retorna para a empresa, pela terceira vez, nela permanece até a aposentadoria.

Uma das hostilidades destes trabalhadores em relação à estrada foi a empresa ter representado um trabalho fixo com remuneração determinada - e parece ser uma das recusas em permanecer nela -, diferente do período das fazendas, quando mesmo trabalhando para um fazendeiro em algumas épocas do ano, era possível executar outras tarefas, acumulando ganhos que não estavam postos em uma remuneração fixa. Esse período traz uma recordação onde, mesmo em situações extremamente precárias, ainda controlavam o ritmo de trabalho que executavam.

Em suas atribuições, negocia serviços entre fazendeiro e a empresa. Esta atividade, até meados dos anos sessentas, com o uso ainda das “vaporosas”, faz com que

³⁴ Idem, entrevista realizada em 05/08/2002, Goiandira,GO.

proporcione algum ganho para trabalhadores. Além disso, em tarefas como lavradores de pau para fazer dormente, os trabalhadores executam o trabalho em fazendas para a Ferrovia sem, no entanto, terem vínculo de emprego com o fazendeiro, ou com a ferrovia.

Os trabalhadores, ao entrarem para a Estrada de Ferro Goiás, faziam pressão para que pudessem continuar conciliando o trabalho por tarefas com as atividades feitas na empresa. Isso acontecia principalmente nas épocas de atraso nos pagamentos. As atividades representavam uma fonte de recurso indispensável para a manutenção da família e, em parte, para algumas turmas com ou sem o consentimento da empresa. Há uma organização informal que permitia aos trabalhadores se revezarem prestando serviços para fazendeiros da região. Nesse sentido relatou o Sr. José Francisco:

E nesse quadro de obras surgiu uma lei aí, não podia pagá tinha que dá o dia, cada trabalhador podia trabalhar três dias para o fazendeiro, prá compra o sustento e eu não podia ir, porque era feitor, toda vida o sofrimento tava comigo³⁵.

Quando recorda isso, o entrevistado atribui a permissão a uma lei. No entanto, parece improvável que a empresa legitimasse para trabalhadores com ganho fixo mensal, mesmo que diaristas, uma ausência ao trabalho por três dias.

Nesse sentido, um elemento que norteou essa concessão foi de um lado a pressão destes trabalhadores, em largar o emprego, o que fez que informalmente o mestre de linha concedesse, sem o corte do dia trabalhado a ausência. De outro, uma necessidade da empresa em mantê-los no local de trabalho.

O Sr. José Francisco menciona que, na condição de feitor, não podia sair das turmas para essas atividades. A recusa de alguns feitores em participarem dessas atividades parece estar ligada à depreciação da dupla jornada de trabalho, ferindo o orgulho do cargo de chefe da turma, denegrindo a função que executavam.

Nesse sentido, Sr. Francisco recorda o momento em que foi substituir o Sr. Barnabé, quando este tirou a licença prêmio acumulada com as férias, totalizando sete meses de licença:

Quando eu vim substituir o Barnabé aqui na turma nove, (...) a gente chegou dando balanço nas ferramentas e nos materiais, aí ele falô ô cumpade, nós era cumpade, ô Chiquinho eu vou te dizer uma coisa, aqui tem quatro homem que trabalha fora de área, falei, mas é quatro diária? ele falou não cada semana vai quatro. Mas porque isso seu Bernardo? É porque o pagamento não sai então eles trabalha uma semana fora e outra semana trabalha na estrada. Então tudo bem, aguardei os sete meses fazendo do jeito que ele falou³⁶.

A permissão para alguns trabalhadores irem para as fazendas em alguns dias do ano parece ter atingido algumas turmas. Na documentação da empresa alcançada na pesquisa, não foi possível perceber como esta tratava este problema. A facilidade com que o Sr. Francisco acata a solicitação do feitor que estava saindo mostra que essa prática era aceitável e certamente conhecida na Estrada de Ferro Goiás, que assim minimizava as tensões decorrentes do atraso nos pagamentos.

Na mesma entrevista, o Sr. Francisco recorda o período em que foi substituir o Sr. José Francisco:

Eu fui tirar as férias especial do Zezim, seu pai, emendado, uma atrás da outra (pausa), nós deu balanço recebi, ele falou assim: agora é o seguinte: cada semana lá era só dois homem, não era quatro não, porque a turma lá era mais pesada, cada semana dois homem trabalha particular aí dá autorização prá eles trabalhar fora da Estrada, a escala deles já fica fechada. Comecei na semana seguinte comecei certim também.³⁷

Na turma, o revezamento já era acertado em uma escala, mostrando o acerto entre o feitor que saía e o que entrava para o substituir. O chefe que chegava não tinha autonomia para alterar o acordo firmado entre os trabalhadores.

Ao começarem a trabalhar na empresa, os trabalhadores braçais mantêm, ou lutam para manter, o trabalho por tarefas, enquanto o exigido pela empresa era a jornada de oito horas diárias. O objetivo deles era permanecer desenvolvendo outras atividades em fazendas da região. Nas entrevistas, notei que demonstram que existia, principalmente para os feitores, uma dificuldade de disciplinar a produção do trabalho pelo tempo do relógio.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Sr. Francisco, entrevista realizada em 13/06/2002, Goiandira,GO.

³⁷ Ibidem.

Indagado sobre o momento em que passou a feitor, recorda o Sr. José Francisco Inácio: *Fui a feitor, tive que comprar um relógio, fui obrigado, a empresa exigia, tinha que ter, não tinha outro jeito não*³⁸. Ao se recordar do controle do tempo, demonstra o uso do relógio sob forma de obrigatoriedade para disciplinar os turmeiros.

Quando perguntei sobre a fiscalização que os chefes da linha faziam com os feitores no trecho, o Sr. José Francisco Inácio contou como se livrou de uma punição por ter manipulado o relógio:

*Chegou um chefe prá í, Dr. Hugo, o homem era uma fera de ruim. Nós tava trabaiano lá embaixo, falei: nós vai embora mais cedo. E eles avisou que o Dr. Hugo ia correr linha naquele dia. Falaram é o Dr. Hugo, falei eu vou na frente com a bandeira, peguei a bandeira e fui. Escutei o barulho do auto e adiantei o relógio (...) Ele falou prá mim, Onde que ocê vai trabalhar agora? Falei: não vou trabalhar hoje mais não, já encerrou por hoje. Falou: mais ainda tá meio cedo. Falei: Não tá não, aqui ó, mostrei o relógio, ele falou: mas o seu relógio tá adiantado. Respondi: mas o que que eu faço, eu pego é por ele, tenho que parar por ele. Ele falou: é ocê tá certo (riso) me deu uma vontade rir. É tá certo ocê pega é por aí, tinha adiantado ele (riso)*³⁹.

O fato de estarem isolados da empresa, morando em turmas distantes da sede ou de alguma estação, favorecia a manipulação do tempo trabalhado sem que a empresa tivesse condições de acompanhar. É possível notar, no relato do Sr. José Francisco, que a “chefia” não acompanhava o horário inicial do trabalho, portanto, não tinha condições de exigir uma sincronia entre o relógio da empresa e o dos feitores. No adiantar o relógio é possível driblar a empresa, fazendo-a acreditar que haviam começado no serviço antes do horário.

No controle do tempo trabalhado, alguns feitores ainda exigiam para o tempo de execução as tarefas ao contrário das oito horas:

Eu ia dá tarefa suponhamo eu via o sujeito assim hoje nós vai pô dezoito dormente sujeito olhava mais numa terra cê que sabe cê fazê o que eu faço, sê qué fazê o que eu faço vai fazê responsabiliza e eu vou pô os dezoito pau prá você e eu punha mesmo. Muitas vezes eu punha dezoito paus prá eles vê. Sujeito reclamava com pregadô que tinha que pregá e repregá lá né então eu pegava a marreta e pregava prá

³⁸ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 05/08/2002, Goiandira, GO.

³⁹ Ibidem.

eles vê então como é que reclamava de mim, não tinha jeito quer dizê que não não tava forçando trabalhadô fazê aquilo que não tinha capacidade de fazê⁴⁰.

Na turma de sua responsabilidade, o Sr. Bernardo recorda que a exigência do trabalho estava mais ligada às tarefas e não ao tempo. Nesse sentido, um critério que usa para os trabalhadores e com os quais estes trabalhadores haviam reclamado é a exigência de trocar dezoito paus de dormente por dia. O argumento para a exigência é sua capacidade como feitor de executar a tarefa, na medida em que têm condições de realizar a tarefa não aceita que os outros não a façam.

O Sr. Idunalvo, que trabalhou com o Sr. Bernardo na turma nove, recorda de um problema que teve com o feitor:

Um dia eu fui acender um cigarro, toda vida eu gostei de pitar, o Bernardo chegou danando: Ô cê parado aí, falei eu já pus oito pau os outros pôs dois, cê tem que chegar o ferro é neles, não é nim mim não, ele voltou muchim. Conta os meu, conta os outros se todos tivesse colocado o que eu já pus nós já tinha terminado⁴¹.

Diante da bronca recebida por parar o serviço para “pitar”, usa justificativa de sua pausa o fato de já ter colocado “os oito pau”, quantia superior ao que os outros trabalhadores tinham colocado. A produção maior em relação aos outros justificaria o direito de uma pausa para fumar. O entrevistado apresenta a concordância do feitor com o critério que usou, tendo em vista ter ficado em silêncio.

Ao lembrar da substituição que foi fazer no Km 127, Sr. Idunalvo mostra como o trabalho por tarefa permitia que saíssem mais cedo para a pescaria:

Um dia eu fui trabalhar lá no 127, no Veríssimo, O Orcalino que era o feitor, um velho tudo, foi eu o Dito Juliano e o Antônio Cândido, bõo, aí eu falei se você me der tarefa aqui eu quero porque eu quero pescar, ali era bõo, eu falei qual a base de vocês pôr dormente aqui. Eles falou: é seis sete pau por dia. Falei: Nossa Sr.a aí falei seis, me dá oito, eu ajudei o João Benedito, O Dito Juliano foi fazer comida na hora do almoço já tava folgado, dormi um sono, aí nós foi pescar, falei aí eu tô feito⁴².

⁴⁰ Sr. Bernardo, entrevista realizada em 27/04/2002, Goiandira,GO.

⁴¹ Sr. Idunalvo, entrevista realizada em 17/12/2002, Goiandira,GO.

⁴² Ibidem.

É possível perceber a inexistência de um padrão de trabalho nas turmas. Parecia haver uma certa autonomia na organização do trabalho, como na turma nove, onde o exigido por trabalhador era um número superior de dormentes ao exigido para os trabalhadores da turma 13.

Após os anos cinqüentas, com a circulação da revista “Família Ferroviária”, é possível perceber que a empresa entre as questões que tenta encaminhar é o cumprimento do horário.

A caça e a pesca eram um outro elemento a que estavam acostumados, tanto nas fazendas, quanto no trabalho, e que lutavam para manter. Apesar de serem lembrados como atividade de lazer, essas práticas também estavam relacionadas a algo essencial para a dieta de um turmeiro, pois eram entendidas como necessidade de se manter o mínimo de consumo de carne para o turmeiro.

Inclusive, parece haver um certo preconceito em relação aos trabalhadores de turma devido a isso. Quando perguntado sobre o tempo antes de feitor, o Sr. José Francisco lembra da proibição imposta por um feitor em uma turma onde trabalhou:

Tinha um feitor enjuado, falou: cada um é prá trazer um copo que eu não bebo água em copo de quem come tatu e vocês é diária comendo tatu. E o Chico pegou um tatu e a mulher fez umas almôndegas cheirosa e aí chegô no trabalho o Chico falô pro feitor quer provar uma almôndega, o feitor falou: rapaz eu quero, onde você arrumou uma carne tão gostosa assim? Ele falou: carne de tatu (risos). Feitor falou Chico eu te considero um amigo e ocê é um covarde⁴³.

O hábito de carne proveniente da caça parece disseminado entre todos os trabalhadores que entraram na empresa depois de morarem em fazendas. No caso lembrado pelo Sr. José Francisco, o feitor era português. Era uma chefia vinda de outro local, tinha uma conduta mais rígida, era menos tolerável com o ritmo a que estavam acostumados os trabalhadores locais e com outros costumes.

Os laços de compadrios e o estabelecimento de relações pessoais podiam favorecer o trabalhador no sentido de garantir uma saída mais cedo do trabalho. Ao ser perguntado sobre o consumo de carne de um turmeiro o Sr. José Francisco, recorda: *Caçava, punha os menino prá caçá, secava carne de bicho, comia carne a semana*

⁴³ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 05/08/2002, Goiandira,GO.

*inteira*⁴⁴. Em sua entrada para a empresa, deu continuidade a essa prática comum na vida da fazenda, uma vez que havia possibilidade de organização do tempo de trabalho, favorecendo a atividade paralelamente. Na empresa, conseguir um tempo para isso requeria uma conquista por parte de algum chefe da empresa.

A presença da Estrada de Ferro Goiás no território goiano remonta a um projeto que data o período do final do Império, projeto que visava permitir a ligação de Goiás aos portos situados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Estado com grande produção agropecuária, essa ligação permitiria, além do escoamento da produção, a modernização de Goiás. O Decreto nº 862, de 16 de outubro de 1880⁴⁵, concede à Companhia E. F. Alto Tocantins a construção de uma ferrovia que ligaria a Vila de Catalão (Sul do Estado) a cidade de Palma (Norte do Estado). O mesmo decreto concede à Estrada de Ferro Mogiana (Oeste de Minas) o direito de prolongarem os trilhos de Jaguará e Perdões até Catalão. Neste sentido, ocorreria a ligação do Estado através da Mogiana com São Paulo e, usando a Oeste de Minas, a ligação com o Rio de Janeiro.

A ligação com o Sudeste permitiria ao Estado romper com um isolamento em que esteve submetido desde meados o início do século XIX, com a crise mineração. O desenvolvimento do Estado passaria por uma melhoria das condições de escoamento da produção.

Devido às pressões exercidas de Araguari/MG, o trajeto inicial vai sendo alterado, fazendo com que o ponto de encontro com a Mogiana passe de Jaguará para Araguari, já para atender esse novo trajeto que o nome da empresa é alterado de Alto Tocantins para Estrada de Ferro Goiás, em 1906.

Se a ligação com a Mogiana é feita no início do século XX, a ligação com o Rio de Janeiro, através da Oeste de Minas, ocorre no início dos anos XX. Após atrasos sucessivos e alterações de projetos, no início dos anos cinqüentas, a Estrada de Ferro Goiás atinge a capital do Estado, Goiânia. A empresa tem o trajeto Araguari – Goiânia entroncando naquela cidade com a Mogiana. Outros entroncamentos

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Citado por BORGES, Barsanulfo Gomides. O Despertar dos Dormentes. Goiânia: Cegraf, 1990. (Coleção Documentos Goianos), p.59.

importantes ocorrem em Goiandira, onde encontra a Estrada de Ferro Oeste de Minas e Roncador, onde sai um ramal que liga com Brasília.

No início dos anos cinquentas, a expansão da Goiás atingia seu trajeto final, estando assim definida:

<i>Tronco Araguari – Goiânia</i>	<i>429,867 Km</i>
<i>Ramal – Jarina – Anápolis</i>	<i>48,016 Km</i>
<i>Total:</i>	<i>425,3 Km</i>
<i>Em Território Goiano</i>	<i>425,3 Km ou 89%</i>
<i>Em Território Mineiro</i>	<i>52,9 Km ou 11%</i> ⁴⁶

No trajeto da empresa, alguns pontos são importantes: Araguari, onde ocorre o entroncamento com a Mogiana; Goiandira, onde ocorre o entroncamento com a ferrovia Rede Mineira de Viação e Roncador, onde sai um Ramal para Brasília.

Considerada de pequeno porte pela extensão e pelo local onde se encontra, a região interiorana da Estrada de Ferro Goiás era responsável pelo transporte de mercadorias e pessoas de Goiás para outras regiões.

É possível perceber, em alguns documentos pesquisados⁴⁷, que os trabalhadores que vão trabalhar na ferrovia têm suas vidas alteradas de forma substancial no início dos anos cinquentas. Em frentes distintas, a empresa vai sendo pressionada a alterar sua organização das relações de trabalho.

Alguns autores situam a crise do sistema ferroviário a partir dos anos trintas. BORGES identifica dois momentos distintos na Estrada de Ferro Goiás até os anos trintas: um momento de apogeu e, depois desse período, uma decadência. Nesses fatores estão postos elementos nacionais e internacionais que impuseram uma nova dinâmica nas relações de trabalho.

Ao se depararem com uma nova relação de trabalho, os trabalhadores encontraram novas formas de controle em moldes diferentes do trabalho na fazenda, com presença de um feitor. Uma alteração da maneira em que a família tinha uma certa

⁴⁶ Estrada de Ferro Goiás. Relatório apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Engenheiro Vicente de Brito Pereira Filho, pelo Capitão Mauro Borges Teixeira, quando este assume a Diretoria da Empresa, em. Oficinas Gráficas de Araguari-MG, em 1951, p. 30.

⁴⁷ Relatório apresentado pelo Diretor da empresa Mauro Borges Teixeira, ao Departamento de transportes ferroviários nacional, 1951, quando assume a diretoria da Estrada de Ferro Goiás, relatório apresentado no momento em que deixa a empresa, 1954. Números esparsos da Revista Ferroviária, e algumas notas publicadas no Jornal O Popular.

autonomia, como na criação dos filhos, o que é alterado sob vigilância da empresa, relação que envolvia toda a família.

As regras que eram impostas pela empresa foram percebidas no exercício do trabalho. Nas falas dos entrevistados, é possível perceber que a condição básica para o bom funcionamento de uma turma era não haver acidente ferroviário, com poucos recursos técnicos ou de maquinário, com atividades basicamente manuais. Os feitores eram pressionados pela empresa a exigir um cumprimento rigoroso dos trabalhos de cuidado com as condições de tráfego.

Os feitores, inclusive por não saberem ler, não dispunham de normas escritas pela empresa onde pudessem se basear nas exigências a serem feitas. No entanto, eram obrigados a atuar com rigor a fim de exigirem que os trabalhadores executassem as tarefas. A exigência da empresa que necessitava da escrita era um relatório semanal a ser enviado ao escritório central com o controle das oito horas diárias de trabalho de cada funcionário e o controle de estoque de ferramentas e peças usadas no serviço.

CAPÍTULO II

COTIDIANO, TRABALHO E MEMÓRIA

Este capítulo surgiu da necessidade de buscar nas vivências de família de turmeiro como elas sofreram mudanças a partir da entrada na empresa. As entrevistas feitas com mulheres de turmeiros surgiram como reveladoras dessa dinâmica familiar e transformações sofridas, daí sua importância para a construção desta discussão.

Este capítulo é um desdobrar do trauma da entrada para a empresa, de como se cruzaram e se opuseram formas tradicionais de valor e execução do trabalho a uma outra maneira, imposta pela Estrada de Ferro Goiás, movida pela regularidade do horário de trabalho. Pude perceber que a família é incorporada na mesma dinâmica, inclusive pelo local de moradia, sentindo também alterações em um ritmo tradicional para outro, da necessidade dos serviços de manutenção da “via permanente”.

Ao trabalhar com a memória turmeiro, estabeleci, neste capítulo, uma percepção de transformação que os trabalhadores sofreram nas vivências familiares. Abordei, nas memórias dos turmeiros, algumas mudanças em suas vivências a partir do novo local de moradia/trabalho com o qual passam a estabelecer relações enquanto trabalhadores da Estrada de Ferro Goiás. Fiz uma discussão sobre as novas condições de trabalho, que redefiniram aspectos de suas vivências, fazendo alguns contrapontos sobre os modos que viviam nas fazendas antes da entrada na Estrada de Ferro Goiás e como foram pressionados a articular novas maneiras de vida: o papel da mulher e das crianças na família são alterados de maneira substantiva.

Tratei o aspecto lúdico como relevante na construção das diversas experiências dos sujeitos em estudo e levantei como algumas maneiras de sociabilidade foram redefinidas a partir do momento em que foram morar nas turmas.

A família era inserida nas relações cotidianas com grande rigidez no desempenho das atividades, uma inserção que não se media pela idade, mas pelo porte físico. Nessas atividades, as crianças, as mulheres e os homens tinham um papel marcante, não havendo espaço para se preocupar com a criação dos filhos, tendo em vista que a inserção no mundo do trabalho era uma inserção natural, propiciada com o próprio crescimento físico. A produção, salvo a mediação de clima, estava, de forma proporcional, ligada ao tempo trabalhado nas “roças”.

A partir da entrada na ferrovia, começam a ser redesenhados um novo campo de trabalho, novas atividades tanto para as mulheres, homens, crianças, fazendo com que sejam articuladas novas formas de viver. A partir de vivências anteriores, são forjados novos papéis para estes agentes, surgindo questões como a educação dos filhos, um espaço livre em alguns momentos do dia para as mulheres e uma dupla jornada de trabalho para os homens.

Igualar o trabalho junto aos trilhos com a dinâmica nas casas de turma denotou uma certa fragilidade, mesmo tendo reagido às mesmas formas de pressão. Sendo assim, há enfrentamentos a serem percebidos: um propriamente no contato entre trabalhador e feitor e o outro, uma dinâmica do lar não colocada em ordem de importância, que foi sendo possível de ser revelada no depoimento das mulheres, como sentiram as mudanças.

Diante dessas questões, os moradores das turmas vão forjando novos valores e ao que pude verificar, parece haver uma composição familiar nas fazendas. O sentido de viver perto da família vai sendo rompido de maneira lenta e progressiva, direcionando laços de relacionamento para outros trabalhadores da empresa.

Uma questão que nos possibilita acompanhar o processo está posta na forma de os entrevistados recordarem o tempo antes da entrada nas turmas. Ao estabelecerem uma temporalidade em suas vidas, quando sugerido que discorressem sobre elas e falassem sobre os locais onde moraram, quais trabalhos foram executados, é possível perceber diferenciações na compreensão e na forma que atribuem, a partir do presente, um sentido para o passado em que viveram.

Os trabalhadores eram obrigados a morar nas margens dos trilhos, toda a família era pressionada a isso e estavam sujeitos às disciplinarizações feitas pela empresa.

Nos relatos, privilegiei como as pessoas entrevistadas elaboram o entendimento de um cotidiano que, a partir de imposições da empresa, altera profundamente os modos de vida anteriores. No diálogo com as entrevistas surgiram algumas percepções que as mulheres fazem sobre as ausências constantes do marido, que saía de manhã e voltava só à tarde, diferente das relações anteriores. Alguns momentos de preocupação para elas eram os momentos da gravidez experimentada em

um novo ambiente, as casas de turma e também outras relações estabelecidas, a distância dos familiares, das parceiras.

Nas entrevistas feitas com mulheres, surgiu uma diferenciação entre os trabalhos que faziam antes e que agora são responsáveis na casa de turma, como, por exemplo, fazer comida em horário determinado.

Algumas questões surgidas nas turmas, como brigas envolvendo mulheres, casos amorosos ou brigas de filhos podiam acarretar na transferência de um trabalhador de uma turma para outra.

Em outro sentido, percebi que brigas ocorridas durante o trabalho tinham motivações em disputas envolvendo as famílias nas turmas. Ao tentar focalizar como o viver em família surge nas falas, busquei perceber uma ordenação, um discurso, um gênero dotado de significado que privilegia o que deve ou não ser lembrado e um esforço para ser lembrado de uma forma e, não, de outra. Bem como resgatar as atribuições de homens, mulheres, filhos e filhas como aspectos reveladores das pressões que sofreram pela empresas e as respostas forjadas no dia-a-dia. Um desdobrar, em outros espaços, da família, do conflito trabalhista na empresa.

Procurei perceber o campo de forças¹ a que estavam inseridos em seu cotidiano e como foram pressionados a reelaborar hábitos e valores a partir das exigências da empresa.

Fui influenciado metodologicamente pelo trabalho de THOMPSON. Em seu trabalho, há uma recusa em buscar um padrão médio de vida dos trabalhadores em meados do século XIX na Inglaterra, tentando perceber várias mudanças, como as sentem e no mesmo sentido como as enfrentaram cotidianamente, a partir dos costumes que possuíam.

Nos depoimentos das pessoas que moraram em casas de turma, é possível perceber algumas maneiras em que constroem, no lembrar, uma oposição entre a vida nas fazendas anterior à entrada no ritmo de vida da Estrada de Ferro Goiás e a vida nas casas de turma. A partir dos trabalhadores da Estrada de Ferro Goiás, compõe-se um sentido de família, que destoa e, em vários aspectos, contrapõe ao que se experimentava do viver em família, no período anterior.

¹ Expressão utilizada pela professora Dra. Yara Khoury, para indicar o conflito não como algo dicotomizado em disputas que conflituam duas forças majoritárias, onde as pessoas estariam inseridas, mas algo perpassado por diversas disputas.

Nas recordações que conservam sobre dois mundos aparentemente sobrepostos, considero ser possível apontar, nas transformações que sofreram a partir de moradores nas turmas e expostos às condições de trabalho da Estrada de Ferro Goiás, alguns elementos, nas filas, nos relatórios da empresa e na revista dos ferroviários, como atribuem significados às mudanças que sofreram em seus modos de vida e algumas estratégias que usaram como reação a estas mudanças.

Consideramos como elemento relevante o sentimento de perda que envolve a ida para as casas de turma e o sentido construído de ser turmeiro após os anos cinqüentas. Esse elemento envolve a recusa por parte dos trabalhadores sob influência dos familiares em permanecerem nas casas de turma. Uma outra estratégia traçada pela empresa como resultado deste foco de tensões é a transferência dos trabalhadores para as cidades no início dos anos setentas.

Nos relatos dois campos de recordações se afunilam e, aparentemente, são percebidas, de modo geral, como a vida no campo, período de fartura e de “boas condições de vida”, e o trabalho nas turmas, percebido como negador das condições positivas lidas no lembrar o trabalho nas fazendas. Alguns sentidos dados ao viver no campo parecem ser construídos no período da moradia nas casas de turma, emergindo um sentido de transformação de um modo de viver, onde a partir das condições de trabalho, estavam percebidos alguns valores como o horário, o plantio, a colheita, o sentido da produção.

Nas entrevistas feitas com Dona Guimar e Do na Irani, pode-se perceber que, para as mulheres, o tempo cronológico estava direcionado em momentos como o fazer a comida para que o boieiro levasse para os locais onde os maridos estavam trabalhando. Os momentos da gravidez, ou do nascimento dos filhos, ou quando passava a “cooperativa” de onde podiam fazer as compras para passar o mês também faziam parte dessa noção.

Esse relembrar parece fixar para esses agentes, mesmo que de forma difusa, os momentos de risco a que estavam expostos e uma “redefinição” de “padrões de vivências” a que tinham de se submeter. Nesse sentido, a alimentação da família vai sendo retirada do trabalho familiar e adquirindo uma nova forma: o comprar as mercadorias no armazém. Além da dedicação aos filhos, para as mulheres vai sendo

definido um tempo necessário para o cuidado com os filhos, o que passa de forma crescente a ser entendido como elemento definidor de uma boa mãe.

A maneira como Dona Irani recorda as etapas de trabalho dos maridos nas fazendas, nas turmas e depois na cidade, vão sendo pensadas sobre o tempo em que passam com os filhos.

Considero que, nas maneiras de lembrar, estejam colocadas formas de pressão e inserção em um novo mercado local, de onde precisam tirar alimentos para a subsistência.

Além de uma nova maneira de abastecimento das necessidades da família, as mulheres e crianças passam a ser submetidas a algumas formas de controle de atividades, surgindo a necessidade de disciplinar suas atividades.

Durante a gravidez, estando em casas de turma, de forma relativa distante da família nas fazendas, vão surgindo novas preocupações no estar grávida. A cidade vai surgindo como caminho que os distancia de uma forma única que era com as parteiras existentes na região da fazenda.

Ao relembrem algumas experiências que tiveram no viver nas turmas, incorporam elementos que passam a experimentar no viver na cidade. Como moradores da cidade, demarcam diferenciações do que seria um viver no campo e outro na cidade. Via memória, ligam as vivências nas fazendas e nas turmas com algumas referências comuns.

O cuidado com os filhos vai se tornando uma atividade crescente das mulheres, preocupação também dos homens e, aos poucos, referência como critério manipulado socialmente e que especifica uma boa mulher.

Ao ser perguntada sobre o cotidiano nas turmas, Dona Guimar menciona tanto o horário do trabalho quanto o cuidado com os filhos:

Os horário de fazê na turma era apertado, se desse oito horas o caldeirão não tivesse pronto o boieiro falava “A Bóia”, a gente ficava quase doido.

O boieiro esperava, tinha dia que não esperava ia embora. O Gaspar saía quando o Zé era novinho, ele chorava com uma dor tinha o intestino preso, o Zé não, o Carlim, ele saía e falava assim se não der prá você fazer comida cê faz feijão aí, frita um ovo qualquer jeito não vai esquentá, não vai judiar com ele não, porque todo vida Paulim ele foi um marido e tanto.

É ajudô a criá assim eu fui desmamá o Zé, ele olhava ele a noite inteira.

Às vezes quando ele bebia, ele ficava nervoso, mas era a pinga né, depois ele arrependia, cê lembra quando ele bebia.

Mas toda vida ele foi um pai excelente, gostava de fartura dentro de casa Graças a Deus, nunca paisei falta de nada (pausa) Ele era trabalhado, ele trabaiava mesmo².

A maneira de se perceber essa “organização” econômica tem sido notada apenas como uma “economia fechada”. Esse tipo de abordagem, comum em muitos trabalhos, aparece no trabalho de MIRANDOLA:

...pode-se afirmar que a tecelagem, para a tecelã goiana, é uma atividade vital, de subsistência. Os panos ou cortes tecidos se destinam, principalmente, à confecção de peças do vestuário feminino e masculino; à confecção de peças utilitárias destinadas à cama, à mesa, entre outras utilidades. Pelo ofício da tecelagem artesanal a tecedeira participa de uma economia fechada, em que suas atividades artesanais se intercalam com seus afazeres domésticos, procurando garantir a subsistência de seu grupo família³.

A autora aborda ainda outras atividades artesanais, como a cerâmica, couro, trançados em fibras, madeira, metal, retalho de tecidos e como essa maneira de produzir para subsistência se interligava às manifestações culturais das pessoas.

Tratar essas maneiras de trabalho como incrustadas apenas em uma economia fechada, contraposta/sobreposta por uma economia aberta de mercado onde estes produtos devem ser buscados em armazéns e vendas, ou vindos pela cooperativa, é também percebê-las como se existissem apenas pela ausência de formas modernas de produção e não as articular com uma maneira de vida que respondia aos anseios desses trabalhadores. O olhar do pesquisador tende apenas a buscar, de forma saudosista, um ritmo abandonado, naturalmente superado por tecnologias modernas de produção, não percebendo que de um ritmo para outro houve perdas e abandonos por parte dos agentes.

Nesta produção artesanal, estava colocada uma produção na qual as necessidades essenciais da família eram buscadas externamente, em armazéns situados em fazendas ou nas pequenas cidades. Produtos como o sal, ou em momento cujas condições climáticas não possibilitavam uma boa colheita, utilizava-se de outras formas de abastecimento, o que poderia provocar o endividamento das pessoas. Esse entendimento, observei em BORGES:

² Dona Guimar, entrevista realizada em 20/07/2002, Goiandira, GO.

³ MIRANDOLA, Norma Simão Adad. *As Tecedeiras de Goiás: estudo lingüístico, etnográfico e folclórico*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1993. p. 57.

Embora existissem em Goiás regimes de trabalho diversos, as relações sociais de produção baseavam-se prioritariamente na agregação, cuja característica principal era a exploração e a opressão absoluta do trabalhador rural. O monopólio da terra por parte dos grandes proprietários permitia a continuidade não só de regimes de superexploração do trabalho, mas também de sistemas de dominação política e de manifestação de poder pessoal na figura do fazendeiro (...) As relações de trabalho no campo que predominaram até os anos 60, com baixo grau de assalariamento e controle altamente centrado no latifúndio, amalgamavam-se com uma base técnica primitiva de produção rural⁴.

Em linhas gerais, essas interpretações inserem os trabalhadores rurais em esquemas amplos, pertencentes a uma lógica estabelecida senão em suas vidas, ao menos na sociedade posterior, entendendo os significados de suas vidas, de seu trabalho, do que produzem em uma lógica dinamizada quando articulados com a dinâmica capitalista ampla.

Ao perceber, no caso dos moradores de turma entrevistados por mim, a passagem do trabalho das fazendas para a moradia nas turmas significou algumas perdas com as quais tiveram que conviver ou criaram estratégias que pudessem resistir.

Ao ser entrevistada e questionada sobre os trabalhos que já tinha feito na vida, a Dona Guimar se lembra primeiro do trabalhar na fazenda, do sentido da convivência com a família, destacando:

...a gente morando com o pai e a mãe toda vida, trabalhando, ajudando a trabalhar, ia até na roça. eu levava comida na roça, tinha que í de cavalo levá comida. Meus pais punha eu vigiá arroz pros passarim não rancá. Hora de plantar arroz, ele punha a gente tampá as cova de trem, panhá algodão mexê com mamona, tudo isso eu trabalhei, quando eu tinha doze, treze anos por aí.⁵

Ao lembrar, ela atribui um sentido permeado por valores que estariam presentes naquele tipo de trabalho que fez como moradora na Fazenda Cachoeira, município de Goiandira, onde seus familiares tinham relações de agregação com o proprietário.

Ao recordar, imprime à vida no campo valores do presente. Naquela vida, um primeiro elemento é o trabalhar *morando com o pai e a mãe toda vida*. O estar

⁴ BORGES, Barsanulfo Gomes. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960. Goiânia: Ed da UFG, 2000, pp. 138-139.

⁵ Dona Guimar, entrevista realizada em 20/07/2002.

sempre próximo com familiares em um trabalho que, na sua execução, não exigia que fossem dissociados o mundo do trabalho e a vida em família. Em sua fala a percepção de família não se prende apenas ao núcleo marido, esposa e filhos, mas irmãos, pai e mãe.

A organização do trabalho era feita pelo pai, que estipulava as tarefas como *hora de plantar arroz, ele punha a gente tampa as covas*. Além da proximidade da família, as tarefas a serem executadas eram simples, de conhecimento mesmo de alguém que estivesse na infância.

A entrevistada imputa àquele tempo um sentido dado na proximidade com a família, ao trabalhar entendido como ajuda mútua, atividade ligada à família, e à ausência de um rigor e disciplina para sua execução. Na recordação, sobressai um sentido do trabalho onde não há diferenciação para o resultado. Nas atividades que eram incumbidas ao pai, filho, esposa e filha, a divisão era dada ao porte físico, não eram hierarquizadas no sentido que estaria dado na própria produção.

Na entrevista, Dona Guimar não sente necessidade de falar da ausência de um ganho salarial para a atividade desenvolvida. Produção e consumo eram revestidos de um sentido de abastecimento da família. Nessa atividade, a mediação do ganho financeiro necessário e exigido para sua execução não aparecem como marcantes para o trabalho.

A produção para o consumo era feita em um ambiente familiar. Havia a plantação de arroz, feijão, milho, criação de animais. Um outro trabalho era o cultivo de algodão e mamona. O primeiro, para produção de roupa. O segundo era necessário para produção do óleo que era queimado nas “candeias”. Alimentação, vestuário e combustível para iluminação eram produzidos em casa.

A vida na fazenda é organizada pela entrevistada como dotada de um sentido lúdico, onde não aparecem as pressões costumeiras a que deveriam estar submetidos na condição de agregados: *Colhia muito mantimento, tinha uma cuia muito grande, então enchia de arroz, de feijão trabalhava muito, mais tinha fartura*⁶. A idéia de fartura é revestida de um sentido simbólico, da alegria que sentia ao estar perto da família e da percepção de um sentido de trabalhar em que todas as exigências imediatas, moradia, vestuário e alimentação satisfaziam a família. A idealização de um local de

⁶ Ibidem.

trabalho, costumeiramente entendido como espaço de grandes pressões que os trabalhadores sofriam por parte dos fazendeiros ou coronéis, parece fazer sentido quando lida em um momento em que padrões costumeiros de vida em família e trabalho começam a ser dissociados.

No mesmo diálogo, a entrevistada sente a necessidade de situar um momento importante em sua vida: o momento em que conheceu o Gaspar, seu esposo: *Nóis encontrou num baile (riso) lá na Dona Tereza, lá nóis comecemos a namorar e foi até que casô (riso). Prá minha mãe foi um trem mais bom, minha mãe gostava dele demais, adorava ele*⁷. O baile em uma fazenda situada na região onde morava propiciou que eles se conhecessem. A aprovação se seu namoro pela mãe era importante para ela naquela época.

Um outro sentido do trabalho no campo é o morar por um longo tempo em uma mesma casa com a família: *era agregado, morou lá muitos anos, não sei falar quantos anos, mas lá nasci, criei e saí casada. Nunca mudei de casa*. O fixar residência por muitos anos em uma propriedade aponta algo revelador em outras entrevistas, como o sentido do valor enquanto trabalhador.

Na vida nas fazendas, se a mudança constante de uma fazenda para outra era recurso usado para fugir de um fazendeiro mau, por outro lado, poderia significar um trabalhador que não desempenhava bem suas funções. Dessa forma, sua reputação poderia ser atingida. Um trabalhador que mudasse constantemente poderia ser interpretado como alguém que incompatibilizava pelas próprias deficiências, eximindo da culpa o proprietário.

O sentido do morar por muitos anos em uma mesma propriedade era um certo limite à estratégia de sempre poder sair de uma propriedade por não haver um contrato escrito que os obrigasse a manter o vínculo de emprego. Dona Guimar recorda que morou por muitos anos e saiu casada, assim apresenta a trajetória da família trabalhadora, que mantinha sua dignidade e cumpria os contratos de agregação. Mostra o caminho de uma moça “de família”, o sair casada da casa onde morava.

Estando morando por muito tempo em uma propriedade, era possível granjear a amizade do fazendeiro e obter vantagens, como as idas à cidade, o sentido do morar estando ligado a uma boa convivência com o fazendeiro era um atributo que

⁷ Ibidem.

indicava uma garantia inclusive nas compras, como demonstra o Sr. José Francisco, perguntado sobre as compras na cidade:

Vinha de Cavalo, vinha a pé trazia dinheiro, trazia ordem do fazendeiro. Por exemplo, eu trabalhava na fazenda, eu preciso comprar um par de botina, eu preciso comprar isso por exemplo aqui eles comprava no Idelfonso, comprava Sô Jorgim, loja de tudo agora eles só fazia assim: autorizo, ou peço favor entregar ao dono deste bilhete ou desta ordem o que ele precisa, quando era uma pessoa honesta agora quando não era honesta eles combinava, quanto é que você vai compra, eu posso te dar ordem de tanto, estipulava agora quando era uma pessoa boa e honesta não, peço favor entregar ao portador, fulano de tal o que precisa⁸.

Em suas recordações, apresenta os caminhos possíveis para os trabalhadores como possibilidade de compra em um momento em que a circulação de dinheiro era mínima. O comerciante precisava do aval do fazendeiro para liberar as compras feitas pelos moradores das fazendas, uma vez que não conhecia nem vivenciava as constantes mudanças de um espaço rural a outro.

A mediação do fazendeiro favorecia o recebimento de dívidas. Por outro lado, garantia ao fazendeiro uma estratégia de pressão para que o trabalhador mantivesse uma relação duradoura de trabalho na fazenda.

A postura de um trabalhador honesto, apesar de não especificado na fala, infere-se a alguém que cumpria os contratos estabelecidos verbalmente com o fazendeiro, o que lhe dava a possibilidade de diversas compras na cidade, bastando, para isso, o aval escrito do fazendeiro. A identificação de um trabalhador como não-honesto era elemento que cerceava as garantias que o fazendeiro poderia lhe fornecer para compras na cidade.

Apesar de ser uma rede intrincada de interesses, onde o agregado ou qualquer outro trabalhador era o elo mais fraco da corrente, existia um espaço, por pequeno que fosse, para possíveis manobras.

Como observamos no primeiro capítulo esta rede não conseguia sempre estabelecer elos duradouros entre o trabalhador e o fazendeiro.

⁸ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 05/08/2002, Goiandira, GO.

Nas três entrevistas feitas com o Sr. José Francisco, recorda o tempo de moradia na Fazenda Cachoeira como um período onde o aprendizado do trabalho estava intimamente ligada à sua vida:

Quando eu tava com nove anos de idade eu já comecei assim buscá um cavalo no pasto, buscar boi no pasto, guiar boi e andar na frente dos bois prá abrir porteira, prá fazer estas coisas e comecei também já na moage de cana (...) trabalhei até os dezesseis anos. Dezesseis anos passei sê o carreiro da fazendo eu mesmo era o carreiro⁹.

Encadeia no lembrar o período da infância na fazenda, quando começa a trabalhar com um aprendizado contínuo até aos dezesseis anos quando passa a ser o carreiro da fazenda, elemento que conta com orgulho por demonstrar um cargo de poder na propriedade.

Aprende, aos poucos, todos os ofícios feitos na fazenda, inclusive a moagem de cana. Nas lembranças, atribui um sentido de certo controle do tempo trabalhado e um conhecimento da tarefa.

...chegou o mês de (pausa) chegou o mês de julho, junho já tava roçando o mato derrobando, mês de setembro, agosto queimava as roças, mês de agosto, agosto queimava as roça, mês de setembro era o plantio, setembro, outubro era o plantio, quando era mês de outubro as roça já tava tudo plantando, tudo, se vê que no mês de novembro, dezembro o milho já tava grandão, né feijão¹⁰.

Afirma um conhecimento das estações do ano e as diferentes atribuições executadas em cada período dele. Não menciona dificuldades ao trabalho e um período em que eram realizadas. A idealização do campo como local de trabalho sem a presença de um vigia imediato, sem a necessidade de conhecimento de atribuições externas ao trabalhador, mas como conhecimento trazido pela própria vivência cotidiana na presença da família, surgiu em um mundo em que essas vivências, sendo postas em movimento, começam a serem perdidas. O trabalho na Estrada de Ferro Goiás, a disciplina do trabalho no setor de manutenção da empresa, introduz elementos como horário de trabalho, técnicas de trabalho, disciplinarização, respeito à hierarquia, que romperam com formas costumeiras experimentadas por estes trabalhadores.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Idem, entrevista realizada em 05/08/2001, Goiandiraa, GO.

As condições de trabalho no campo em oposição ao trabalho na Goiás são mencionadas pelo Sr. José Francisco na terceira entrevista que me concedeu:

Outra coisa Paulim, trabalhar na fazenda, a gente trabalhava muito mais feliz do que nas turmas. A gente trabalhava o dia inteiro e de tarde trazia uma abóbora, ou milho verde, trabalhava no curral e levava leite à vontade para casa, criava galinha no quintal. Dia de domingo dormia até tarde, ia pesca se quisesse, nas turmas prá pescar tinha que pedir o feitor e tinha dia de domingo que tinha serviço de ronda¹¹.

Uma questão apontada é o experimentar uma relação de trabalho assalariado onde se recebia mensalmente e que o fruto do trabalho não era imediato. O trabalho nas fazendas é identificado onde o que se produz trabalhando é visualizado como uso pela família: *de tarde trazia uma abóbora, ou milho verde, trabalhava no curral e levava leite à vontade*. A abóbora, o milho e o leite são visualizados enquanto resultado imediato do trabalho.

Durante a entrevista, recorda também do momento de descanso no domingo, onde podia dormir até tarde, pescar, enfim, o dia era seu e de sua família. O contraste do viver com a família nas casas de turma é percebido quando, inclusive nos dias de domingo, era necessária a permissão do feitor para se ausentar das turmas.

A estranheza e ressentimento com a nova maneira de trabalho é percebida como uma perda de autonomia e de um dia em que se podia fazer o que queria. Apesar de o trabalho nas fazendas não ser mediado por qualquer regulação trabalhista, por algum órgão do Estado, havia um certo cumprimento do que era estabelecido verbalmente, o desentendimento sobre o algo combinado e não respeitado por alguma das partes ensejava inclusive o uso da violência.

Sobre o controle do próprio trabalho, o Sr. José Francisco demonstra saudades do tempo de carreiro: *das fazendas a minha paixão era o carro de boi*.¹² Ao depositar a saudade no tempo do carro de boi, recorda um período em que o trabalho era feito por tarefa, podendo ser controlado na medida em que se podia adiantar as tarefas e terminar mais cedo ou acumular para outro dia.

No que concerne ao cumprimento de acordos estabelecidos, o Sr. Bernardo se lembra do período em que saiu da Goiás para ir trabalhar em uma fazenda.

¹¹ Idem. conversa não gravada em 10/12/2002, Goiandira, GO.

¹² Sr. José Francisco, entrevista realizada em 05/08/2001, Goiandira, GO.

Recorda que o contrato combinado e não cumprido fez com que nem começasse a trabalhar na fazenda e voltasse para a ferrovia:

...quando cheguei (na fazenda) lá as oferta já era só pela metade, ele não sabia da carta não, aí quando ele falô, falei ó sô Osmar como é que vai ser mesmo o nosso contrato que eu quero trazê na mentalidade como é que vai sê, é traze isso na cabeça é então era para tirá lenho catorze réis o metro, veio prá oito e era para cata no pasto aí era fazê lenha de piqui, limãozinho e pau terra é quando eu tirava lenha tirava treze metros deixava até empilhado (riso). Lenha de catorze o metro aí dava vontade saí da estrada mesmo e aí já ficou pela metade era quarenta litro de roça que ia mora só um ano aí e ia mudo pro norte junta dinheiro e prantava colhia juntava dinheiro prá i embora e mais aí já ficou pior e então o feijão era todo meu lá era a meia prá todo mundo era tudo meu já não era mais e veio só prá dez litro de feijão, falei ê num quis morá num rancho que tinha formigueiro dentro, dentro da casinha falô não, nós não vai ficá aqui, nós vai para outra fazenda¹³.

Ao perceber que várias condições prometidas pelo fazendeiro não se concretizaram, resolveu não ficar na fazenda saindo com a família. O trabalho na fazenda era regulado por contatos não escritos, mas conhecido pelas partes, um respeito por uma tradição.

Nas turmas, não havia contato com uma norma escrita, diferente de outros trabalhadores, como os do tráfego, maquinistas e chefes de estação, onde havia um manual da empresa regulando essas relações. Parecia absurdo cumprir normas não vivenciadas na tradição de trabalho nas fazendas.

A ausência de uma norma escrita se devia, em parte, por a maioria dos trabalhadores ser analfabeta. O serviço de turmeiro era essencial, pois era responsável pela conservação das ferrovias e havia circulação de trens todos os dias. Sendo assim, o serviço do ronda deveria ser feito todo dia, tendo em vista que a vulnerabilidade das condições técnicas que poderiam ser danificadas a qualquer momento.

No contar o dia-a-dia de turmeiro, o Sr. José Francisco, lembra sempre como ausência de direitos:

Outra coisa que eu vou te dizê. Naquele tempo não tinha férias não tinha hora extra não tinha nada, domingo, domingo eles tinha o domingo de descanso, parava três horas da tarde. Domingo o resto das seis às seis, não tinha hora extra, não tinha férias, não tinha nada. Quando Getúlio Vargas assumiu a

¹³ Sr. Bernardo, entrevista realizada em 27/04/2002, Goiandira-GO.

presidência ele criou a hora extra ele criou as férias , ele criou o horário de trabalho¹⁴.

Em sua fala, lembra o tempo anterior à sua entrada na ferrovia, quando vivia na Fazenda Cachoeira, perto de uma turma. Confundindo temporalidades, atribui às transformações nas relações de trabalho à intervenção de Getúlio Vargas.

No recordar, traduz o viver nas casas de turmas como a ausência de qualquer direito trabalhista, incorpora elementos dos quais toma conhecimento no viver na cidade, como hora extra.

Na mesma entrevista, ao ser indagado se as condições de trabalho dos que estavam nas fazendas eram as mesmas, recordou: *Não, não, mas não trabalhava no domingo nem em dia santo¹⁵*. Um choque para esses trabalhadores foi a obrigação de um outro calendário de trabalho que não obedecia ao que cumpria nas fazendas. Sem terem uma aproximação institucional com a Igreja, batizavam os filhos nas visitas dos padres, poucos se casavam na Igreja, cumpriam os dias santos com uma obediência. Demonstra uma revolta com um novo tipo de organização de trabalho, onde não se respeitam os costumes da guarda de dia santo.

A ida para as turmas é recordada como um período da deteriorização das condições de vida:

Nóis chegô na Estrada a miséria chegô, naquele tempo você queria uma abóbora tinha, melancia tinha, tinha faturão de verduras (...) o agregado comia melhor que o turmeiro, o agregado tinha ovo, tinha frango com fatura, na turma não tinha¹⁶.

A ida para as turmas expressava uma situação limite do viver nas fazendas. É apontada como um período de enormes dificuldades. Tiveram de se adequar a um tipo diferente dos trabalhos por tarefas em fazendas. Agora, era um trabalho assalariado na empresa que impôs para toda a família o adequar a novos hábitos de consumo.

O Senhor José Francisco indica como mudanças na alimentação, além da ida para as turmas, uma redefinição da participação da mulher nas atividades a que

¹⁴ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 5/08/2002, Goiandira,GO.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

estava implicada no período de vida nas fazendas. Quando questionado a respeito da alimentação do turmeiro e de sua família, afirma:

Ê Paulo, (risos) aí que a cobra torcia, cê vê tinha dia de chegar arroz e feijão só; arroz só, eu comi muitas vezes feijão ferventado com abóbora. Nas fazendas a mulher ficava mais liberada. A sua mãe, por exemplo, na fazenda ela fiava, trabaiava na turma não tinha jeito. Aí ficou muito diferente, ficou muito ruim¹⁷.

A dieta de turmeiro é visualizada como piorada em relação à vida de agregado. Atribui a causa da piora à desincorporação do trabalho da mulher para o sustento da família. As tarefas que a mulher faz nas casas de turma, o cuidado com os filhos e a comida na hora certa não são percebidas como atividade de trabalho, pois não estariam ligadas diretamente e de forma proporcional ao sustento da família.

A ida para as casas de turma também é entendida como um espaço com total ausência de lazeres:

Na turma não tinha lazer, divertimento, na turma não tinha, só quando entrava de férias. Agora na roça, nas fazenda, tinha muito lazer, muita diversão. Pagode, mutirão, uma pessoa apertada com uma limpa de roça, marcava uma treição nele¹⁸.

Ao identificar o dia-a-dia na turma como momentos em que não havia oportunidade para lazer, aponta as normas da empresa que atingiam também as casas onde moravam, atribuem um sentido de perda da vida que tinham nas fazendas lembrada como cheia de lazeres.

Nesse sentido, recorda como um momento que envolvia grande festividade a treição.

A treição é o seguinte: chama os companheiros vãos dar uma treição no fulano, tudo às escondidas. Aí o traioeiro leva o jacá de biscoito que naquele tempo é o Jacó, outro leva o café de modo que o que recebia a treição não passava aperto para dar o café¹⁹.

Ao fazer suas recordações, o entrevistado contrapõe a vida nas turmas ao período em que havia uma certa autonomia para arranjos informais, como ajudar um

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem.

companheiro que estivesse com dificuldade para limpar a roça, o que desdobrava sempre em uma ocasião de festa. Na entrevista, ao afirmar que se recordava da música cantada no início da treição, ao ser pedido cantou:

Agora o seguinte, o traíçoero chegava com uma sanfoninha e chegava cantava na porta assim: Sinhore dono da casa, sai aqui neste terreiro, uns respondia: Ai, ai, ai, sai aqui neste terreiro. Vem receber esta treição e também o traíçoero, ai, ai, ai e ta bem o traíçoero, (risos). Soltava foguete, dava tiro de revólver era um atrás do outro. Naquele tempo era difícil um que não andava armado²⁰.

Contrapõe ao lembrar a facilidade que havia para os bailes com o rigor e a disciplina a que estavam submetidos nas casas de turmas. Nas recordações, o tocar sanfona é um referencial sempre presente, tendo em vista que, sendo sanfoneiro, era requisitado para animar bailes na roça. As turmas apresentavam o impedimento dessa função da qual lembra como importante para laços de sociabilidade.

A autonomia que possuem como agregados na organização de festas em casas é perdida nas turmas, na medida em que não precisava pedir autorização ao fazendeiro para as festas que realizavam. Morando em casa que não lhes pertencia, gozavam de uma autonomia relativa, o que é ameaçado nas casas de turma, quando são proibidos de fazerem as festas a que estavam acostumados.

Como alternativa, ou saem para as festas na fazenda, ou driblam a norma da empresa que proibia as festas na turma como algo que atrapalharia o trabalho:

Mas já tinha uma desvantagem naquele tempo onde eu trabalhei, nós não tinha mordomia, prá fazer uma brincadeira, um pagode lá na turma tinha que pedir ordem pro chefe da linha, se ele desse ordem fazia se ele não desse ordem não fazia.

Agora nós fazia muito pagode na minha casa, porque eu tocava sanfona oito baixo, nós fazia pagode lá, dançava no claro da lua, lá no terreiro às escondidas (risos) Não pedia autorização não, dançava escondido mesmo. (risos)²¹.

Ao recordar, Sr. José Francisco demonstra que uma das perdas atribuídas à ida para as turmas foi a proibição de fazer os bailes nas casas. A autorização não estava nem no âmbito do feitor ou do mestre de linha, mas do chefe, uma hierarquia

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

que, por estar distante das condições de trabalho, estava também livre de pressões cotidianas para conceder permissão.

Ao mesmo tempo em que recorda a proibição nas turmas que dirigia como feitor, demonstra maneira de driblar a proibição imposta pela empresa, realizando escondido os bailes nas turmas. O driblar a norma é recordado com gracejo, como algo revelador de uma norma absurda. A realização do baile pode ser percebida como um relato público, o que não acontece com o driblar outras normas, como o faltar ao serviço, ou brigas cotidianas, o que apresentaria um trabalhador que deixava suas atividades a desejar.

Ao publicizar que, como feitor fazia as festas - o que talvez fosse difícil manter escondido algo que era presenciado por todos os moradores da turma -, infere-se que sendo uma norma da empresa, o seu não cumprimento não implicava em problemas grandes.

Parece haver um sentido de perda quando relembra a ida para as casas de turma e também estando na cidade de Goiandira. Enquanto o mundo do trabalho se confunde com o mundo familiar, na ida para as casas de turma, as mulheres passam a se dedicar cada vez mais aos filhos e aos rigores dos horários a que seus maridos se submetiam no trabalho na empresa.

O lembrar, reveste-se sobre um novo tipo de trabalho. Em sua pesquisa de mestrado CALVO, pesquisando as relações de trabalho na Ferrovia Paulista, apresenta como a presença ferroviária exigiu que se formassem novas relações de trabalho:

...a implantação das ferrovias representou também um novo sistema de trabalho, caracterizado por um ritmo intenso, exigindo um novo perfil de trabalhador. Esse ritmo, bem como a sua organização, impunham, aos trabalhadores, a submissão a longas jornadas de trabalho, horários fixos, novos comportamentos, o que implicava na mudança no modo de viver e trabalhar²².

A exigência de um novo tipo de trabalhador, apontado pela pesquisadora, em diversas categorias na ferrovia, impunha exigências mais rígidas aos turmeiros na Goiás, pela especificidade do trabalho.

²² CALVO, Célia Rocha. Trabalho e Ferrovia: A Experiência de ser Ferroviário na Companhia Paulista: 1890-1925. PUC/SP, 1994, mimeo.

È possível perceber que, para o turmeiro, as condições de trabalho impunham toda uma transformação de um modo de vida para toda a família.

Nas entrevistas feitas com mulheres que moraram em turmas, é possível perceber diferenças entre as condutas masculinas e femininas. Para os homens, a escolha de uma turma boa, para a qual pressionavam a empresa para ir ou não trabalhar, seguia a observância de condições como a sua localização, quantidade de acidentes (em caso de acidente, tinham de estender o horário de trabalho) ou a presença de um feitor rigoroso que obedecia e exigia obediência às normas da empresa ou de um que permitia, no dia-a-dia, flexibilização das normas. Para as mulheres, a escolha de uma turma seguia parâmetros condizentes com a condição da família.

Na fala de Dona Irani e de Dona Guimar, é possível perceber que a saída de um tipo de vida nas fazendas para as casas de turma representou transformações em experiências costumeiras experimentadas em labutas cotidianas e nas tarefas que tinham de cumprir.

Um elemento manifestado em vários momentos das entrevistas é a presença maior junto aos filhos, considerando que os trabalhadores saem de manhã e só voltam à noite. Os filhos, diferentemente do trabalho no campo, não trabalham mais para o sustento da família, apenas desempenham tarefas sem uma exigência maior na execução como caça.

Se, ao serem perguntadas sobre a vida nas fazendas, não mencionam a casa, esta é sublimada em uma imagem idílica de família unida, que trabalha junto e busca de forma conjunta a alimentação, o vestuário e o combustível através da mamona para o consumo familiar. Os relatos das turmas fixam de forma incômoda a moradia como aspecto essencial que ofusca a presença da família.

Assim, Dona Irani relata a ida para as turmas, a ausência de uma casa para morar, o que motiva a saírem da chácara onde moravam como agregados:

Eu fiquei na casa da minha mãe lá em Veríssimo (pausa) aí depois nós foi para o Baduíno lá eu fui guardá resguardo na casa dos outros (com ênfase). E os trem muntado na estação. Não tinha ainda casa, eles ainda ia fazê a casa de dormente prá nós mora (pausa) aí vai eu espera essa casa de dormente prá nós mora. Esperei nós mudo, naquela dificuldade, com os menino tudo pequeno foi criando um atrás do outro, quase tudo com uma idade só, naquela maior dificuldade, quando eu tive o Divino não tinha nenhuma condição prá

mim traze prá Pires do Rio, prá mim podê ganha ele, ainda não tinha esse negócio de fazê pré natal (pausa)²³.

Dona Irani expressa uma vivência que passa a situar um campo de memórias para as mulheres, como o trabalho disciplinado em casa, um outro ideal de esposa firmado pelo contato com a empresa, a criação *dos menino*, considerando que as questões cotidianas envolvendo os filhos alteravam o ritmo de trabalho motivando brigas entre trabalhadores e exigindo a atuação do feitor.

Ela recorda também um atributo visto como requisito para residir e criar os filhos: a proximidade com estrada de rodagem onde o ônibus pudesse levar para alguma cidade. Apesar de trabalhadores da empresa, como algumas turmas situavam distantes da estação, o trem de passageiro não parava nelas. Apenas o trole, meio de transporte que oferecia maior perigo e bem mais lento, era o único meio ferroviário para o transporte.

Em relação à moradia, fixam como elemento marcante e negativo para as turmas as condições físicas das casas: *Era de dormente, o fogão aquelas finca de forquilha, então nem, não tinha jeito, deixasse aceso, nossa não podia de jeito nenhum*. Desqualificando a casa da turma como local de moradia, procura desenhar um padrão de moradia que era usado por longos tempos por esses trabalhadores para morarem.

Nesse sentido, o memorialista Adolfo Mariano, ao recordar o início da cidade menciona, para 1912, como eram feitas as casas:

*Em novecentos e doze
Que começou Goiandira
Com cafuas de zinco
Todas amarradas na embira
Em quinze era distrito
Com tendências para vila²⁴.*

Descreve um tipo de moradia que não destoava com modificações substanciais das casas fornecidas pela empresa ainda no início dos anos cinquenta. Em outro sentido, aponta também para uma casa que não apresentava grandes diferenças

²³ Dona Irani, entrevista realizada em 20/07/2002.

²⁴ MARIANO, Adolfo. O Poeta Nato. Goiânia: Oriente, 1978, p. 151.

das casas de turma, sendo em linhas gerais, um padrão de casa onde os agregados moravam.

Ao chamar atenção para a precariedade das casas, demonstra um certo estranhamento das condições que envolviam o morar, uma nova disciplina, novas atribuições que o trabalho na empresa envolvia não apenas o trabalhador, mas também toda a família.

Em seu trabalho CALVO, aponta que a construção das casas seria um dos mecanismos usados pela Paulista para pressionar os trabalhadores a permanecerem na empresa:

Nesse sentido, a empresa buscou formas para inibir essas práticas (saídas constantes da empresa), como a construção de casas próximas ao local de trabalho, objetivando criar condições para esses trabalhadores sentirem-se menos livres para abandonar o trabalho²⁵.

E ainda:

Ao vincular trabalho à moradia, a empresa constrói um caminho para adentrar no universo que até então estava fora de sua influência. O modo de vida dos trabalhadores foi transformado em temas de regulamentação²⁶.

Acreditamos que as normas visualizadas pela autora no período que pesquisa, válidas na Ferrovia Paulista, podem ser aplicadas como norma vigente na Goiás. Porém, entendemos que para os turmeiros, havia um agravante. Para os eles, residir perto do trilho obrigava que, além de uma identidade com a empresa, mantivessem um estado de alerta, podendo ser requisitado a qualquer momento para o trabalho. Em outros setores, como de tráfego, maquinistas e maquinistas possuíam escalas de serviço que, se cumpridas, os desobrigavam de outras atividades e que fossem chamados nos momentos do acidentes.

Essa necessidade de estar disponível a qualquer momento para o trabalho na empresa era algo que afetava o cotidiano da família, tendo em vista que, além do trabalho na própria turma, o trabalhador poderia ser enviado para outra em momento de acidente para reforçar os trabalhos, ausentando-se da família.

²⁵ CALVO, Célia Rocha. p. 52.

²⁶ Ibidem, p. 57.

As condições de moradia são lembradas e identificadas como aspecto das condições de trabalho a que são expostos no dia-a-dia.

Ao acompanhar os relatórios referentes aos anos de 1939 e 1952, elaborados pela diretoria da Estrada de Ferro Goiás para serem encaminhados ao governo federal, acionista da empresa é possível perceber uma mudança de postura da empresa em relação a esses trabalhadores braçais, turmeiros bem como às suas famílias.

Nas mudanças verificadas nas duas temporalidades, é identifiquei alguns dos elementos: diminuição dos investimentos do governo federal, a concorrência por investimentos das rodovias. Um dos elementos que considero relevante para esta compreensão é percebê-la como desdobramento das tensões do trabalho nas turmas, conforme procurei discutir no primeiro capítulo. Nesse momento, pretendo ler essa mudança da empresa a partir das resistências das famílias ao morar nas turmas.

De maneira geral, em relação aos trabalhadores da “via permanente”, a empresa passa de uma postura que os identificava como turmeiros, A denominação parece apontar uma relação em que não são identificados como ferroviários, mas como uma mão-de-obra que denegria a imagem da empresa, aspecto que identifica uma imagem ressentida que preservam enquanto trabalho na turma.

A alteração na política de relacionamento com esses funcionários estava ligada, a meu ver, a um novo instrumento de controle dessa mão-de-obra. Esse controle passa por um elemento significativo de incorporação de seus familiares enquanto uma família ferroviária.

Trabalhando em casas cedidas pela empresa, situadas às margens dos trilhos, a vida familiar e no trabalho se torna intimamente ligada. A partir dos anos cinqüentas, a empresa modifica seu tratamento em relação aos turmeiros. Desenvolve projetos que visavam interferir no cotidiano familiar dos moradores nas turmas, percebendo que geralmente a defesa do trabalho naquelas que possibilitavam melhor condição de vida para a família impulsionava esses trabalhadores constantemente a mudarem de uma turma para outra.

Procurei investigar como as tensões no trabalho em turma extrapolavam facilmente para o campo da vida em família, mostrando o motivo da alteração do relacionamento da empresa junto aos trabalhadores. Busquei perceber, a partir disso, as implicações dessa nova política na formação de uma identificação dos trabalhadores

com a empresa e, por outro lado, como o fracasso desses projetos impulsionou o trabalho em turmas e a transferência dos trabalhadores para as cidades da região no início dos anos setentas.

No relatório a que tivemos acesso, elaborado em 1939, o diretor da empresa relata ao Inspetor Federal das Estradas: *os resultados industriais alcançados e as demais ocorrências verificadas na Estrada de Ferro de Goiás, durante o ano de 1939*²⁷.

O relatório traz minuciosas informações sobre os resultados da empresa nas diversas atividades em que esteve envolvida, especificando além do ano de 1939, dados comparativos em relação às movimentações verificadas nos três anos anteriores. Minuciosamente, traz gráficos comparativos sobre transportes dos diversos produtos como animais, arroz, café, etc.

Os transportes de passageiros são cuidadosamente informados com riqueza de detalhes. São apresentados quantos passageiros embarcaram em cada estação, em qual classe embarcaram, a divisão por cada mês de movimentação, a renda decorrente da venda de passagens para cada estação, divididas entre os carros de primeira e de segunda classe.

Com relação aos funcionários, o documento descreve com detalhes o percurso feito pelos maquinistas e maquinistas auxiliares que conduziram trens:

²⁷ Relatório dos Serviços da Estrada de Ferro de Goiás, referente ao ano de 1939. Oficinas Gráficas da E. F. de Goiás, 1940, Araguari-MG, p. 1.

<i>Nomes</i>	<i>Categorias</i>	<i>Percurso</i>
<i>Anthero Alves</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>42.590</i>
<i>Francisco Alves dos Santos</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>46879</i>
<i>Manoel Rodrigues Parada</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>46.232</i>
<i>Augusto Maia</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>55.707</i>
<i>Clarindo Lúcio</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>22.259</i>
<i>José dos Santos</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>49.715</i>
<i>Theodozico Ribeiro</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>37.737</i>
<i>Thodolino Ribeiro</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>61.304</i>
<i>Antônio José de Mesquita</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>38.582</i>
<i>Benedicto Odorico</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>49.138</i>
<i>José Antônio Ribeiro</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>67.708</i>
<i>José Paranhos</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>52.299</i>
<i>Pedro Luzia</i>	<i>Maquinista E. de F. Classe G</i>	<i>46.444</i>
<i>João Alves Pereira</i>	<i>Feitor</i>	<i>5.967</i>
<i>Eleodoro Ferreira</i>	<i>Maquinista Auxiliar</i>	<i>1.257</i>
<i>Manoel Cadima</i>	<i>Maquinista Auxiliar</i>	<i>68.867</i>
<i>Manoel Modesto da Silva</i>	<i>Auxiliar de Artífice</i>	<i>11.520</i>
<i>Raymundo Torres</i>	<i>Maquinista Auxiliar</i>	<i>31.969</i>
<i>Antônio Felix da Silva</i>	<i>Auxiliar de Artífice</i>	<i>29.286</i>
<i>Belmiro Pereira Braga</i>	<i>Maquinista Auxiliar</i>	<i>1.419</i>
<i>Graciano Alves</i>	<i>Maquinista Auxiliar</i>	<i>24.655</i>
<i>Luiz Fracon Sobrinho</i>	<i>Maquinista Auxiliar</i>	<i>7.665</i>
<i>Leolino Ignácio de Jesus</i>	<i>Maquinista Auxiliar</i>	<i>33.596</i>
<i>Victor Thomaz da Silva</i>	<i>Maquinista Auxiliar</i>	<i>11.588</i>
<i>Total</i>		<i>844.383</i>

Com o mesmo cuidado de detalhes, são fornecidos dados com outros produtos. Divididos por estação, é possível acompanhar o embarque de animais, de demais mercadorias, o uso dos telegramas, bem como a renda conseguida por cada estação.

Informa ainda a quantidade material consumido pela empresa nos trabalhos, como a compra de dormentes. O relatório mantém o cuidado de expressar as diversas atividades como geradoras de lucro para a empresa.

Ao informar com minúcias cada movimentação da empresa, a diretoria, cumpria uma norma que lhe obrigava a informar anualmente sobre as movimentações financeiras a que estivera envolvida, tendo em vista que sendo o governo federal acionista precisava receber informações de suas empresas.

Um outro elemento que julguei necessário ser levado em consideração no preenchimento do relatório anual era a necessidade de sensibilizar o governo federal sobre a viabilidade da empresa, considerando que o financiamento era feito pelo governo federal, seu principal acionista. Neste sentido, os números precisavam convencer os acionistas dos alcances feitos pela Estrada de Ferro Goiás.

Se por um lado havia a necessidade de explicitar os saldos positivos da empresa, em outro havia o sentido de escamotear dados desfavoráveis. Devido a isso, sempre que um setor da empresa não apresentasse uma produtividade rentável ou fosse mostrado apenas como um problema, como excesso ou escassez de chuva.

Quando afirma algumas deficiências no transporte de cargas, sinaliza como um dos problemas que agravaram a situação a ausência de chuvas naquele ano, 1939, dificultando os transportes feitos pela empresa.

O relatório traz também informação sobre número de aquisições feitas pela empresa e maquinários. Mostra diversos dados estatísticos. Um elemento que chama atenção é o fato de, no relatório, não aparecer qualquer referência sobre os trabalhadores braçais que moravam nas casas de turma. A postura da empresa demonstra uma política que os tratava como uma mão-de-obra não incorporada pela empresa enquanto ferroviários.

A categoria turmeiro parece explicitar uma mão-de-obra não alcançada por uma política específica da empresa até aquele período. Nos gastos feitos com os pagamentos, pude perceber que não aparecem os seus nomes. Assim, para o ano de 1939, são classificados os trabalhadores braçais da empresa:

<i>Via Permanente...Mestres de Linha</i>	5
..... <i>Cavouqueiros</i>	5
..... <i>Pedreiros</i>	8
..... <i>Pintores</i>	3
..... <i>Capatazes</i>	37
..... <i>Trabalhadores</i>	132
<i>Total Geral</i>	229 ²⁸

Os braçais, moradores em casas de turma, aparecem apenas como trabalhadores, sem uma identificação especial. Em outro quadro, os serviços por eles

²⁸ Ibidem p. 112.

prestados aparecem apenas como despesas com capina, roçagem, construção de valas, etc.

Em algumas entrevistas, ocorre o que podemos chamar de uma ausência por parte da empresa de uma política destinada à contratação dos trabalhadores, ou sua manutenção nos serviços. As atribuições próximas do controle sobre o trabalho ficam sempre a cargo do feitor. Sugere algumas falas que, em alguns períodos, a contratação de trabalhadores era feita simplesmente no contato com o feitor propriamente nas turmas.

Ao ser indagado sobre a contratação de trabalhadores pela empresa, o Sr. José Francisco, menciona:

Naquele tempo era a coisa mais fácil, o feitor é que resolvia. O sujeito chegava lá dizia eu tô querendo arrumá serviço, eu queria entra na estrada e tan, tan, tan, pode vir trabalhar apontava o nome dele, tudo a data que ele entrou e mandava para o mestre de linha, o mestre de linha assinava embaixo e mandava para a chefia, mas não tinha direito a nada também²⁹.

O entrevistado atribui um poder ao feitor que seria responsável por apontar o trabalhador que entraria na empresa. Busca evidenciar como importante sua própria atuação no interior da empresa, como uma das maneiras de atribuir um sentido ao passado como feitor, evidenciando um sentido contrário ao imposto pelo seu cotidiano de trabalho.

No entanto, é possível notar que não há, por parte da Goiás, uma especificidade de contratação para estes trabalhadores. Ao ser indagado sobre o processo que o levou a entrar na Estrada de Ferro Goiás, o Sr. Sebastião Henrique recorda: *Não, não tinha concurso não, a gente entrava a única coisa que dependia pra gente entrar era cê já ter libertado do serviço militar. A única coisa que exigia na época era isso³⁰.*

As falas do Sr. José Francisco e do Sr. Sebastião Henrique expõem uma estratégia de esquecimento das relações pessoais para a obtenção de uma vaga na empresa. O primeiro ressalta o poder do feitor na contratação de trabalhadores e o

²⁹ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 05/08/2002, Goiandira, GO.

³⁰ Sr. Sebastião Henrique, entrevista realizada em 19/07/2002.

segundo, atenta para o fato de que para a entrada na empresa, no período de sua contratação, era exigido apenas o certificado de situação regular no serviço ao exército.

A amizade ou o parentesco com alguém que trabalhava na empresa em função principalmente do escritório ajudava na entrada na empresa.

A indicação por parte de um conhecido ou parente que trabalhava na empresa era possível por ser um trabalho que, para sua execução, era requisito apenas o esforço físico, não sendo necessária nenhuma instrução específica.

Ao ser indagado se conhecia ou tinha parentesco com alguém que trabalhava na empresa e se esse contato o ajudou a ser contratado pela empresa, Sr. Sebastião Henrique menciona: *Assim teve no sentido de avisar né, é que o tio João Lobato trabalhava no escritório da via permanente, através dele é que a gente ficou sabendo, encaminhou, prá*³¹. Em suas recordações a entrada na empresa sob a proteção de um parente que trabalhava no escritório, a influência do prestígio o seu tio oferece um incômodo uma vez que fere seu orgulho e conquista a este posto por atributo pessoal.

A influência do seu tio que trabalhava no escritório da empresa em Araguari é entendida como apenas *avisar* a existência da vaga. Nas elaborações que fazem sobre a entrada na empresa, cruza-se de forma difusa o orgulho de possuir os atributos para o trabalho nas turmas. Nesse sentido, minimiza o fato de ter parente em cargos de chefia como possibilidade de entrada na empresa.

O não tratamento específico com esses trabalhadores na empresa, onde não são reconhecidos como trabalhadores, favorece um outro aspecto percebido nas entrevistas, ou seja, a criação mecanismos de desvio de recursos, favorecendo uma corrupção.

Nas entrevistas, é comum a referência de servidores que, mesmo saindo da empresa, mantinham relações empregatícias e o salário era desviado por alguém. O aparecimento apenas como numeração facilitava manobras feitas no escritório da empresa, criando uma numeração fictícia, onde nominalmente havia funcionários nas turmas. As turmas aparecem como terra de ninguém.

³¹ Ibidem.

É possível perceber sensíveis mudanças em relação aos trabalhadores braçais da empresa, acompanhando o relatório publicado pela empresa em 1954, pelo diretor Mauro Borges Teixeira.

O relatório é dividido em cinco partes. Na primeira, faz uma descrição da situação da empresa em 1951, quando Mauro Borges Teixeira assume a diretoria, diagnosticando os problemas que teve que enfrentar ao assumir o cargo.

Na segunda parte:

...resumem-se todas as realizações levadas a efeito em três anos de administração, anotando-se sempre que possível, dados relativos a dois ou três anos imediatamente anteriores, sem qualquer comentário especial, para que se possa fazer um paralelo entre o que foi concretizado³².

As partes subseqüentes apresentam estudos da comissão mista Brasil-Estados Unidos, apontando como resultado dos estudos as mudanças pelas quais a empresa passará, com aplicação e recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Na quarta parte se resumem as alterações sugeridas pela diretoria da Estrada de Ferro Goiás, apresentando maneira de resolver alguns problemas de funcionamento e, por fim, estudos que justificariam a transferência da Diretoria da Estrada de Ferro Goiás, de Araguari para Goiânia, considerado um dos maiores feitos do diretor Mauro Borges Teixeira.

Ao apresentar, na primeira parte do relatório, as condições em que a empresa foi encontrada, não apenas apresenta um passado da Goiás, mas principalmente um olhar para 1951, considerando o que foi modificado em 1954. É sugestiva a preocupação com a situação das turmas e de seus moradores. Em diversos momentos, a situação dos moradores da turma é apontada como um dos maiores problemas encontrados, levando-se em conta a situação de saúde, educação, moradia. Apresenta fotos³³ de como eram as casas de turma antes de 1952, bem como das casas que estão sendo construídas de alvenaria.

³² Estrada de Ferro Goiás. Relatório apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Engenheiro Vicente de Brito Pereira Filho, pela Capital Mauro Borges Teixeira, quando este assume a Diretoria da Empresa, em. Oficinas Gráficas de Araguari-MG, em 1951.

³³ São apresentadas diversas fotos, das casas de turma de pau a pique, com os moradores. Apresentando fotos das novas casas que estão sendo construídas em substituição às antigas, há fotos dos trabalhadores. Tendo em vista que tivemos acesso a uma cópia do relatório, onde as fotos estão xerocopiadas não foi possível, o uso de recursos técnicos que viabilizassem a sua reprodução no texto.

Ao apresentar problemas em relação ao tráfego, sinaliza alterações técnicas para resolver os diversos problemas como o empedramento e a melhoria do abastecimento de água, nesse meio, apresenta como questão relevante a melhoria das condições de moradia dos trabalhadores da via permanente:

f) Construção de Moradia para Pessoal: - já falta de casas ao longo da linha é um dos aspectos mais graves do problema social da Estrada de Ferro de Goiás. Temos necessidade de construir mais 203 casas. O pessoal das turmas de conserva que reside em casas de taipas, quase todas muito velhas e em mau estado de conservação, está em sua grande maioria contaminado pela terrível “doença de chagas”. Uma das partes essenciais para o combate ao “barbeiro” é a construção de casas higiênicas³⁴.

As casas que residiam em um processo lento não são mais identificadas pela empresa como moradia. A condenação ao tipo de moradia é mediada por uma linguagem sanitária. Consideramos que o morar nas casas de turma passa a ser investido de um novo sentido para os turmeiros, geralmente como um elemento de perda.

Ao entrevistá-los foi possível perceber uma linguagem que, se não identifica um “padrão” de casa no tempo de agregado em fazendas, incorpora como algo negativo o residir nas casas de turma.

Na do Sr. José Francisco, é possível perceber o sentido da ida para as casas de turma como um elemento de perda para a família. Não considero haver diferença significativa das casas situadas nas fazendas ³⁵ para as casas das turmas

Nesse sentido, parece estar revestido não a perda de um padrão de moradia digna para um tipo de residência de qualidade técnica inferior, mas um sentido de perda identificado na própria relação com a empresa.

Ao agir dessa forma, a Estrada de Ferro Goiás buscava legitimar uma política que buscava resolver problemas como educação, saúde, fornecimento de alimentos para as famílias ferroviárias. Essas políticas desenvolvidas pela empresa

³⁴ Estrada de Ferro Goiás. Relatório apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Engenheiro Vicente de Brito Pereira Filho, pela Capital Mauro Borges Teixeira, quando este assume a Diretoria da Empresa, em. Oficinas Gráficas de Araguari-MG, em 1951.

³⁵ No dia 23 de setembro de 2002, acompanhado do Sr. José Francisco Inácio percorri, onde foi possível o antigo percurso da então Estrada de Ferro Goiás, situando onde seriam as casas de turma de Goiandira até Veríssimo, na oportunidade visitamos locais onde eram as casas de agregados da Fazenda Cachoeira, onde morou a Dona Guimar Calixto Raimundo, podendo verificar que todas eram feitas de taipa, com uma “trempe” onde ficava o fogão, sendo a disposição dos cômodos parecida com a descrição feita nas entrevistas por ex-turmeiros.

podem ser lidas em um ponto comum: firmar uma identidade ferroviária para os trabalhadores da empresa.

Considero que ao tentar viabilizar essa política, a empresa buscava, por um lado, responder a uma crise crescente da empresa causado pela ausência de financiamento externo pelo Governo Federal, o que corresponde a uma política ampla de substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário. Por outro lado, respondia a uma dificuldade de manter os turmeiros fixados nos locais de trabalho, tendo em destaque as saídas eram freqüentes.

A alteração de postura em relação aos trabalhadores em turmas e aos seus familiares pode ser visualizado comparando relatórios publicados pela empresa publicados como prestação de contas ao governo federal, tendo em vista ser este, desde o início da década de 20, acionário da empresa.

Ao desenvolver projetos educativos para formação dos filhos dos turmeiros - formação de mulheres para o casamento, educação para os meninos, criação de abelhas, horta comunitária - a empresa responde por um lado os anseios das famílias e por outro, busca trazê-los para uma nova ordem.

A percepção torna saliente a partir dos anos cinqüentas, coincidindo, de um lado, com o momento em que é inaugurado o trecho que liga a Estrada de Ferro Goiás à capital do Estado recém-inaugurada Goiânia, expandindo as condições de tráfego e, de outro, com uma crise que se abate, tendo em vista que os crescentes déficits não são mais custeados pelo Governo Federal.

Uma das alternativas para a empresa é o investimento das melhorias do tráfego, maximizando as potencialidades do trecho rodoviário. Foi na perspectiva de perceber esse momento de mudanças nas condições de trabalho que busquei dialogar com os documentos pesquisados. Essas mudanças podem ser acompanhadas dos anos cinqüentas aos anos setentas, quando acabam as casas de turma e os trabalhadores são transferidos para a cidade.

CAPÍTULO III

SENTIDOS CONSTRUÍDOS DA VIDA DE TURMEIRO(A)

Neste capítulo, busquei identificar como os entrevistados recordam as transformações pelas quais passaram nas relações de trabalho, cujo escopo foi o fim das casas de turma. Em suas falas, esse período aparece permeado por mudanças que a empresa promoveu em relação ao trabalho por eles realizados.

Acompanhamos e aprofundamos questionamentos acerca de como entrecruzam mudanças nas condições de trabalho e, ao mesmo tempo, as transformações que vêm da condição das ferrovias, sua situação de crise manifestada de maneira saliente a partir dos anos setentas. Observei a experiência que hoje têm como aposentados residentes na cidade de Goiandira e a significação que os entrevistados atribuem à saída das casas de turma e ao rompimento de um padrão de trabalho onde trabalhador e família permanecem intimamente ligados à empresa.

Para Dona Iolanda, as mudanças ocorridas, entre elas, o fim das casas de turma e a vinda para a cidade, são pensadas na situação de aposentada que experimenta morando na cidade de Goiandira. Ela percebe a perda de alguns referenciais oferecidos pela empresa aos moradores em turmas:

Foi uma vida sofrida, só que tinha uma coisa boa: o pagamento passava na porta, a cooperativa, agente fazia a compra na frente da casa, todo mundo, as mulheres ia fazer as compras da gente, naquela cooperativa a melhor alegria do mundo¹.

A ligação de compras à cooperativa e o recebimento em carros da empresa são percebidos como um enredo que identifica, no fim das casas de turma, um distanciamento da empresa, a quebra de alguns valores. Mesmo não possuindo vínculo com a empresa ferroviária, o cotidiano de turmeira a ligava a um ritmo de trabalho exigido pela empresa. Sobressai uma ligação que sente com a empresa em uma rede de relacionamentos que envolviam trabalho e vizinhança.

Dona Iolanda imputa uma perda de relações mantidas na turma. É influenciada nas recordações pela maneira que envolve sua saída para a turma. Para ela,

¹ Dona Iolanda, entrevista realizada em 17/12/2002, Goiandira, GO.

o fim das casas de turma coincide com a própria aposentadoria do marido vitimado em um acidente. Ela relembra a dinâmica do acidente, mencionando:

Nóis mudamo pra cidade ele continuou trabalhando, só que ele aposentou, por causa de acidente que teve aqui perto, aqui pra lá da estação, eles sortaram um carro daqui, outro de lá, meu esposo caiu numa distância de trinta metros (...) meu esposo machucou e deu aquela doença de neurose, sei que não pode com barulho, ele teve encostado por três anos até que o médico dele veio a candidatar, o prazo tava passando também ele aposentô porque não podia trabalhar mais, machucou muito né, por causa da pancada na cabeça².

O fim das casas de turma é recordado e ligado à experiência de vida da família com a saída da empresa. Expressa que, além da doença, foi necessária a obtenção de um favor do médico candidato para conseguir a aposentadoria.

Vivendo da aposentadoria do marido, o Sr. Idunalvo, Dona Iolanda guarda um ressentimento com a empresa pela condição em que vivem hoje:

Foi uma vida tão difícil que eu acho que a gente tinha que receber essa diferença que tem pra receber pra aproveitar a vida. Com sua entrevista procê arrumar um jeito pra nós receber. Eles já foram para Goiânia, pra Belo Horizonte, pra receber. Cê vê nossa situação: tem sete anos que nós não tem aumento³.

A vida difícil nas turmas é usada como justificativa política para a luta que travam na justiça para receber um aumento salarial dado por João Goulart, e, com o golpe militar, apenas repassado parcialmente para os trabalhadores.

A entrevistada recorda que um dos elos desempenhados por ela, junto com outras moradoras, era o zelo moral no dia-a-dia das turmas, o que implicava diretamente numa relação de identidade com a empresa:

Nóis zelava pela moral das casas de turma porque os marido não tava, a gente punha os caldeirão no jirau e deixava lá se conversasse com o boieiro no dia já comentava: a mulher de fulano de tal, com a gente não era encima da pinta, combinava bem demais com os outros⁴.

² Ibidem.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

Além do trabalho doméstico, DONA IOLANDA recorda que, na ausência diária do marido, como moradora, se sentia responsável pela conduta moral na turma. Expressa também o cuidado com o qual deviam entregar a comida ao boieiro, considerando a vigilância a que estavam expostas e ao comentário dos outros moradores. O cotidiano de turmeira impunha, além dos afazeres, a observância de algumas regras morais como esposa.

O trato ao boieiro era observado como um código de conduta impondo regras, dependendo de quem fosse escalado para pegar a comida:

Sempre na noite a gente já tinha que saber quem era escalado de boieiro no outro dia, era preciso. Lá tinha um senhor que eles não gostava muito que a gente entregasse o caldeirão pra ele que é o L.B., que ele era muito assim, via uma mulher e ficava tal e coisa, tinha um jirau assim no terreiro o dia que era ele, a gente punha comida no jirau e ficava lá, tampado⁵.

Sendo o boieiro o único homem que passava pela turma durante o dia, havia um código de conduta que os diferenciava. Dona Iolanda recorda que, na execução das tarefas, havia a necessidade de distinguir, entre eles, aqueles com quem não deveriam conversar.

Dona Iolanda ainda recorda, na vigilância realizada por mulheres sobre a conduta nas turmas, o momento em que expulsam uma mulher levada para a turma por um trabalhador solteiro:

Tinha o B.J. gostava às vezes de arrumar umas mulher aqui fora de hora, mas chegava num dia nós punha pra correr no outro (riso). Porque ele era solteiro, nós falava vai pra cidade, aqui nós não aceita não. Os outros tudo casado, nós mesmo as mulheres punha ela pra correr. Não sabia de onde vinha essa mulher⁶.

Ela dicotomiza, via memória, a turma e a cidade como espaços distintos nas obrigações morais e se sente responsável pela vigilância que precisa exercer. Essa vigilância constitui um elo de ligação com a empresa e era lembrada como uma atividade que, tendo vigorado nas casas de turmas, dilui no momento em que se QUEM? dirige para a cidade.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

Uma questão frequentemente citada quando questionei sobre a ida para a cidade é o trato com os filhos, atribuindo a saída das casas de turmas à necessidade de providenciar escola para eles.

Na entrevista feita pela Dona Irani, percebi um ressentimento com a empresa relacionando a ida para a cidade nos anos setentas à condição de viver da aposentadoria do marido:

Mas a vida da gente foi bem sofrida. Quando o Sebastião aposento eles escreveram um negócio a aposentadoria, pra podê falá na missa, não sei se eles ainda tem essa carta é. O tanto que uma pessoa sofre Sebastião ainda falou lá na frente, não foi só ele que sofreu não, porque a mulher também sofre, o homem sofre no serviço, mas a mulher sofre em casa com os filho, então. Pois é, parece que mulher não trabalhava, parece que mulher não tinha valor. Agora a mulher tá passando na frente dos homens, não tá? Só eu, pro cê vê, eu trabalhei tanto, até hoje, eu não tenho salário, só o Sebastião é que recebe começou a pagar INPS pra mim tem pouco tempo, já até parou, não paga mais não, tá um absurdo. Nós pagô INPS até ele aposentá pra agora pagá pra mim aposentá. Se ele tivesse pagando, agora eu já aposentava. Se quisé um dinheiro, eu tenho que pedir, se eu quiser arrumar uma unha eu tenho que pedir o dinheiro. Se eu quisé corta um cabelo eu tenho que pedi, é chato. A gente trabalho tanto na vida⁷.

A ligação ao trabalho nas turmas faz com ela que incorpore um sentido de trabalhadora na empresa. Ela se sente injustiçada por viver com a aposentadoria do marido e considera que também teria direito a receber a aposentaria pelo trabalho que realizava. Expressa um ressentimento pelo marido ter sido homenageado na igreja em uma cerimônia na aposentaria e não ter tido um reconhecimento público do trabalho que realizava. Em suas lembranças, diferencia o trabalho doméstico nas turmas do trabalho que faz em casa após a vinda para a cidade. Entende que prestava um trabalho à própria empresa e não era remunerada por isso, considerando que apenas o marido recebe a aposentadoria.

A situação de ter vivido nas turmas é lembrada de maneira controversa. O fim das casas de turma teria rompido uma relação identificada como de trabalho prestado para a empresa. O cotidiano da entrevistada era voltado e ditado pelo ritmo implementado pela Rede Ferroviária Federal: como horário de fazer a comida, o café,

⁷ Dona Irani, entrevista realizada em 20/07/2002, Goiandira, GO.

atividades cujo horário para execução era alterado dependendo de algum acidente que exigisse a presença do marido.

Relembra a vida das turmas percebendo nuances que a diferencia das condições de saúde que experimenta nos dias de hoje:

Eu sofri eu já sofri mesmo na minha vida, não tinha empregada não tinha essas coisa que tem hoje em dia não. Mas cê sabe uma coisa eu acho que essa vida que eu vivi e sofri eu acho melhor do que a de hoje (pausa) (...) parece que era mais feliz. Eu não vivia doente tomando remédio diária. Agora vim pra cidade a minha vida é essa. Eu trabalhava nas casas dos outros, sadia, boa, lavava roupa no Rio direto carregava baciada de roupa na cabeça, e morava beranim os trilhos passá medo daquele tanto igual eu passava de chuva braba, de gente estranho não, mas nunca vi sofrê daquele tanto, e eu ainda acho que naquele tempo eu tinha mais alegria, não sei porque⁸.

Em suas lembranças, identifica, no viver na cidade, as condições de saúde que possui, a necessidade constante de tomar remédio contrapondo ao trabalho do período nas casas de turma. Ela percebe o trabalho doméstico que realizava como uma atividade voltada para a empresa.

A vinda para cidade, nas condições em que se deu - ficou com os filhos em Goiandira enquanto seu esposo, o Sr. Sebastião Henrique, permanece trabalhando em pelotões, voltando para casa apenas aos finais de semana -, é lembrada como momento de dissociação profunda demarcada pelas oposições saúde-doença; atividade-inatividade. Isso determina um sentimento em que a vinda para a cidade significou uma dissociação profunda de uma forma de trabalho que ligava a entrevistada, mesmo que de forma não assalariada, ao dia-a-dia da empresa. Na cidade passa a se dedicar ao cuidado com os filhos e as atividades do lar, não considerando isso como trabalho, ao contrário do tempo em que vivia na turma, onde as atividades realizadas em casa eram assim consideradas.

Um dos espaços de participação que ocupam ao chegar na cidade é a Igreja, conforme recorda a Dona Irani:

Eu vim pra cá eu achei bom, eu peguei a participar de tudo quanto á da Igreja. Aí eu intertia agora eu já cansei, agora eu participo das missa, participo de muitas coisas, não pego cargo mais porque eu já cansei já peguei catequese,

⁸ Ibidem.

dediquei a muitas coisas já fiz cursos demais, Catalão, Ipameri, mas pegar responsabilidade não pego mais não, porque agora, agora é hora de eu olha meus netos. Meus filho, que tá participando né⁹.

As atividades das quais participa na cidade são identificadas, entre outras, com o trabalho na Igreja e o cuidado com os netos.

Para Dona Guimar, a chegada na cidade é lembrada como a conquista da casa própria, identificando questões que aparecem em outras falas. Na cidade, no entanto, passam a conviver, entre outras coisas, com o pagamento do aluguel até a aquisição do imóvel, que passa a ser lembrado como questão relevante após a saída das casas de turma:

É porque as menina que é muito boa, é boa demais as menina pra mim, os menino homem, graças a Deus. O Antônio me ajudou muito aqui. O Zé tudo, essa casa tem o suor de todos os filhos aí o Antônio compro isso aqui, minha mãe moro aqui, eu era casada de pouco. Eu agradeço sempre a Deus ter minha casa pra morar¹⁰.

Ela relembra a saída das turmas, a conquista da casa própria, considerando que a empresa não mais fornece moradia. Sua moradia é vista com um significado especial, por ter sido fruto do trabalho de seus filhos e por ter sido o local onde a mãe da Dona Guimar morou antes de sua ida para a cidade.

Nas entrevistas que fiz com os homens, em sua maioria feitores, as recordações sobre as mudanças que experimentaram guardam um sentimento de perda de uma certa autonomia que gozavam ao viverem nas turmas.

As mudanças sofridas apontam para uma nova organização de trabalho, com a formação de pelotões e a necessidade de um novo conhecimento na operação das máquinas o que quebra um ritmo de trabalho em turmas que preservavam como torneiro.

Questionado sobre as mudanças ocorridas com o fim das casas de turma, o Sr. José Francisco recorda:

Com os pelotão acabou a graça. Vou te contar uma passagem que teve comigo com o negócio de pelotão eu fiquei sem turma, aí me botaram para fiscalizar

⁹ Idem.

¹⁰ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 20/07/2002.

chave. Um dia o Benedito, que tinha medo do mestre de linha, falou que eu tinha de levar o almoço¹¹.

Essas transformações remetem a uma mudança que ocorreu na relação desses trabalhadores com a empresa, sendo o aspecto mais visível a saída das casas de turma e a formação dos pelotões. Em meados dos anos setentas, os pelotões, grupos formados por diversos trabalhadores oriundos de turmas desativadas ou que entraram na empresa naquela época, assumiram atribuições que antes eram de responsabilidades dos turmeiros nas empresas.

Com a criação dos pelotões, a empresa adota uma nova postura em relação aos trabalhadores. A partir desse período, a família permanece em cidades e o trabalhador sai para os trechos voltando nos finais de semana.

Para alguns feitores, as mudanças sinalizaram a perda do cargo de chefia, tendo em vista que diversas turmas foram aglutinadas em um pelotão. A perda da chefia é lembrada com um certo rancor, pois significaria retorno à situação de trabalhador braçal da empresa. Diante da recusa ao trabalho sob as ordens de um outro feitor, o Sr. José Francisco é posto na turma de chave. Nesta função, em que deveria fiscalizar alguns problemas ocorridos nas chaves localizadas em Goiandira, trabalha sem estar subordinado a nenhum feitor.

Trabalhando isolado, sem as turmas, identifica uma perda de referencial com a empresa em relação às condições do trabalho que prestava antes. Tais alterações o atingem em particular pela posição de chefia que possuía na empresa, perdida com a formação dos pelotões.

Ele recorda outro problema surgido quando a empresa tenta fazer com que, além de fiscalizar as chaves, leve almoço para os trabalhadores que estão nos trechos. Por fim, o Sr. José Francisco, alegando problemas com a coluna, pede aposentadoria proporcional, após ter sido pressionado pela empresa a retornar ao trabalho como braçal, saindo três anos antes do tempo.

Perguntado sobre a recusa em voltar a situação de braçal, recorda:

É o mestre mandou fala que é procê reunir os almoço nas casa tudo e leva onde nós tá trabalhando, eu falei ò Benedito cê não espera não. Não espera almoço

¹¹ Sr. José Francisco, entrevista realizada em 5/8/2002, Goiandira, GO.

*meu lá não, senão cê vai passa muita fome (riso) porque eu não vou. É, mas é o mestre, mas eu não estou te procurando ordem de quem, tô falando que eu não vou*¹².

Compõe o relato lembrando de como conseguiu permanecer na empresa por algum tempo sem, contudo, voltar ao trabalho braçal. Lembra que, chamado pelo chefe do setor, recebe ordens para voltar ao serviço braçal:

*Entrei pra lá cumprimentei, falei pronto doutor está aqui, José Francisco Inácio o quê que o senhor deseja. É seu José avisar o senhor que é pro senhor trabalhá, o senhor não pode ficar à toa não. Falei tem ordem por escrita, não, não doutor o senhor mim dá uma ordem por escrito, caso contrário eu não vô não, não adianta o senhor fala que eu não vou não porque uma mentira do senhor vale por três verdades minha. Eu não vô não, só com uma ordem por escrito. E vou avisá, o senhor uma ordem por escrita eu vou recorrer as leis.... Eu sabia que eu não podia trabalhá pelas lei, vou recorrer as leis. Ele abaixou a cabeça, eu falei é Doutor o senhor vai mim dá a ordem ou não vai. Falô nada, saí e fui embora (risos)*¹³.

A narrativa apresentada faz com que recorde como o enfrentamento com o chefe, apesar de continuar sem turma, não voltou à condição de trabalhador braçal. O fato de ter se aposentado antes do tempo e ter de passado um período trabalhando como cozinheiro na cantina demonstra as tensões sofridas em sua trajetória após o fim das casas de turma. O contar o fato apenas na terceira entrevista realizada descortina um campo de recordações que demonstra a dificuldade de se adaptar à nova condição.

Ele expressa um ressentimento com a empresa, sentindo-se deslocado por não ter mais turmas para trabalhar quando resolve se aposentar:

*Porque eu aposentei na penaculosidade (pausa) eu tava com vinte e oito anos de serviço, sete mês, catorze dias e aposentei com vinte e cinco anos de serviço. Porque eu tava ruim de coluna e a coluna não dá aposentadoria. Eu fui em Belo Horizonte arrumá, fui no INSS de Ipameri eles desconjurô que não tinha essa lei. Eu sabia que tinha. Fui em Belo Horizonte, lá eu aposentei mas eu tinha que perdê um tempo é que a chefe lá falô: óia seu José o problema do senhor é o seguinte, o senhor quer aposentar com todos os direitos ou o senhor perde tempo ou trabalha mais porque é vinte e cinco ou trinta e cinco. Falei não vamo com vinte e cinco e aposentei, mas com o mesmo direito*¹⁴.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

Diante da necessidade de trabalhar mais tempo para aposentar com os direitos integrais, trabalhar por mais algum tempo na empresa, ou com vinte e cinco anos de serviço, decide perder um tempo de trabalho e requerer a aposentadoria integral. Tomando essa decisão para não ceder às pressões da empresa para assumir serviços braçais, resolve aposentar.

Os conflitos que tem com a empresa antes da aposentadoria fazem com que guarde um certo rancor em relação a ela:

E eu fui injustiçado que eu não sei o que aconteceu comigo, cê vê agora eu andei direito, pelejei, aposentei tô sacrificado em vencimento, uma coisa que eu nunca vi na vida por lei, um trabalhado não pode ganhá mais do que um feitor, os trabalhado, tudo ganha mais do que eu, é tem feitor trabalhador que ganha duzentos, duzentos e tanto mais do que eu e eu já reclamei de todo jeito não tem direito. Isso é que eu fico pensando: o que adiantô eu andá direito, cê honesto (pausa)¹⁵.

Via memória, entrelaça a condição de aposentado que experimenta nos dias de hoje com as condições de trabalho na empresa. Ao recordar, sente que, no bojo das mudanças, quando deixou de ser feitor, ocorreu um certo desprezo por parte da empresa de sua condição de feitor e um não-reconhecimento pelos anos de serviços prestados nas turmas. Há uma recusa por parte do entrevistado em identificar, no ganhar menos que outros trabalhadores, o fato de ter se aposentado de forma proporcional.

Nesse sentido, o processo de mudança das relações de trabalho na empresa referencia suas recordações a buscar, apesar das dificuldades no período das casas de turmas, o momento em que se sente melhor como trabalhador da empresa:

Na turma de roça. Gostava, gostava demais, á criado lá na roça né, criado lá achava muito melhor, muito divertido. A cidade Paulo é bom assim pra pessoa chegá tarde vai pros bar, vai jugá uma sinuca. Eu não gosto, cê sabe do meu sistema eu nunca gostei disso, então eu achava melho na roça¹⁶.

Em sua narrativa, o trabalho na empresa é percebido como uma vivência na roça pelas difíceis condições em que executavam os trabalhos. Sendo pressionados a

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Entrevista realizada em 27/04/2002, Goiandira, GO.

criar relações de trabalho em fazendas como complementação da renda, mesmo trabalhando na empresa, a recordação do trabalho na turma busca suporte como uma vida de trabalho na roça. A retirada pela empresa de sua chefia de turma, a tentativa de retorná-lo à condição de braçal e, por fim, o processo que o leva a aposentadoria proporcional faz com recorde do tempo de trabalho na empresa com um grande ressentimento.

Um outro elemento observado em sua narrativa sobre o fim das turmas foi o fim fornecimento pela cooperativa: *Paulo, uma coisa que também zangou muito foi acabar com as cooperativas e formar os pelotão, aí formou os pelotão acabou as turmas*¹⁷. A ida para as cidades apontou uma nova realidade onde o abastecimento da família não era feito mais pela cooperativa. Com as mudanças, são pressionados a compor um mercado de consumo a partir das cidades.

Um outro vínculo com a empresa é quebrado a partir dos pelotões. Através da cooperativa, alimentação é fornecida aos trabalhadores, não sendo permitida mais a compra de mantimentos para a família.

Diferente do Sr. José Francisco, o Sr. Francisco, com a formação dos pelotões, foi incorporado como feitor aos grupos de trabalho. Quando perguntei sobre as diferenças de seu trabalho entre turmas e pelotões, lembra que ocorre uma quebra de relacionamento cotidiano entre o feitor e os trabalhadores nos pelotões:

*Quando terminava uma remodelação, uma frente de serviço, então eu tinha que redistribuir cento e vinte, duzentos homens e aquilo me apaixonava, era pra mim como na turma, eu respeitava (...) entregava a escala sem olhar no rosto deles e não despedia também não, quando eu terminava de entregar a escala, você já partia amanhã, então eu fugia docê*¹⁸.

Lembra que o conjunto de trabalhadores, ao terminar uma “frente” de serviço, era redistribuído para outros locais conforme a necessidade da empresa. Ao lembrar com tristeza do momento da despedida, sente a diferenciação do serviço nas turmas quando havia um laço permanente com o local e outros trabalhadores, quando compunham uma relação permanente. Como feitor, sente com maior profundidade esse processo de mudanças, tendo em vista que não possui mais uma chefia permanente

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Sr. Francisco, entrevista em 13/06/2002, Goiandira, GO.

sobre um grupo de trabalhadores. Ao falar da recusa em se despedir de um trabalhador transferido para outro local, atribui aos pelotões a quebra de uma relação duradoura entre os trabalhadores.

Recorda como começam a ser usadas novas máquinas nas frentes em uma nova política do trabalho desenvolvida pela empresa:

Maquinário começou a adotar, antes não tinha, é tudo braçal, trilho nós cerrava na mão, né furava na catraca. Apareceu máquina para cortar o trilho, para furar gastava quarenta minutos, cortar o trilho (...) e para furar quatro buraco gastava uma hora, né uma hora e quarenta, para você fazer uma junta, chegou a máquina pra nós furar e cortar fazia tudo com quatro minutos¹⁹.

O uso de maquinários é lembrado como agilização das atividades que antes se tornavam demoradas para serem feitas. Como feitor, recorda a alteração nas relações de trabalho, tendo em vista que o uso do maquinário começa a requerer um outro tipo de funcionário, um novo conhecimento para a operação do maquinário.

O Sr. Sebastião lembra as mudanças verificadas com o fim das casas de turma, a introdução de novos maquinários:

Quando foi em sessenta e oito pra cá apareceu uma máquina BL9, ela trabalhava a gente levantava a linha e ela fazia a socaria através do vibrador (...) quando foi em setenta e dois por aí apareceu a placa aí ela mesmo faz o serviço só com o vibrador levanta o trilho e faz a socaria debaixo dos dormentes, e com esse negócio começou a diminuir a mão de obra, foi ficando, foi diminuindo o número de funcionário porque a empresa não necessitava daquele tanto de funcionário²⁰.

Atribui às mudanças das condições de trabalho após a introdução do maquinário uma substituição de algumas atribuições a que eram responsáveis. Estas passam a ser executadas pelo maquinário. Lembra ainda uma nova qualificação vai sendo exigida para os funcionários que entram na empresa:

Aí tinha que ter mais conhecimento porque até aí fazia mais na pratica aí fazia mais na pratica, aí veio a teoria, aí surgiu o treinamento. Centro de formação de Divinópolis, Belo Horizonte, aí as pessoas pra trabalhar com elas, as

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Sr. Sebastião, entrevista realizada em 19/06/2002, Goiandira, GO.

máquinas teve que ir pra esses lugares, pra poder trabalhar aí dependia mais um pouquim de leitura também²¹.

Assume um certo desprezo pelo conhecimento que detinham na execução do trabalho e na forma como o realizavam. Percebe nas mudanças com introdução de máquinas, a substituição de uma forma de trabalho fortemente baseada na prática: *até aí fazia mais na pratica aí fazia mais na pratica*. O conhecimento que os feitores tinham, estando nas casas de turma, era usado no controle do trabalho realizado na manutenção teria sido substituído por um conhecimento teórico.

A quebra de um conhecimento tradicional para execução de tarefas é lembrado nas exigências para que fizessem cursos com a finalidade de aprender a lidar com as máquinas que começam a serem introduzidas. Lembra como essas mudanças marginalizam e colocam, em segundo plano, trabalhadores que entraram até em meados dos anos setentas na empresa, quando não era exigida a leitura ou a conclusão de qualquer curso. Outros setores da empresa começam a substituir as atribuições que antes eram executadas por feitores. A exigência da leitura faz com que surjam, na mesma categoria de trabalhadores, diferenças entre os que entram antes e após os anos setentas.

Sobre a maneira utilizada pela empresa para fazer contratações, recorda como ocorrem mudanças:

Aí mudou. Tinha que fazer quatro provas, se a pessoa não desse conta, não entrava, antes se a pessoa chegava era fácil era só mostrar o documento, não precisava nem assinar o nome, agora em setenta pra cá teve essas prova pra fazer, eu lembro de pessoas que foram fazer o concurso e não deu conta de assinar o nome, não pode entrar aí já mudô, teve o concurso pra podê entra, pelo menos o primeiro grau na linha tinha que ter²².

Visualiza uma diferenciação da maneira em que se dava a entrada de funcionários de sua época quando: *era só mostrar o documento*, para um outro período em que a empresa exige um conhecimento e escolaridade mínima para a entrada como braçal na empresa.

Como feitor, recorda essas mudanças com um certo ressentimento, atribuindo como aspecto negativo das transformações o trabalho feito nos pelotões, que

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

era uma atividade executada distante dos familiares. Percebe um abandono da família pela empresa:

Vamo supor a gente trabalhava com dez quilômetros, aí passou a setenta quilômetros, algum agrupamento ficou até com cem quilômetro, aí trabalhava onde localizava o serviço de um mês, o povo ia ficava alojado, lá de segunda a sexta e o sábado e o domingo a gente ficava com a família. Foi um jeito que fizeram falando que era para levar a família pra cidade pros menino estudar, mas eles também usaram para baratear o custo da empresa vamos supor, com a família eles não tinha nada, a gente tinha que ir pra cidade comprar ou alugar uma casa²³.

Imputa às mudanças uma certa estratégia imposta pela empresa, dissociando a família do trabalhador. Nesse sentido, ressentido com um certo abandono que a empresa teria feito com os familiares dos trabalhadores. Menciona uma discordância com uma questão presente em outras entrevistas, afirmando que a necessidade do fim das casas de turmas se devia, em parte, à necessidade de providenciar educação para os filhos, tendo em vista que, em algumas turmas, o isolamento não permitia o acesso à escola.

Menciona que um discurso da necessidade da educação dos filhos teria sido manipulado pela empresa, escondendo uma estratégia de se distanciar da responsabilidade de fornecer moradia e alimentação para os familiares dos trabalhadores.

Atribui à ida para a cidade a incorporação de novas questões que envolviam a família, como moradia e consumo, que passam a ser de responsabilidade do próprio trabalhador.

A separação da família é buscada como elemento que marcou com maior dificuldade as mudanças nas relações de trabalho:

No tempo da turma era melhor a gente tava junto com a família e depois quando passou os agrupamento, aí vinha pra cidade, pra família melhorou porque tinha a condição da mulher ficar junto com os filhos, a educação dos filhos ficou mais com as mães²⁴.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

Ao recordar com saudade o tempo do trabalho nas turmas, menciona a dificuldade de viver distante da família. Percebe que a responsabilidade pela criação dos filhos passa a ser atribuída às mulheres, uma referência importante nesse campo de recordações. Essas mudanças são referenciais tanto para o Sr. Sebastião quanto para as mulheres entrevistadas, em um campo de perdas de identidade com a empresa, considerando que o cuidado que a empresa dava à família, a presença constante da esposa e filhos junto nos locais de trabalho, teria sido assimilada no corpo da própria dinâmica do trabalho que realizavam.

Um outro elemento lembrado é uma certa especialização das tarefas que os feitores estavam incumbidos de fiscalizar:

Aí formou os grupos, a gente ia pro destacamento, alojamento, pro destacamento, ficava durante a semana então formava três grupos: um de capina, então aí tinha o feitor junto com a capina; um feitor junto com a troca de dormente; um feitor com encaixamento de linha, acabamento, serviço depois que troca os dormente, dividia as turmas então cada feitor toma conta de um grupo, mas todo mundo junto²⁵.

A formação dos pelotões é lembrada como uma opção que a empresa faz por restringir o trabalho do feitor à fiscalização de uma modalidade de trabalho executada nos trabalhos de manutenção das condições de tráfego. Esse aspecto é resgatado como uma certa especialização que quebra uma mobilidade do feitor que antes tinha como atribuição a fiscalização de toda atividade de manutenção.

Nas mesmas mudanças, percebe uma importância para os trabalhadores as atividades que passam a envolver a CIPA:

Então teve uma coisa grande, que favoreceu os ferroviários foi a CIPA, prevenção de acidente medicina no trabalho, aí tinha o exame periódico todo ano, no mês de julho tinha a CIPAT, fazia promovia evento das sessões então essa CIPA olhou muito no sentido do trabalhador, equipamento é proteção tinha o médico que acompanhava muito, tinha higiene no trabalho, então eu fui membro da CIPA também²⁶.

Sr. Sebastião recorda que, com a formação dos pelotões, a empresa promove uma nova rede de assistência que envolve os trabalhadores. A presença da

²⁵ Ibidem.

CIPA parece constituir um novo laço criado em que se sente participante da empresa, substituindo alguns laços criados com esta no período das casas de turma.

Sobre o início das atividades da CIPA, relatou:

Ela começou em torno de setenta e dois, setenta e quatro, foi juntamente com a mudança das turmas de agrupamento, aí tinha um representante em Araguari ele chamava Juvercino, então ele saía marcava reunião, vamos supor na Goiandira, juntava Catalão, Ipameri, Goiandira e Araguari, os agrupamento vinha tudo pra cá, iniciava às oito horas a CIPAT, então ali tinha uma palestra, acontecia de ter missa (pausa) e ia pro ginásio fazer reunião e depois do encerramento tinha futebol a sessão pra disputar com outra²⁷.

Os eventos promovidos pela CIPA são percebidos como momentos promovidos na empresa em que grupos diferentes, pertencentes a diversos pelotões, se encontram em palestras e atividades esportivas.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redação final de uma pesquisa de mestrado reflete muito pouco os caminhos e dilemas vividos pelo pesquisador e que são resultados dos diálogos e embates travados durante a execução do trabalho.

A definição final sobre o tema a ser abordado, a opção de trabalho utilizada, a escolha dos autores referenciados, pessoas selecionadas para as entrevistas e definição das perguntas, apesar de não ser um caminho de mão única (pesquisador – objeto de pesquisa) estão ligados de maneira próxima não a procedimentos externos, mas a um amadurecer interno do pesquisador na constante reelaboração das perguntas, muitas delas feitas não a “fontes”, mas à própria sociedade em que vive.

As questões, fruto de perguntas para se tentar significar o que representa ser um professor universitário no início do século XXI, implicam pensar esta atividade profissional como uma intervenção no meio social vivido, em que sentido podem ser enxergados os conflitos vividos atualmente na sociedade e qual o significado que eles representam na vida das pessoas.

Como morador da cidade de Goiandira, no exercício da pesquisa, busquei reconstruir a dinâmica da cidade nas maneiras lembradas por um grupo de moradores, percebendo, em suas lembranças, o peso do trabalho ferroviário na construção da cidade.

Andando pela cidade de Goiandira, é possível perceber, de um lado, a presença da ferrovia demonstrando além de um progresso, uma promessa feita e não realizada desse mecanismo de modernização. Visualizamos essas marcas em ramais e estações abandonadas, sinais locais de uma longa crise que assolou o sistema ferroviário brasileiro.

As marcas da ferrovia apontam, em seu envelhecimento, o sinal de um local prometido como de um futuro promissor, que não se realizou, seus restos espalhados, sentidos e incorporados na história do local como um marco de decadência. Sua visualização para os moradores da cidade e seus administradores soa como incômodo que atrapalha a circulação pela cidade. De um lado, a ruína da antiga estação da rede, que foi o ponto mais adiantado da Rede Mineira de Viação, local onde entroncava com a Estrada de Ferro Goiás, na leitura do trabalho não poderá ser avaliado

se ainda estará de pé. De outro, o grande triângulo onde se faziam as manobras, onde as vaporosas conduzidas em uma só direção tinham de ser viradas para mudança de curso, hoje transformado em um grande largo cimentado construído em administrações estaduais e municipais, dando origem ao Ginásio de Esportes.

O grande corte que dividia a cidade em duas partes foi aterrado e leiloado, constituindo uma rede de bares e lanchonetes. A estação da Estrada de Ferro Goiás, com a marca que indicava a chegada em Goiandira - com o G caído - foi transformada, na administração do médico José Stalin de Araújo, em um local que abriga vários órgãos públicos, desfigurando totalmente sua construção original.

Essas marcas de uma decadência são assimiladas e explicitadas no contar a história da cidade. Recordo, no período da infância, os desfiles de 6 de maio, aniversário da cidade, divididos por escolas. Cada uma dividia com um tema e, em frente ao Jardim, era possível perceber que nos desfiles se encadeava o sentido de uma cidade percebido no presente: os índios, chamados de “bugres”, primeiros habitantes, representados em crianças pintadas e enfeitadas, logo depois os tropeiros, entendidos como primeiros povoadores com um sentido de cidade.

Os carros de boi, fazendeiros e trabalhadores no campo. Dessa forma se perfilavam professores, médicos, e, por fim, os ferroviários na época com seus capacetes, capas amarelas. Enredava-se e se firmava um sentido de cidade linearizados como uma promessa de cidade, pioneira por ser uma das primeiras do Estado de Goiás a receber os trilhos da Estrada de Ferro Goiás. Um passado idealizado, mas sem muitos ensinamentos para a sociedade do presente.

As diversas profissões que existiam, bem como os diversos trabalhadores, eram retratados como significadores de uma cidade para quem, se o presente experimentado não concretizou o prometido, restaram as lembranças de um tempo das promessas.

A cidade de Goiandira segue uma trajetória que atualmente destoa de outros locais, como Ipameri e Pires do Rio. Com a formação de ONGs, tem lutado para, a partir de discussões e encontros, inclusive com ex-ferroviários, coleta documental pensar a cidade em suas várias dimensões a partir da ferrovia.

Como morador da cidade, a escrita final desta dissertação expressa muito pouco dos sentimentos e mudanças que estiveram envolvidos na sua execução. Ao optar

por um recorte específico de trabalhadores ferroviários braçais, sem nenhuma qualificação, marginalizados na empresa, desviei o olhar dos marcos oficiais: Bandeirantes, Coronéis, Marchas modernizantes, para captar, ao contrário de movimentos lineares/modernos, nas lembranças dos entrevistados, que sentido encontraram em suas vidas experimentar, como trabalhadores ferroviários, esses processos.

Buscamos memórias que não foram ainda trazidas ao público como problematizadoras do entendimento de um local. Nesse sentido, têm sido mantidos, por um certo pacto que envolve pesquisadores e memorialistas, como vítimas inertes de um processo maior:

À medida que a história da civilização se desenvolve como um pacto de destruição, é preciso esquecer suas vítimas. Se a memória dos mortos é perturbadora, mais ainda é a dessas pequenas testemunhas que nos contam uma história em sentido inverso, a história que nos arrepia¹.

Buscar as trajetórias de turmeiro com suas famílias foi perceber a presença da ferrovia Goiás e, depois de 1957, a Rede Ferroviária Federal, como uma empresa cuja organização de trabalho pressionou alteração de costumes. Visei a busca dos sentidos que os sujeitos entrevistados adquirem em suas vivências de hoje e, ao mesmo tempo, repensar o presente da cidade. Pelo recorte, visualizei seus moradores atuais pelo significado de local construído nas lembranças, dentro de um campo de forças constituído de relações de trabalho.

Em certo sentido, ainda se sentem, com ressentimento, ligados à empresa no pouco que recebem como aposentados e pensionistas, nas dificuldades de se manterem com a família na cidade. Não são apenas testemunhas de um modo de trabalho que não existe mais. Na condição de idosos, ainda trazem nas marcas físicas das condições difíceis com que executavam os trabalhos, deficiências físicas e mentais decorrentes de acidentes. Compõe, na situação atual, um sentimento de desprezo por parte da empresa, hoje privatizada, denominada Centro-Atlântica. São elos contínuos, atualizados nas vivências e elaborados na situação de ferroviários.

¹ BOSI, Eclea. “As Outras Testemunhas”. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo, no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 4

Não percebem um significado em suas memórias que sejam relevantes para comporem o local, o que, em certo sentido, facilita a tarefa dos que querem esquecê-los, assim sempre que começava uma entrevista diziam: *o que você quer saber? Vou lembrar alguém que foi mestre de linha, é muito sabido, vai te contar muita coisa*. Incorporam e traduzem sentimentos diversos, a necessidade de favores políticos para tratamento médico, a dificuldade do exercício da cidadania.

A cidade de Goiandira foi percebida não como um texto completo escrito com a colaboração de todos os seus moradores, mas como uma colcha de retalhos². Percebi como um estranhamento percebido pela chegada destes trabalhadores das turmas, logo após a mudança propiciada pela empresa.

A cidade como dilaceramento de experiências anteriores. Nesse processo, além da luta pelo espaço material e simbólico da cidade, uma formação de uma memória de vida, que atribuisse um sentido para o passado vivido, em algumas oportunidades o próprio estranhamento do passado.

A história da cidade tem sido contada por memorialistas como um enredo que se inicia com a passagem dos Bandeirantes pela região de Catalão, em meados do século XVII, período em que formavam uma única região. Destacam como origem da cidade um passado longínquo intimamente ligado com Catalão.

A crise ferroviária fez que o discurso da criação do local buscasse refúgio, para alguns, no mesmo mito fundador da cidade de Catalão, a passagem do Anhanguera conforme ARAÚJO, destaca:

A sesmaria de Capo Limpo durante longo tempo integrou o vasto território do antigo “Sítio de Catalão”, em cujas imediações passou a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera – na segunda metade do século XVII, provavelmente no ano de 1674, conforme Americano do Brasil, ou 1682, na opinião de Silva e Sousa, endossada por Alencastre³.

Ao estabelecer como marco fundador local a passagem do Anhanguera, o memorialista situa a historicidade local a partir de Catalão, firma uma temporalidade

² Expressão utilizada por Portelli, para perceber a diversidade não como complementar, mas inclusive antagônica dos viveres das pessoas, In: Almeida, Paulo R. e Koury Yara Aun: História Oral e Memória - Entrevista com Alessandro Portelli . Revista História e Perspectiva (25/26), 2002, Edufu, Universidade Federal de Uberlândia.

³ ARAÚJO, Vivaldo J. de. História da Terra Branca e Outras Coisas Mais. Goiânia: Kelps, 2000.

que faz sentido em meados dos anos setentas, quando Goiandira experimenta uma crise do sistema ferroviário.

No diálogo com as memórias de turmeiro, invertemos a construção do local pensando o próprio sentido dado no campo de recordações dados com o trabalho ferroviário.

Acredito ter cumprido aquilo a que me propus para fins de mestrado. Mas, como historiador, sei que não cabem conclusões, pois iniciei uma pesquisa, apresentei seus primeiros resultados e, agora, sei que ainda me restam questões a serem abordadas num possível doutorado. Ao trabalhar com fontes orais, busquei reconstituir a dinâmica da vida em turmas partindo da visão dos entrevistados. Durante nossas conversas, pude perceber que outras questões, além das que abordei, merecem aprofundamento. Entre elas, as possíveis relações de preconceito e resistência entre trabalhadores brancos e negros. Outra questão a ser investigada é se havia preconceito por parte da empresa em relação aos funcionários negros, uma visão possível de ser percebida nos diálogos com as fontes orais.

Assim, encerro este trabalho afirmando que ele, para mim, representa o fruto de um esforço de dois anos. Um esforço que valeu à pena não só pelo aprendizado adquirido, mas pelo enriquecimento pessoal conseguido a partir da convivência com as pessoas que fizeram parte dele. Considero mais que uma dissertação de mestrado, um pontapé inicial para projetos futuros, onde pretendo retomar essa temática, com novos olhares.

ENTREVISTAS REALIZADAS

01 - José Francisco Inácio – conhecido como “Zezim Feitor”, nascido em 24/07/1917. O pai e a mãe vieram de Estrela do Sul, MG. Seu pai era “amansador” de animais e veio procurar “agregação” na Fazenda Cachoeira, município de Goiandira - na época distrito de Catalão - pela propaganda da fazenda como um local que oferecia muitos empregos. Quando José nasceu, a mãe morreu de complicações no parto. Ele foi criado pelos proprietários da fazenda, onde passou a trabalhar na casa deles. Como trabalhador da fazenda, conviveu com outros trabalhadores de uma turma que ficava perto da propriedade. A partir dos anos quarentas, entrou e saiu da ferrovia algumas vezes. Foi trabalhador braçal por três vezes, trabalhou como diarista, possuindo laços frágeis com a empresa. No final dos anos quarentas, entra de forma definitiva na empresa, trabalhou vários anos como trabalhador braçal e, depois, passou a feitor da empresa, mudando de diarista à mensalista. Trabalhou em diversas turmas. Depois, passou a ser feitor volante, responsável por diversas turmas. No início dos anos setentas, com o fim das casas de turma, ficou por pouco tempo em Três Ranchos, vindo logo depois para Goiandira. Ao mudar muda para a cidade, é transferido de função não comandando mais turma, ficando no trabalho de engraxar chaves e, por isso, requer aposentadoria antes de terminar o tempo de serviço, aposentado por tempo proporcional. Morador em Goiandira, participa de diversas atividades desenvolvidas pela Igreja Católica, sendo membro da Liga Católica Jesus Maria José. Foram feitas três entrevistas com o Sr. José Francisco Inácio.

02 - Lenine Rosa da Silva – nasceu em Goiandira, em 05/05/1941. Viúvo, pai de dois filhos. Sua mãe, viúva, casou novamente com um trabalhador da Estrada de Ferro Goiás que vivia em casas de turma. Morou com os oito irmãos, padrasto e a mãe em algumas turmas, no início dos anos cinqüentas. Nas turmas, dentre outras funções, era responsável pelo cuidado com a criação das abelhas, conforme projeto do diretor da Estrada de Ferro Goiás, Mauro Borges Teixeira, para implementar novas alternativas de produção/alimentação para os moradores

das turmas. Ainda morando em uma turma perto de Goiandira, vinha para a cidade, desempenhando pequenos serviços, como carregador de malas de passageiros que chegavam na cidade pela Rede Mineira de Viação, que possuía uma estação em Goiandira. Trabalhou em diversos ofícios, tais como servente, pedreiro, carpinteiro, eletricitista. Entrou na prefeitura como servente e, neste ofício, ajudou na formação de um primeiro sindicato local com trabalhadores de diversos ramos. Sofreu perseguição pela atuação política no início dos anos setentas, tendo sido dispensado do trabalho ao pedir férias. Após 1964, sofreu inquirições da polícia por suspeita de ligação com comunistas, inclusive pelo nome que recebeu de um tio/padrinho em homenagem ao líder soviético. Depois de trabalhar como autônomo, entrou para a Goiasfértil, no início dos anos oitentas, continuando a morar em Goiandira, empresa pela qual aposentou. Perdeu recentemente a esposa, possui uma pequena chácara nas imediações da cidade e está construindo uma oficina onde pretende trabalhar como mecânico, juntamente com o filho mais novo.

03 - Barnabé Martins Moreira - nasceu na Fazenda Dourados, município de Goiandira, em 20/08/1921. Ainda criança, com a separação dos pais, ficou morando com a mãe e trabalhando em fazendas da região. Depois de ir para Araguari, tentou entrar na Ferrovia como maquinista, tendo sido reprovado em exame médico por problemas no pulmão. Trabalhou alguns anos como garimpeiro. Depois, em meados dos anos quarentas, casou e fixou residência em Goiandira, trabalhando na baldeação de mercadorias e passava as que chegavam dos vagões da Rede Mineira de Viação para os vagões da Estrada de Ferro Goiás. Em 1951, entrou como braçal na Estrada de Ferro Goiás, trabalhando como diarista. Após desentendimento com o feitor, saiu da empresa. Posteriormente, voltou como braçal e, depois, passou a feitor. Sofreu um grave acidente no trabalho em 1969 e, depois deste acidente, com problemas mentais, foi obrigado a se aposentar. É pai de duas filhas e de um filho que morreu recentemente. Participa de uma Igreja Evangélica, Assembléia de Deus.

04 - Sebastião Henrique Dias - nasceu em uma fazenda localizada na região de Cafarnaum, município de Goiandira, em 19/08/1940. Morou em fazendas com os pais e quatorze irmãos. Ajudava o pai, que trabalhava de agregado. Casou com 21 anos. Depois do casamento, no início dos anos sessentas, entrou na Rede Ferroviária Federal, trabalhando por seis anos em turmas na região de Orizona, GO. Depois de trabalhar por quinze anos como braçal, passou a feitor na empresa. Após as mudanças ocorridas, no início dos anos setentas. Veio para Goiandira, onde foi incorporado em pelotões, grupo de trabalhadores que saíam para trechos onde ficavam durante a semana inteira e voltando no sábado. É pai de três filhos e aposentou por tempo de serviço. Foi representante de um sindicato de trabalhadores ferroviários. Em Goiandira, ingressou em trabalhos promovidos pela Igreja Católica. Atualmente, é ministro da eucaristia e membro do Conselho da Igreja Católica, ajudando na administração de grupos religiosos da Igreja.

05 - Benedito Juliano Filho - conhecido como Dito Juliano, casado, pai de quatro filhos. Trabalhou em fazendas, pois seu pai foi “agregado” em diversas propriedades. Depois de ter trabalhado nove meses em Tupaciguara, por motivo de doença do pai, voltou para Goiandira. Tentou entrar por diversas vezes na ferrovia como trabalhador braçal, só conseguindo pela interferência de um primo. Na ferrovia, em 1950, trabalhou com o Sr. Barnabé Martins Moreira, depois dos anos setentas, veio para Goiandira como trabalhador dos pelotões, aposentou por tempo de serviço. Dos entrevistados foi o único que não conseguiu chegar a feitor. Mora em Goiandira, participando da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

06 – Francisco Evangelista Fernandes - conhecido como Chiquim, nasceu no município de Goiandira, em 26/05/22. Com sete anos, foi para uma fazenda na Estelita Campos, município de Catalão, comprada pelo pai, onde ficou trabalhando com o pai até os 29 anos de idade. Com a doença do pai, a família foi obrigada a vender a fazenda para pagar dívidas. Foi para Goiandira em 1951, trabalhando como empreiteiro para fazendeiros no fornecimento de lenha e

dormentes para a Estrada de Ferro Goiás. Inicialmente, tentou entrar na Ferrovia como maquinista, mas como o trabalho exigia que viajasse muito, preferiu entrar como braçal em 1959. Depois de trabalhar por “muito tempo” como braçal, passou a feitor. Trabalhando em turmas, sempre deixava a família na cidade de Goiandira, vindo nos finais de semana. Em 1970, com as mudanças na empresa, passou a feitor volante, viajando para trechos em construção, inclusive em São Paulo. Nessa época, começou a benzer pessoas em Goiandira, herdando do pai esse “dom”. Aposentou por tempo de serviço na empresa e mora em Goiandira, onde é benzedor.

07 - Guimar Calixto Raimundo - nasceu em 10/01/1931, na fazenda Cachoeira, município de Goiandira, GO. Viúva do Sr. Gaspar Raimundo, que aposentou como trabalhador da Rede Ferroviária Federal. Nasceu na mesma fazenda onde nasceu o Sr. José Francisco Inácio. Tem dez irmãos, o pai e a mãe eram agregados na fazenda Cachoeira. Com 12 anos, perdeu o pai, continuou com a mãe e os irmãos na mesma fazenda. Fazia serviços nas fazendas da região lavando roupa, limpando casa e cuidando de crianças. Com 19 anos de idade, casou-se com Gaspar Raimundo, que era alcoólatra. O Sr. Gaspar trabalhava em fazendas tirando lenha vendida para a Estrada de Ferro Goiás. Depois de morarem em turmas da região, vieram para a turma dez, localizada perto de Goiandira, onde ficaram por quase 30 anos. Em meados dos anos setentas, vieram para a cidade de Goiandira, onde fixaram residência. Possui seis filhos. É tia do Sr. Sebastião Henrique Dias. Participa junto com um grupo de senhoras da cidade do Apostolado da Oração ligado a Igreja Católica.

08 – Irani Margarida Dias – nasceu em 12/10/42, em Veríssimo, distrito de Goiandira, GO. Casada com o Sr. Sebastião Henrique Dias, aposentado como feitor da Rede Ferroviária Federal. O pai era feitor da Estrada de Ferro Goiás. O pai morreu quando tinha 12 anos e, por desentendimento com uma irmã mais velha, passou a trabalhar em fazendas da região em serviços como lavar roupa, cuidar de crianças, fazer comida e cuidar de pessoas doentes. Casou com o Sr. Sebastião Henrique Dias quando ele estava entrando na ferrovia, tem três filhos,

no início dos anos setentas, veio com a família para a cidade de Goiandira, onde passaram a morar. É ligada ao grupo, conhecido como Apostolado de Oração, junto a Igreja Católica. Ultimamente, só participa de missas por estar com depressão.

09 – Altamiro de Melo - nasceu em 02/11/1922, na cidade de Goiandira, casado, pai de quatro filhos. Trabalhou como aprendiz de sapateiro. Com 23 anos, abriu uma pequena fábrica de calçados na cidade, fornecendo calçados inclusive para os ferroviários. Ajudou na fundação de instituições na cidade, como o Rotary Club. É aposentado, mora em Goiandira, participa das atividades do Rotary Club.

10 – Altivo Marques da Silva – conhecido como “Seu Nativo”, nasceu no município de Goiandira em 08/09/1920. Após trabalhar com o pai em fazendas da região, onde seu pai era “agregado”, veio, em meados dos anos trintas, para a cidade de Goiandira, onde exerceu diversos ofícios, como carregador de malas, carroceiro, trabalhador em olarias. No final dos anos cinquenta, montou um açougue, de onde conseguiu comprar uma chácara nas imediações da cidade, onde mora até hoje. Foi, por longos anos, presidente do PMDB. Ajudou na fundação de diversas instituições como a maçonaria e o Rotary Club. É pai de seis filhos. Participa das atividades do PMDB, Maçonaria e do Rotary Club.

11 – Iolanda Tristão Barbosa – nasceu na Fazenda Água Fria, município de Goiandira, propriedade rural pertencente a seu pai. Após a venda da fazenda, a família se dirige para Leopoldo de Bulhões, onde se casa. Ficando viúva, volta para Goiandira. Após algum tempo, se casa com Idunalvo Barbosa Tristão, após este entrar como turmeiro para a Rede Ferroviária Federal, passam a morar na turma nove, próxima à cidade de Goiandira. Com um acidente ferroviário sofrido pelo Sr. Idunalvo, saem da turma e mudam para Goiandira.

12 – Idunalvo Barbosa Tristão – nasceu em 12/09/1937, na Fazenda Água Fria, município de Goiandira-GO, fazia serviços braçais, em fazendas da região,

mesmo quando passa a morar em Goiandira. Após se casar com a Iolanda, entra para o serviço ferroviário como turmeiro, residindo na turma nove, próxima a Goiandira. Após sofrer um acidente aposenta na empresa, passando a morar em Goiandira.

DOCUMENTOS DO PERÍODO

Revista Ferroviária, publicação mensal da Estrada de Ferro Goiás, a partir da gestão do Cap. Mauro Borges Teixeira, destinada principalmente aos trabalhadores da ferrovia. Publiciza balancetes, noticia acidentes e outros fatos como aniversários, casamentos, projetos destinados aos trabalhadores. Exemplares pesquisados: nº 06, dezembro de 1952; nº 08, fevereiro de 1953; nº 10, abril de 1953; nº 11, maio de 1953; nº 12, junho 1953; nº 13, julho de 1953; nº 16, outubro de 1953 (fragmentos).

Relatório apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Engenheiro Vicente de Brito Pereira Filho, pelo Capitão Mauro Borges Teixeira, quando este assume a Diretoria da Empresa. Oficinas Gráficas de Araguari-MG, 1951.

Relatório dos Serviços da Estrada de Ferro de Goiaz, referente ao ano de 1939. Oficinas Gráficas da E. F. de Goiaz, 1940, Araguari-MG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun: **História Oral e Memória** - Entrevista com Alessandro Portelli. In: Revista História e Perspectiva (25/26), 2002, Edufu, Universidade Federal de Uberlândia.

ARENDT, Hannah. Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Pioneirismo: Discurso Político e Identidade Regional**. Espaço Plural – Revista Brasileira de História. São Paulo, Volume 14, nº 28, p. 194-207, 1995.

BORGES, Barsanulfo Gomes. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Ed da UFG, 2000.

_____. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: Cegraf, 1990. (Coleção Documentos Goianos).

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade** : Lembranças de Velhos. 3 Ed. S. Paulo: Cia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CAMPOS, Maria das Dores. **Catalão: Estudo Histórico e Geográfico**. Goiânia: Editora Bandeirantes, 1979, 164 pp.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade : Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad (Coord.). **Coronelismo em Goiás: Estudos de Casos e Famílias**. Goiânia: Kelps, 1998.

CHAUL, Nasr Nagyby Fayad. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). **Relações Cidade – Campo: Fronteiras**. Goiânia, Ed. UFG, 2000.

_____. **Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade**. Goiânia, UFG, 1997.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Coleção Oficinas de História).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo, no século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, Volume 2.

FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa.** In: Revista Projeto História nº 10 dez./93.

_____. **O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do Povo.** In: Revista História e Perspectivas, nº 06, 1992.

_____. **Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de investigação.** In: Revista Projeto História, nº 4, jun./85.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. **Presidentes e Governadores de Goiás.** Goiânia: UFG, 1980. (Coleção Documentos Goianos).

FRANÇA, Júnia Lessa. Et al. **Manual Para Normatização.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GOMES, Luiz Palacín, CHAUL, Nasr Fayad, BARBOSA, Juarez Costa. **História Política de Catalão.** Goiânia: UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos, 26).

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma: A Modernidade na Selva.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KHOURY, Yara Aun. **Narrativas Orais na Investigação da História Social.** In: In: Revista Projeto História, nº 22, São Paulo, jun./2001.

LOSNAK, Célio José. **Os Trilhos da Memória de Ferroviários: Tensões no Presente.** Comunicação apresentada no VI Seminário Nacional II Encontro Latino Americano de Preservação Ferroviária CD ROM, Rio de Janeiro, 17 a 20/07/2002.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: Um Tempo, Um Carisma, Uma História.** Goiânia: Cegraf, 1990. (Coleção Documentos Goianos, 18).

MARIANO, Adolfo. **O Poeta Nato.** Goiânia: Oriente, 1978.

MIRANDOLA, Norma Simão Adad. **As Tecedeiras de Goiás: estudo lingüístico, etnográfico e folclórico.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 1993.

PALACÍN, Luís. **O Século do Ouro em Goiás.** 4ª Edição. Goiânia:UCG, 1994.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** In: Ver. Tempo, Vol 1, nº 2, Rio de Janeiro, 1996, pp. 59-72.

_____. **As fronteiras da Memória: o massacre das fossas ardeatinas.** História, mito, rituais e símbolos. I: Revista História & Perspectivas, nº 25 e 26, jul2001/jun.2002, pp. 9-26.

_____. **Forma e Significado na História Oral:** A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Revista Projeto História, nº 14 fev./1997.

_____. **História Oral como Gênero.** In: Revista Projeto História, nº 22 jun/2001.

_____. **O que faz a história oral diferente.** In: Revista Projeto História, nº 14, fev/97.

_____. **Tentando Aprender um Pouquinho.** *Algumas Reflexões sobre a ética na História Oral.* In: Revista Projeto História nº 15, abr/2007.

RAMOS, Cornélio. **Catalão de Ontem e de Hoje:** *Curiosos Fragmentos de Nossa História.* Catalão: Distribuidora Kalil, 1984.

ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** *Estudo Sobre a Cultura Popular Tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Senhores e Caçadores.** 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória:** *Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias.* In: Revista Projeto História nº 15, abr./97.

VAZ, Geraldo Coelho. **Vultos Catalanos.** 2ª Edição. Goiânia: Inder, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade:** *na História e na Literatura.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Campo e Cidade, pp. 11-20.

_____. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)